

14175
[Signature]
25/10

AUTUAÇÃO

Aos sete (7) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessante e sete (1967), em cumprimento dos despachos exarçados pelo Sr. Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, de 29/09/67, publicada no D.O. de 5/10/67 do Senhor Ministro do Interior, autuei os seguintes documentos, que passarão a constituir as fls. 1 a 1.473 dos autos: 7 volumes do processo administrativo instaurado pela Portaria nº 154/67, de 24.07.67; recorte do D.O. nº 189, de 5/10/67, que publicou a Portaria Ministerial nº 239/67; Portaria nº 1/07-239/67 e Ata de Instalação dos trabalhos.

Max Luiz Almeida Nobre



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1477

DO
CA
31

PORTARIA Nº 1/CI-239/67

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO, designado pela Portaria nº 239/67, datada de 29/09/67 e publicada no DO de 5/10/67, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Interior

R E S O L V E , em conformidade com o disposto do artigo 219, parágrafo 2º, do Estatuto dos Funcionários Cíveis da União, designar o escrevente datilógrafo, nível 7, MAX LUIZ ALMEIDA NÓBREGA, matrícula nº 2.112.259, lotado na Divisão Financeira do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, para exercer as funções de Secretário da mesma Comissão.

Brasília, 10 de outubro de 1967

Jáder de Figueiredo Correia
(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

1478
#34

ATA DE INSTALAÇÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO INSTAURADA
PELA PORTARIA Nº 239/67, DO EXMO SR MINISTRO DO INTERIOR

Aos sete(7) dias do mês de outubro de 1967, presentes os Srs. JADE DE FIGUEIREDO CORREIA, FRANCISCO DE PAULA PESSOA e UDMAR VIEIRA LIMA na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro, instalou-se a Comissão de inquerito instaurada para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios. Depois de detido exame a CI resolveu tomar as seguintes providências: a) - requisitar os autos do Inquerito Administrativo instituído pela Portaria nº 154/67, prorrogado pela de nº 222/67, que ficarão fazendo parte integrante do presente processo, constituindo as fls. 1 a 1.478, vols. I a VII; b) - realizar diligências; c) - tomar depoimentos; d) - proceder acareações; e) - oficiar ao Gerente do B nco do Brasil, S/A - Agência Central solicitando extrato de conta corrente movimentada por Luiz França Pereira de Araújo a partir de 1965; f) - oficiar ao chefe do Departamento de Polícia Federal solicitando porte de arma para os membros da Comissão. E, para constar, eu, Luiz Almeida Nogueira, Secretário, lavrei o presente termo, que será assinado conjuntamente por todos os membros da Comissão.

Jade de Figueiredo Correia
Presidente

Luiz Almeida Nogueira
Vogal

Udmar Vieira Lima
Vogal

1479
H
S
H

J U N T A D A

Nos treze (13) dias do mês de outubro de 1967, de ordem do Sr. Presidente da CI-MI-239/67, juntei documentos diversos que constituirão as fls. 1430 a 1529 do volume XIII dos presentes autos. E, para constar lavrei, na qualidade de Secretário o presente termo, que vai por mim assinado.

Moac Buiz Almeida Nobre

1480
BPA

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO : aos sete (7) dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante-sala do Gabinete do Exmo. Senhor Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239 de 5 de outubro de 1967, compareceu o Sr. AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, brasileiro, casado, funcionário público federal do Serviço de Proteção aos Índios, esclarecido pelo Presidente da Comissão de Inquérito sobre os motivos / que originaram o presente processo informou que é FUNCIONÁRIO DO SPI desde 1955, na condição de contratado, passando a funcionário por amparo da lei 3.483, de 8/12/58, durante nove meses chefiou o Pôsto GUARITA, no Estado do Rio / Grande do Sul; que posteriormente tomou partes em expedições e inspeções; que em 1964, de abril a setembro, chefiou a 8a. Inspetoria Regional; que ainda em 1964 o depoente foi informado pelo Major LUIZ VINHAS NEVES, então Diretor do SPI, que para atender o pedido do Gal. SIZENO SARMENTO o depoente iria perder a Chefia da 8a. IR para que a mesma fôsse ocupada pelo funcionário FRANCISCO JOSÉ VIEIRA; que em setembro de 1964 a setembro de 1965 o depoente / Chefiou a Seção de Telecomunicações do SPI; que nessa época além de chefiar a Seção de Telecomunicações administrava os Pôstos, digo, fiscalizava e inspecionava os Pôstos GUIDO MARLIERE e MARIANO DE OLIVEIRA; que aludidos postos eram subordinados diretamente a Diretoria do SPI; que em 1965, o depoente foi afastado de suas funções na Diretoria do SPI sendo designado para o Pôsto GUIDO MARLIERE; que supõe como causa de seu afastamento de Brasília o fato de ter sido o apartamento onde residia o depoente entregue, logo após, a sua / transferência à Secretaria do MAJOR VINHAS Sra. MARIM ARAÚJO DA SILVA, conforme ofício nº 735, de 04 de novembro de 1965; que não chegou a assumir a chefia do Pôsto GUIDO MARLIERE em virtude de haver entredito em gozo de férias; que logo em seguida foi destacado para chefiar a Ajudança de Minas/Bahia, criada naquela oportunidade e com Sede em Teófilo Otoni; que a Ajudança acima foi criada por Ordem de Servo, digo, Serviço interna do MAJOR VINHAS NEVES irregular; digo, irregularidade essa que mereceu advertência sem resultado do depoente ao MAJOR; que jamais autorizou ao funcionário JUQUINHA vender gado do pôsto MARIANO DE OLIVEIRA; que o verdadeiro, digo, verdadeiro nome de JUQUINHA é JOSÉ SILVEIRA DE SOUZA, e acha que não houve venda de gado; que o gado em tela foi vendido por SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA e, não, / por JUQUINHA; que SEBASTIÃO DOMINGOS DA SILVA é funcionário da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais, posto à disposição do SPI; que o mesmo servidor chefiava o Pôsto por ordem do então Diretor, CEL. HAMILTON; que o depoente discordou da venda de 15 (quinze) rezes e recambiou SEBASTIÃO ao Cel. HAMILTON com ofício relatando o ocorrido e pedindo punição, podendo apresentar oportunidade, digo, oportunamente cópias desse expediente e do telegrama do Diretor Substituto comunicando o recebimento que o Cel. Hamilton jamais respondeu nem puniu o responsável; que realmente, aborreceu-se por haver o arrendatário JERONIMA ALVES DA SILVA remetido o valor do contrato anual à Administração Central do SPI em Brasília ao invés de haver pago ao depoente; que o depoente necessitava daquela quantia, Cr\$ 1.440.000,00 (um milhão e quarenta mil cruzeiros velhos) para saldar dívidas contraídas no Comércio da região para manutenção dos índios; que telegrafou a Brasília pedindo devolução / daquela importância e recebeu resposta do Diretor Substituto LUIZ ARAÚJO informando que o Diretor não concordava com a devolução; que o Diretor do SPI / não recolheu aquela, digo, imm, digo, aquela importância ao FUNDO FEDERAL AGRO-PECUÁRIO (FFAP) mas, sim, gastou, digo, aplicou diretamente; que o depoente recebeu e aplicou o produto de outras rendas sem recolhe-los a FFAP devido à situação angustiante decorrente da necessidade de que encontrava de prestar assistência aos índios; que a assistência referida é prestada principalmente em gêneros alimentícios para matar a fome dos índios; que SEBASTIÃO / abateu várias vezes, digo, rezes mas o depoente não seba determinar o número; que sabe apenas haver setenta (70) rezes no Pôsto à época do balanço que procedeu quando da saída de SEBASTIÃO; que desconhece o episódio da apreensão dos equinos feito pela Polícia Rural; que a Polícia Rural assumiu controle adminis -

Adm. de Seg.:

348481
107

assumiu o controle administrativo do Posto e deixou o depoente à margem; que todos os funcionários possuem gado, não sabendo precisar o número; que o depoente nunca tomou o exemplo dos funcionários do Posto; jamais recebendo gado de outrem para tratar "de meia" nas terras do patrimônio indígena ou fora dela; que reconhece estar em perigo de vida acreditando ser devido a ter levado a Polícia Militar para o MARIANO DE OLIVEIRA devido aos excessos que ali se praticava; que o leite produzido pelas vacas do Posto eram distribuídos entre os índios; que agora já não é mais porquanto é levado para a alimentação dos soldados; que os implementos vendidos, tais como um grupo gerador e um engenho de cana, foram por JOSÉ FERNANDO DA CRUZ; que as irregularidades praticadas por JOSÉ FERNANDO DA CRUZ foram apuradas por TUBAL FILHO VIANA; que justifica a sua permanência atual na Guanabara conduzindo o Jeep 85-67-22-GB, ontem apreendido pela Polícia Federal de ordem do Exmo. Sr. Ministro do Interior, pelo fato de haver recebido, digo, recebido telegrama de seu filho comunicando enfermidade da esposa do depoente; que já havia comunicado ao Diretor do SPI o seu próximo deslocamento GUIDO MARIERE, situado no município de RESPLENDOR; que deveria levar para ali leite em pó e medicamentos, além de material de pesca, como de fato fez; que o último material lhe foi entregue pelo Sargento NO, digo, NIVALDO da Polícia Rural Mineira, em Governador Valadares; que recebeu, digo, que recebeu o material e comunicado ao Diretor do SPI, através do telegrama nº 184, de 28/9/67, dirigiu-se ao Distrito de Crenaque, onde estar situado o Posto e lá entregou o material; que, estando mais próximo da Guanabara do que da Sede, digo, que já estando a meio caminho achou por bem vir até a Guanabara atender a sua esposa enferma; que não é comum o depoente assim proceder pois, digo, pois veio somente três (3) em Jeep ao Rio durante toda sua gestão na Ajudança; que o Jeep em causa foi emplacado no Estado da Guanabara face a necessidade de ser encaminhado a Repartição do trânsito com ofício assinado por um funcionário responsável do SPI, isto é, credenciado do SPI; que o funcionário que afirmou o ofício de encaminhamento foi o Sr. JOÃO MELO; que sobre os assuntos pertinentes ao presente inquérito o depoente protesta pela posterior juntada de documentos para fim de prova de suas alegações; que no corrente ano o então Diretor CEL. HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO transferiu para a POLÍCIA RURAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, em cessão definitiva, uma viatura marca Chevrolet C-14, ano de fabricação 1965, cabine dupla, em perfeito estado de funcionamento; que a Polícia Rural modificou a cor original da viatura pintando-a com cor cinza, característica da Polícia Militar de Minas Gerais; que a Polícia Rural levou cinegrafistas para fazer filmagens entre os MAXACALIS; que o depoente telegrafou à Administração Central indagando se ainda estavam em vigor as proibições sobre o assunto; que recebeu telegrama firmado por NILO VELOSO, Chefe do SS, digo, SASSI informando ainda vigorarem as proibições; E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai assinado pela Comissão, pelo depoente e por mim, Heitor Augusto de Lima Secretário que lavrei o presente Termo.

Heitor Augusto de Lima
Presidente
Augusto de Lima
Vogal

Augusto de Lima
Vogal
Augusto de Lima
Depoente

351482

TÉRMO DE ACAREAÇÃO: Aos sete dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239/67, de 5 de outubro de 1967, compareceram os Srs. JOSE FERNANDO DA CRUZ e JOSIAS FERREIRA DE MACEDO, já qualificados nos autos do processo instaurado pela Portaria nº 154/67, esclarecidos pelo, digo, esclarecidos pelo Presidente sobre as divergências havidas nas declarações anteriormente prestadas pelos acareandos, acordaram que: em 1963 (mil novecentos e sessenta e três) o Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO recebeu ordens do então Diretor do SPI - CEL. MOACYR RIBEIRO COELHO para, utilizando verba orçamentária, retirar da CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, joias pertencentes a ESPÔSA de MOACYR RIBEIRO COELHO que estavam penhoradas na aludida CAIXA ECONOMICA; que a ordem foi transmitida das vezes face a relutância do Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO em cumpri-las; que as joias estavam penhoradas na AGENCIA 13 DE MAIO, em nome da ESPÔSA do Cel. MOACIR RIBEIRO COELHO; que após a retirada das jóias o Sr. JOSIAS FERREIRA DE MACEDO fez a entrega das mesmas e a ESPÔSA do Cel. MOACIR RIBEIRO COELHO; que certa feita o Cel. Moacir Ribeiro Coelho, verbalmente, por telefone, ordenou ao Sr. Josias Ferreira de Macedo enviasse ao Sr. BENEDITO PIMENTEL a importância de Cr\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil cruzeiros velhos) para pagamento de medicamentos; que a transferência foi feita; que posteriormente para atender diligência do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO houve necessidade de juntar uma nota fiscal; que o Sr. Josias informou/que tendo transferido o dinheiro consequentemente não tendo feito a aquisição não poderia enviar a nota fiscal solicitada; que a vinte dias passado aproximadamente encontrando com o Sr. MOACIR RIBEIRO COELHO historiou o fato; que Moacir Ribeiro Coelho perguntou ao depoente se havia dado essa ordem por escrito; que o Sr. Josias respondeu que a ordem tinha sido por telefone; que o Sr. Moacir Ribeiro Coelho acrescentou que só confirmava as ordens dadas por escrito, as verbais não; que o Sr. Moacir Ribeiro Coelho em se tratando de ordens dadas ao

1483
374

dadas ao Sr. FERNANDO DA CRUZ, nega as ordens dadas, mesmo por escrito; que JOSIAS FERREIRA DE MACEDO deixou no Pôsto VANUIRE duas(2) vacas / mestiças devidamente cobertas; que os referidos animais desaparecerem, apesar de pertencerem ao PÔSTO CARVALHO PINTO; que o responsável pelo fato é o Chefe do PÔSTO VANUIRE, o Sr. ITAMAR SIMÕES; que JURANDIR MARCOS DA FONSECA, beneficiário do bilhete nº 502.366, Brasília/Rio emitida pela VASP em novembro de 1962 jamais foi funcionário do SPI, sendo atualmente representante do Território de Rondônia em Brasília; que OTAVIO CANGUSSU, da Ajudança de São Paulo faz sérias acusações ao referido ITAMAR SIMÕES; que EDILEUZA PEREIRA L. VIEIRA, beneficiária do bilhete nº 647,778 Brasília/Rio emitida em abril de 1963, igualmente não é funcionário do SPI. mas do Ministério da Agricultura; que também não são funcionários HÉLIO C.S. LEMOS, bilhete nº 389.615, Brasília/Recife, YONE ABREU DE ALMEIDA, bilhete 956.056, Brasília-Rio-Brasília, de junho de 1963 e ANTENOR MACEDO BAENA, bilhetes X010074., Rio-Brasília-Rio, de agosto de 1963 e X014115, do mesmo percurso / de dezembro de 1962; que retifica as datas acima e confirma terem sido todas extraídas pela VASP no ano de 1962; que também jamais ouviu falar que JOAQUIM BEZERRA DE MELO PRIMO, beneficiário da requisição 279, de 17 de abril de 1962 à Cruzzeiros do Sul, fôsse funcionário do SPI; que NILO VELOSO adquiriu / móveis para o Pôsto CARVALHO PINTO havendo transferido os referidos móveis para o pôsto CAPITÃO IACRI por exigências de SEBASTIÃO LUCENA; que Nilo / Veloso é useitr, digo, é useiro e vezeiro na prática de atos lidibinosos no recinto da Repartição havendo sido gra, digo, fragado na prática "de felatio in ore" com uma funcionária contratada para vendas de artefatos indigenas; que em 1959 NILO VELOSO recebeu a importância de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros velhos) para adquirir e posteriormente revender artefatos indigenas; que nunca prestou conta dessa operação; que todos os funcionários lotados no MUSEU DO ÍNDIO principalmente o servidor VERÍSSIMO conhecem os escândalos sexuais de NILO VELOSO. E nada mais disseram nem lhes foi perguntado, tendo acordado nas / nas declarações prestadas as quais lidas e achadas conforme vão assinadas pelos acareados, pela Comissão e por mim, De Cruzzeiros do Sul, Secretário que a lavrei o presente termo.

Josias Ferreira de Macedo
Acareado

Fernando da Cruz
Acareado

Adelino Pereira
Presidente da Comissão

Guilherme
Vogal

Uldimar D. Ruy
Vogal

394 1484

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos sete (7) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na nate-sala do Gabinete do Exmo. Sr. / Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo de signada pela Portaria nº 239 de 5 de outubro de 1967, compareceu o Sr. JOÃO DE SOUZA VERISSIMO JÚNIOR, brasileiro, casado, funcionário público federal, esclarecido pelo Presidente da Comissão sôbre fatos relacionados com a instauração do presente processo e advertido das penas em que podera incorrer por perjúrio informou que dêsdre 1942 trabalha no MUSEU DO ÍNDIO, localizado no Estado da Guanabara; que sabe que existiu no referido / Museu uma Seção de venda de artefatos indigenas; que existia uma servidra, digo, uma servidora, contratada, alta e loura, de nome CRISTINA, que era encarregada da venda dêsses produtos; que o produtodas vendas era entregue ao Sr. NILO VELOSO; que não foi o funcionário que flagrou Nilo e Cristina em atitudes suspeitas de praticas licenciosas; que o depoente é encarregado da projeção de filmes educativos sôbre índios; que havia um excelente trabalho de instrução aos esclora, digo, escolares da Guanabara mediante um acôrdo entre o Museu de Índio e a Coca-Cola; que houve um período de grande movimentação de visitas dos escolares que, alem disso, NILO VELOSO mantinha uma excelente escola de Balet, com programa de Tev, digo, televisão; que dêsses programas, jovens senhoritas, inclusive a filha do mesmo, faziam demonstração de danças flocloricas e de indumentárias indigenas; que as peças do Museu do Índio, tinham, então, muita utilização, inclusive nas demonstrações coreográficas citadas; que as projeções cinematográficas foram suspensas devido à máquina estar quebrada e os filmes recolhidos ao CNPI; que existe um filme sôbre funeral BORORO ainda em montagem; que tal película deve estar em Brasília ou no Laboratório LADY FILMES, em São Paulo; e nada mais disse nem lhe foi perguntado, razão porque assina o presente depoimento, prestado livre de qualquer coação, o qual lido e achado conforme, vai assinado pela Comissão, pelo depoente e por mim, por mim, ~~Assinado Nilo~~, Secretário, que o datilografei.

Adenilson Pereira
Presidente

Vogal

Uldimar S. Junior
Vogal

João de Souza Verissimo Junior
Depoente

Manxerê, 16 de Agosto de 1.967

Exmo. Snr.

Sebastião Lucena da Silva

MD Chefe da 7ª Inspetoria Regional do S.P.I.

CURITIBA - PR

Ministério da Agricultura
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDÍGENAS
L. R. 7.
Protocolado sob n.º 925
19 de Setembro de 1967

Presado Senhor:

Pela presente levo ao Vosso conhecimento a minha proposição de exploração da madeira existente na área do S.P.I., denominada "Posto Indígena Dr. Celistre de Campos", conforme relato abaixo:

- a)- Os pinheiros deverão ser serrados na serraria de propriedade desse Posto Indígena;
- b)- A madeira de lei também poderá ser explorada nas mesmas condições dos pinheiros, sendo que quando preparadas em tóros, dormentes, moirões, palanques, tramas, etc.;
- c)- A condição de exploração deverá ser na base de 50% (cincoenta por cento) para cada parte, pósta no pátio da serraria, isto para madeira de pinho e de lei quando serradas e a madeira de lei quando não fôr serrada, deverá ser depositada ao longo de estradas onde fôr possível o acesso de veículos para efetuar o transporte e carregamento;
- d)- Obrigo-me efetuar a construção de uma rede de transmissão de energia elétrica, ligando à de propriedade da firma Industrial Papelão Chapecosinho Ltda. até a Serraria de propriedade desse Posto Indígena e desta até a séde, bem como a instalação de transformadores de distribuição, sendo que após o término do serviço, ficará como proprietário da rede de alta tensão o Posto Indígena;
- e)- Obrigo-me a construção de 1 ou 2 (uma ou duas) casas de moradia para os índios mensalmente, com isto resolvendo um problema grave atualmente existente, fato este que poderá ser feito em convênio entre as partes;
- f)- O corte de pinheiros será indicado pelo encarregado do posto, dando prioridade aos pinheiros queimados;
- g)- Os transformadores instalados nesses locais, objetos desta proposta, poderão ser retirados após o término do contrato, salvo se houver acordo entre ambos.

A presente proposta de parceria tem como finalidade primária o aproveitamento e levando em conta o grande conhecimento que possuo neste ramo de madeira.

Qualquer informação sobre minha pessoa

Continua

1486

Continuação

pessoa poderá ser adquirida junto aos Bancos, Nacional do Comercio S/A, Banco do Brasil S/A, Banco Industria e Comércio de Santa Catarina S/A, desta cidade de Marxerê.

Sem outro particular que se me apresente para o momento, firmo-me com a mais elevada estima e consideração, des de já

Grato

Josue Annoni
Josue Annoni

JRO/JA



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
MINISTÉRIO DO INTERIOR

Nº 152

Em 25 de setembro de 1967

Do Representante do Serviço de Proteção aos Índios na Guanabara.

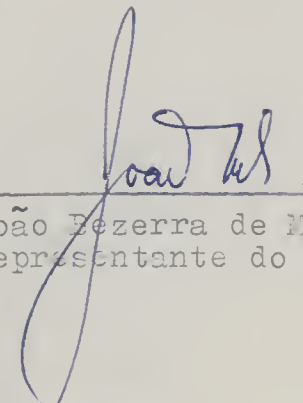
Ao Sr. Presidente da Comissão de Inquérito no SPI

Assunto : encaminhamento (faz)

Senhor Presidente:

Cumprindo determinações exarçadas em seu ofício nº 5, de 24 de agosto p.p., incluso ao presente remeto-lhe duas vias - da relação dos ADIANTAMENTOS requisitados pelo Serviço de Proteção aos Índios à Divisão do Material do Ministério da Agricultura, em nome de servidores de nosso Serviço, referentes aos anos de 1962/1966, bem como, uma relação de distribuição de verbas às Delegacias Fiscais para as nossas Inspetorias Regionais, relativas ao ano de 1967.

Aproveitando o ensejo reitero-lhe meus protestos de elevada consideração e apreço.-


João Bezerra de Melo
Representante do SPI/GB.-

ANEXOS: duas vias de relação de adiantamento.
uma via de relação de distribuição de verbas.

Ilmo.Sr.
Dr. JADER FIGUEIREDO CORREIA
DD. Presidente da Comissão de Inquérito no SPI
Esta

Rio, 25 de setembro de 1967.

Ilmo. Sr.

Dr. JADER FIGUEIREDO CORREIA

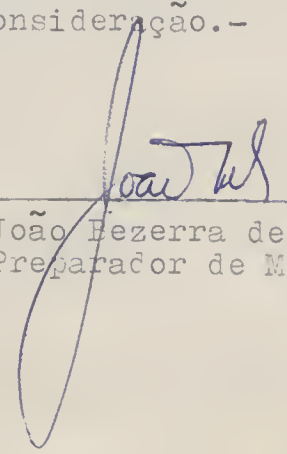
DD. Presidente da Comissão de Inquérito ^{caso} SPI
esta

Senhor Presidente:

Revendo a relação de adiantamentos requisitados pelo Serviço de Proteção aos Índios à Divisão do Material do Ministério da Agricultura, deparei com um pedido de adiantamento no valor de NCR\$ 130,00, em meu nome requisitado ao Departamento Federal de Compras (DFC) pelo ofício nº 1640, de 9-9-63, constante do processo SC/19483/63, o qual foi recusado o registro, em virtude da Divisão do Material não haver recebido comunicação do Tribunal de Contas da União quanto a baixa de minha responsabilidade no adiantamento de NCR\$ 25,00 recebido em 1961.

Cumpre-me comunicar a V.Sa., a guisa de esclarecimento que recolhi aos cofres do Tesouro Nacional, a importância de NCR\$ 25,00 supra mencionada, conforme fotocópia da Guia de Receita, Adiantamento e cópia autêntica da baixa de minha responsabilidade, passada pela Seção de Movimentação de Crédito do Ministério da Agricultura, que anexa a presente. Ainda esclareço a V.Sa. que o recolhimento citado, foi feito com certa demora, em virtude de eu haver feito dois recursos ao Egrégio Tribunal de Contas da União.

Certo de haver cumprido com o meu dever para com a digna Comissão, tão bem presidida por V.Sa., apresento-lhe meus protestos elevado respeito e consideração.-


João Bezerra de Melo
Preparador de Museu, 12-A.

ANEXOS: uma fotocópia.
uma cópia autêntica.

Remetido a S.A.
em 26/10/64
7.

52/18436/63/148

CONTADORIA SECCIONAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
23 OUT 1964

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

EXERCÍCIO DE 1964

GUIA DE RECEITA, ADIANTAMENTO

Cr\$ 25.000,00

Aos cofres da Tesouraria do TESOURO NACIONAL

vai, JOÃO BEZERRA DE MELO

(Pessoa ou agente que recolher o dinheiro)

recolher a importância de VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS

(Valor total e espécie da quantia a ser recolhida)

proveniente de glosa pelo Egrégio Tribunal de Contas

(Proveniência da quantia que se vai recolher)

que recebeu

JOÃO BEZERRA DE MELO

(Nome da pessoa que recebeu o adiantamento)

, entregue pela repartição

Departamento Federal de Compras - M.P. -

(Nome da repartição que efetuou a entrega)

e efetuado em 7 de

julho

de 1961

, no valor de VINTE E CINCO MIL CRUZEIROS.

(Cr\$ 25.000,00)

e requisitado pelo Of. 6386 n.º - de

(Aviso ou ofício)

5 de junho de 1961

; destinado Material para acondicio-

(Os fins a que era o mesmo destinado)

namento e embalagem.

e cuja despesa corria pela verba 1.0.00 - Custeio - Subconsg.1.3.14 -

(Verba por onde devia correr a despesa)

importância que deverá ser levada a Governo da União -

(Título e capítulo do orçamento ou do balanço a que deverá ser levada a importância em causa)

Ministério da Agricultura

Repartição Serviço de Proteção aos Índios.

João Bezerra de Melo, RB, em 23 de outubro de 1964

VISTO

Wagner Corrêa de Mello
Diretor Subst.

GENERAL DO TESOURO NACIONAL
Imp. Nacional

1490
BPA

CÓPIA AUTÊNTICA: - JOÃO BEZERRA DE MELLO-Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, com exercício no Serviço de P. aos Índios, - S.C. -Débito - Crédito - 24.310-61 - Adiantamento requisitado ao D.F.C. pelo ofício 8553 de 18 de Julho de 1961, para atender no prazo de 60 dias, contados da data do seu recebimento ao pagamento das despesas com a aquisição do material enquadrado na subconsignação abaixo indicada, em proveito da Sede do Serviço de Proteção aos Índios e de suas 9 Inspetorias Regionais nos Estados, - de conformidade com o artigo 49, itens I e II da Lei nº 830, de 23.9.49, combinado com o Decreto-Lei n. 2583, de 14.9.40 e artigo 45, do Decreto-Lei n. 2.206, de 20.5.40. - - Artigo 4º, Anexo 4.13, da Lei n. 3.834, de 10.12.60. - Verba 1.0.00 - Custeio - 1.3.00 - Material de Consumo e de Transformação. - 1.3.14 - Material para acondicionamento, etc. -18.-S.P.I.-25 000 00 61729-61 - Comprovado em 5.12.61. - Importância recolhida à T.G. do Tesouro Nacional, conforme guia de receita n. 004899.-25.000 00 Comprovação encaminhada ao D.F.C. 25 000 00 - 25 000 00 pelo ofício n. 16940 de 18.12.61, desta Divisão. - 33882-62- O Tribunal - de Contas, por despacho de 14/2/62, ordenou a baixa na responsabilidade do presente adiantamento, conforme ofício n. 751, de 2/7/62, anexo ao S.C. n. 33.882/62.-----

CONFERE COM O ORIGINAL

Natalina Moreira
Dat. n. 7

V I S T O

[Assinatura]
Chefe Substº S.M.C.

Visconde Costa Lima?

21/4/91
JH

Buritiba 27 de Setembro de 1962

Ilmo. Sr. Jacob de Figueiredo Corrêa

J. J. Presidente da Comissão de Inquérito

Respeitosamente dirijo-me a V. S. o título de colaboração, informar irregularidades na 7ª J. P. no tempo da Chefia de Fernando Cruz. Interminado dia, Fernando Cruz. Resolveram fazer uma farra (bacanali) com bebidas e comidas finas no melhor Hotel de Florianópolis, inclusive planças e praias, trouxeram seus convidados da J. P. 7, inclusive o atual chefe da J. P. 7, o preto Elias, chefe da Contabilidade até hoje, muitos e outros.

Aproximadamente 18 a 20 pessoas.

Fizeram as despesas em 2 dias, aproximadamente de r/er. 3.000 cruzeiros novos.

Importância esta como as outras, deviam ter sido aplicadas em benefício dos Índios. O presidente do Inquérito deixará constar no Processo esta alteração para não figurar o Lucena (não fez sindicância). Mais uma vez desejo-lhes

Sua colaboradora Felicidade
Lia Girancaria

1492
b98
Altamira (Pa), 15 de setembro de 1967.

Exmo. Snr. General Interventor de:-
Serviço de Proteção aos Índios
Ministerio do Interior e Justiça
Brasília D.F.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
PROTOCOLO SOB Nº MLSP/1442
EM 25 / 9 / 1967

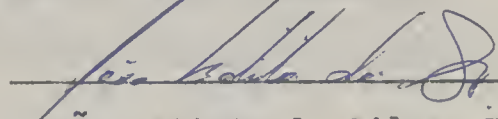
Exmo. Snr.

Na qualidade de Vice-Prefeito deste Município, peço venia a Va. Excia., para estender a vossa intervenção até a judancia do serviço neste Município de Altamira, e seus cinco postos instalados em varios pontos desta imensa região, afim afim de verificar in-lo-co as gritantes irregularidades verificada nas referidas Postos.

Por incrível que pareça na sôde da Ajudancia, d'esse Serviço, n'esta cidade, é a onde funciona e está instalado o comercio de compra e venda de todas as operações de generos de industria extrativa, que em maior parte é adquirido pelos selvicolas e totalmente despachados em nome do S.P.I., para se furtarem ao pagamento dos impostos Municipais e Estadual, que goza o referido SERVIÇO.

Sendo somente o que se oferece para o presente.

De. Vª Excia. Atenciosamente


João Batista da Silva- Vice-Prefeito



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Fls.

Proc.

RUBRICA

Encaminhar ao Dr. Jader

A.S.H.

Encaminhar ao Dr. Jader

Nilo Oliveira Pellozo

CHEFE DA SASSI

Em 02/10/65-



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
2.ª INSPETORIA REGIONAL NO PARÁ

1494
B. J. P.

M/M nº 105/67.-

Belém-Pará
Em 27 / 9 / 67

Ilmo. Sr.

JADER DE FIGUEIREDO CORREA

Pte. da Comissão de Inquérito do S.P.I.

BRASÍLIA DF

Através do presente passo as mãos de Vossa Senhoria as informações detalhadas determinadas pelo vosso telegrama nº 212 de 01/9/-/67.

Atenciosamente

João Maranhão
José Maranhão Teles Filho
Chefe Substituto da 2.ª INSP do S.P.I.

RESERVADO195
33/495

Dando cumprimento ao que determina o vosso telegrama nº 212 de 01.9.67, dirigido a Chefia desta Inspeção Regional, no qual Vossa Senhoria faz menção a minha pessoa e em virtude do senhor Inspetor Francisco Meireles, Chefe desta Inind encontrar-se em serviço de pacificação na região do Xingu e considerando ainda que a sua ausência será bastante demorada, peço vênha para prestar os esclarecimentos exigidos por Vossa Senhoria:

I. no que diz respeito ao contrato para extração de madeiras na região do Tocantins, ou mais precisamente, na área do Posto Indígena "Mãe Maria", posso afirmar que realmente existe um contrato entre esta Inspeção Regional e o Sr. Wladirson O. Penna, devidamente registrado em Cartório e do conhecimento do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do SPI, visto que lhe foi dado a conhecer quando da sua passagem por esta Capital, além da troca de expedientes sobre o assunto, mantida entre esta Regional e a Diretoria. O contrato não se restringe unicamente a extração de mogno, mas sim, a toda espécie de madeira leve, com densidade inferior a 0,900-ks. Das duas mil (2.000) árvores constantes do contrato, apenas duascentas e cinquenta (250) foram abatidas o que corresponde a quinhentas (500) toras, aproximadamente. O Contrato tem a vigência de dezoito (18) meses e está prestes a extinguir-se, visto que foi assinado em 5 de julho de 1966, não havendo mais, portanto, condições para novas derrubas. Esclareço-vos, ainda, que nos últimos dias do mês de maio empreendi inspeção ao Posto "Mãe Maria", ocasião que colhi detalhes sobre o andamento dos trabalhos, podendo vos assegurar que até aquela data nenhuma tora de madeira havia sido retirada, isto é, permaneciam nos igarapés. Segundo informações de pessoas habituadas a aquele serviço, não seriam retiradas, em virtude das águas já estarem bastante baixas. Assim sendo, acredito que as madeiras extraídas, ainda permaneçam nos igarapés, aguardando a próxima enchente. - Quanto à minha participação, apenas exerci vigilância quando do início dos trabalhos, a fim de evitar que elementos perniciosos se infiltrassem na área indígena. Posso assegurar a Vossa Senhoria que não

11/196
S.H. 1496
[assinatura]

há e nunca houve, pelo menos durante a presente gestão, exportação de mogno ou de outra qualquer espécie de madeira, por parte desta Inspeção Regional; o que existe de verdadeiro, é o que acima ficou exposto, um contrato honesto, criterioso e devidamente autorizado pela direção do S.P.I.. - Após noventa (90) dias da assinatura do contrato, esta Chefia recebeu DOIS MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS NOVOS - (Ncr\$-... 2.800,00) referentes a VINTE POR CENTO (20%) do total de QUATORZE MIL CRUZEIROS NOVOS - (Ncr\$-14.000,00), correspondentes a duas mil (2000) árvores a SETE CRUZEIROS NOVOS - (Ncr\$-7.00), por árvore abatida. A importância recebida destinou-se a vários pagamentos atrasados, conforme comprovantes em nosso poder.-

II. com referência a duzentas caixas, ou melhor esclarecendo, setenta e cinco (75) hectolítros de castanha, houve realmente - / ação judicial movida por esta Regional contra a firma A. C. Maués, estabelecida na cidade de Altamira. A referida firma adquiriu o produto de um comerciante ambulante, conhecido como "regatão", que operava na região do rio Frêsko, afluente do Xingu, local onde está situado o - Posto Indígena Gorotire, sem que o responsável pela Unidade, comunicasse à Chefia da Inspeção a ocorrência. Entretanto, em virtude de naquela época encontrar-me na cidade de Altamira, para onde me havia deslocado a serviço, chegou ao meu conhecimento, através de pessoas que retornavam dos altos rios, ter havido aquela compra indevida. Imediatamente officiei ao Sr. Suplente de Juiz de Direito - rábula - e ao Sr. Delegado de Polícia da cidade de Altamira, solicitando a apreensão do produto tão logo chegasse ao porto daquela cidade, até que fosse esclarecida a natureza da transação. Decorrido tres dias, quando - -----já me encontrava em Belém, chegou o cidadão de alcunha "Mara-nhense", com o carregamento de castanha, que foi liberado pelo Sr. Suplente de Juiz, para venda à firma A. C. Maués, considerando que o comerciante ambulante portava um documento do responsável pelo Posto Indígena Gorotire, no qual declarava "haverem os índios vendido, ao comerciante, duzentas caixas de castanha, num momento em que havia se

1497
4.5/4

ausentado do local de trabalho, recebendo os índios pagamentos diversos, desobrigando-o de qualquer responsabilidade". Todavia, considerando que o produto indígena somente poderá ser negociado com a assistência de servidores do SPI, a questão foi levada a Justiça, através do Dr. Wilson Souza, Advogado desta Inspetoria que encaminhou o pedido de apreensão ao Exmo. Sr. Dr. Juiz Federal dêste Estado, que o deferiu. Pretendíamos com essa providência reaver o produto, que além de ter sido comprado indevidamente, pertencia a outra firma com quem a 2a. Inspetoria Regional mantém contrato e que antes do início do fabrico, abasteceu os postos indígenas da região com mercadorias e combustíveis, que seriam pagos com a produção dos mesmos. - O Sr. Cel. Delegado da Polícia Federal colocou à disposição desta Regional, um Agente Federal, que posteriormente seguiu, juntamente com o Inspetor Meireles e o Dr. Wilson Souza, à cidade de Altamira, ocasião que procederam a apreensão do produto, tendo o mesmo ficado sob custódia da Prefeitura, no galpão do trapiche do porto da cidade de Vitória, naquele Município, até que a decisão Judicial fôsse exarada. - Chegando ao conhecimento do Inspetor Meireles, haverem outras irregularidades de ordem administrativas, ocorrendo nas regiões dos Postos Indígenas, decidiu empreender uma viagem aos altos rios, levando em sua companhia o Agente Federal, antes porém, telegrafou à Sede da Inspetoria, solicitando a minha presença na cidade de Altamira, a fim de acompanhar o desenrolar dos acontecimentos. Desloquei-me de Belém levando em mão a resolução do Exmo. Sr. Dr. Juiz dos Feitos da Fazenda Federal, determinando fôsse o produto entregue ao SPI, cuja determinação, não foi considerada pelo Sr. Suplente de Juiz, voltando tudo ao estado de coisas. Durante os poucos dias que ali permaneci, sofri coação da parte de elementos interessados em tumultuar a questão, forçando o meu retorno à Belém. Nesse interregno, infâmias várias foram assacadas a minha pessoa, que para melhor clareza, passo a relatar: a) - o Suplente de Juiz, Sr. João Horácio Monteiro, expediu citação dando o prazo de cinco dias para me apresentar naquele Juizado, a fim de responder pelo crime de ter mandado invadir o depósito da firma A. C. -

Sya 1498

Maués, por dois indivíduos que de lá retiraram duzentas caixas de castanha e que o não comparecimento dentro do prazo fixado, consistiria na ordem de minha prisão. Os dois indivíduos são: Dr. Wilson Souza, Advogado da Inspetoria e o Agente Petra da Polícia Federal; b) - o proprietário da firma A. C. Maués, o Sr. Suplente e mais um cidadão de nome Evangelista, que se intitulou advogado da firma, quando ainda me encontrava na cidade de Altamira, desacataram-me e tentaram humilhar-me, ocasião que detrataram o SPI e ofenderam a todos seus servidores, indistintamente. Não resistindo, fui obrigado a reagir, o que mais acelerou os ânimos revoltados daqueles que se sentiam prejudicados com a ação disciplinar imposta; c) - quando perceberam que a violência não surtia o efeito desejado, apelaram para o suborno. A primeira vítima foi o Agente Petra da Polícia Federal e a segunda, o signatário da presente, fato ocorrido no mês de julho pretérito, nesta Capital. - Após haver decorrido tres meses e já tendo a Alta Instância proferido despacho dando ganho de causa ao Spi, outro ato arbitrário, a meu ver, foi cometido pelo rábula João Horácio Monteiro, que dizendo-se possuidor de ordem superior, fez prevalecer a sua autoridade, liberando a castanha a favor da firma A. C. Maués, a revelia do Spi, que somente tomou conhecimento quando o produto já havia sido entregue a uma firma nesta praça. - Embora soubessemos do despacho favorável da Alta Instancia, nada podemos fazer, visto que dependiamos de recursos para locomoção de dois oficiais de justiça, determinado pelo Juiz, e de um funcionário desta Inspetoria à cidade de Altamira, onde procederiam o embarque do produto para Belém, o que não ocorreu pelo motivo exposto. Diante do dilema, ainda esbocei uma tentativa procurando impedir fôsse o produto transacionado. Dirigi-me ao Sr. Cel. Delegado da Polícia Federal, que em virtude do processo judicial estar na Instancia Superior, nada pôde fazer, salvo se Exmo. Sr. Juiz solicitasse a apreensão através daquele Órgão. - Em virtude do advogado desta Inspetoria encontrar-se ausente de Belém, dirigimo-nos ao Exmo. Sr. Dr. Juiz, que também negou o atendimento, salvo se a solicitação fôsse procedida através do Advogado do Serviço. - Não obstante havermos, aparentemente, perdido a questão, a Ação Judicial continua. -

A fim de que, em futuro, não venham suscitar dúvidas -

1499
12/9/67

sobre o relato acima, esclareço-vos que há nesta Inspetoria, documentações que comprovam o que ficou expresso, havendo ainda os testemunhos do Agente Federal, Petra e do Dr. Wilson Souza, além dos Autos constantes do Processo que se encontra no Foro.

No que se refere a minha atuação em ambos casos, desnecessário se faz qualquer comentário a respeito, deixando-o à apreciação e julgamento de Vossa Senhoria.

Encerrando este relatório, permita-me vos esclarecer da necessidade do comparecimento da Comissão de Inquérito, da qual Vossa Senhoria é Presidente, a esta Regional, quando maiores detalhes e provas poderão ser constatados, quando também terei a oportunidade de pedir vistas do que recai sobre a minha pessoa.-

Belém-Inind.2, 26 de setembro de 1967.

João Maximiliano de Figueiredo

Ar de Jader.

1500

25-10-1967

Info

B. J. E.

Itabuna, 3 de Outubro de 1967

A. F. PORTO CORREINHO
Ministro do Interior, Interino

Sr. General Albuquerque Lima

DD. Ministro do Interior

Tomando conhecimento de que este Ministerio está verificando irregularidades existentes no Serviço de P. Aos Indios, e oportuno lembrar a V. Exa. o esquecido, delatado e esbulhado "POSTO INDIGENA PARAGUASSÚ", antes Municipio de Itabuna, hoje no Municipio de Itajú do Colonia. As terras foram retalhas entre politicos e seus afilhados, o gado vendido por nada, enquanto os indios iam desaparecendo nos "acidentes de trabalho". Hoje as terras do Posto pertencem, irregularmente aos magnatas do boi, do vale quanto peza. General, mande sondicar o que ocorre e o que ocorreu com o Posto Indigena Paraguassú, desembrulhando, nesta Bahia velha, um angú nem complicado. Assumimos a responsabilidade pela denuncia, denuncia.

Respeitosamente, usbs,

Assinatura

Carlo Costa Feres

Arx Duarte



RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1501
B4x

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR A SITUAÇÃO EM
QUE SE ENCONTRAM OS INDIOS DO TÔLDO DE NONOAI E OS CHAMADOS
"AGRICULTORES SEM TERRA"

Pôrto Alegre, 4 de outubro de 1967

SENHOR MINISTRO.

No momento em que V.Ex.^a determina uma completa devassa no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), tomo a liberdade de dirigir-lhe o presente, para comunicar-lhe, na qualidade de Presidente, que foi constituída, nesta Assembléia, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em maio do corrente ano, com o objetivo de apurar a situação dos indígenas rio-grandenses e, de modo especial, dos que integram o TÔLDO DE NONOAI.

Aliás, com idêntico propósito, no dia 8 do corrente, estive na sede do SPI, em Brasília, onde, na companhia do Deputado Federal Amaral de Souza, da Bancada Gaúcha, mantive entendimentos com o Dr. João Batista Cavalcanti, membro do Gabinete de V.Ex.^a e que responde pela Direção daquêle Serviço.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR
GENERAL ALBUQUERQUE LIMA
DIGNÍSSIMO MINISTRO DO INTERIOR
BRASILIA -DF



1502
[assinatura]

No aludido encontro, que me pareceu muito provei-
toso, convencionei com o Dr. Batista Cavalcanti que, após
ouvir os Srs. Deputados membros da CPI, dirigiria corres-
pondência a V.Ex.^a não apenas para colocá-lo a par dos
nossos trabalhos, mas, também, para sugerir-lhe algumas
medidas que venham melhorar, sem demora, as condições ge-
rais dos silvícolas no Rio Grande do Sul e, de modo espe-
cial, resolver, definitivamente, a situação aflitiva do
TÔLDO DE NONOAI.

Este Tôldo, como sabe V.Ex.^a, é administrado pelo
SPI, mas guarnecido pela Brigada Militar do Estado. Por
esta última razão, pela presença de mais de meio milhar
de intrusos naquela área e pelas denúncias de irregulari-
dades e agitações noticiadas, entendeu legítima a Assem-
bléia Legislativa a sua participação no problema, através
da CPI requerida.

A imprensa de Pôrto Alegre e do interior do Esta-
do, aliás, destacou como "louvável iniciativa" a instaura-
ção da CPI, tendo o conceituado "Correio do Povo", em edi-
torial de 31/5/67, afirmado o seguinte:

"Instalou-se na Assembléia Legislativa a Comissão
de Inquérito que tem por objetivo a situação dos indíge-
nas rio-grandenses e, de modo especial, os que integram o
Tôldo de Nonoai. É oportuna a iniciativa e de há muito
já deveria ter sido tomada. Porque, há longos anos, so-
frem os humildes silvícolas condições humilhantes de vida,
autênticos marginais de todos os bens e condições que jus-
tificam e dignificam a criatura humana".

A CPI, além de ouvir dezenas de testemunhas, visi-
tou o Tôldo de Nonoai, onde inquiriu autoridades locais ,
intrusos e índios, tendo também recolhido alguns documen-
tos. Nesta Capital, da mesma sorte, se ouviu autoridades
federais e estaduais e, inclusive, o representante do SPI,
Sr. JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA, Chefe do Pôsto Indíge-
na Paulino de Almeida, que foi devidamente credenciado por



[Assinatura]

aquê^{le} Serviço. Está, pois, a Comissão, na fase final da instrução do processo.

Verifica-se, nesta altura dos trabalhos - Senhor Ministro - que, de fato, vem se agravando, mais acentuadamente a partir de 1962, a situação dos postos indígenas no Estado do Rio Grande do Sul. Especialmente no Tôldo de Nonoai, que a partir daquê^{le} ano passou a ser intrusado, as condições dos silvícolas são as mais penosas, pois lá se encontram nada menos de 600 famílias de agricultores "sem terra", que vivem em constante conflito com quase igual número de famílias de índios.

O problema social, assim, não só do indígena, como, também, dos chamados "sem terra", se agrava cada vez mais, sem uma solução positiva de parte das autoridades responsáveis.

Não têm sido poucas as comissões destacadas não só pelo SPI, mas, inclusive, pela Secretaria da Segurança do Estado e até pelo III Exército, para estudar o assunto, mas nenhuma solução efetiva foi encontrada até o presente.

Ocorre que, no entender desta CPI, não tem havido coordenação de esforços, e relatórios e mais relatórios se sucedem sem nenhum resultado prático. Não deseja esta CPI, por isto, incorrer nos mesmos êrros. Quer somar esforços e convidar a todos, como tem feito até agora, a fim de que possa, com o consenso geral, oferecer às autoridades competentes a sua colaboração, para que se encontre uma solução justa para êsse crônico problema.

Entende esta CPI que não basta que se apure as irregularidades existentes no Tôldo de Nonoai e que se puna os culpados. É preciso que, a par disso, se dê, com prioridade, uma maneira para minorar o sofrimento daquê^{les} humildes e desesperançados viventes.

É por isso que, antes de encerrar a instrução do processo, a CPI decidiu, por unanimidade de seus integrantes,

[Assinatura]



RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

fls.4

1504

[Assinatura]

isto depois de terem passado dois dias em Nonoai e terem ouvido dezenas de pessoas de tôdas as correntes filosófi cas e políticas, propor a V.Ex.^a a designação de um representante dêsse Mihistério, da absoluta confiança de V. Ex.^a, que tenha podêres para, juntamente com representantes do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Govêrno do Estado, e desta Comissão Parlamentar de Inquérito, estudar a melhor solução para o problema do Tôlido de Nonoai. As sugestões que surgirão dos estudos da referida Comissão, serão encaminhados, após, à sábia decisão de V.Ex.^a, que dará, é evidente, a última palavra sôbre a matéria.

Senhor Ministro. Se aceita por V.Ex.^a a proposição que lhe é feita através dêste, tomo a liberdade de solicitar-lhe que reforce o apêlo que formularemos aos Srs. Ministro da Agricultura e Presidente do IBRA, no sentido de que, sem tardança, indiquem o representante daquela Autarquia, a fim de que se forme esta Comissão de alto nível, que somando esforços e experiência, dará, sem dúvida, uma solução justa, legal e humana para índios e intrusos que ocupam aquela área.

Certo de que V.Ex.^a dispensará especial atenção ao presente, côlho o ensejo para apresentar-lhe as minhas mais

Cordiais Saudações.

[Assinatura de Fernando Gonçalves]

DEPUTADO FERNANDO GONÇALVES
Presidente

1505

Assunto: Índias.

Com relação ao termo aliciamento do índio, que passa sobre minha pessoa por acusações feitas; não passa de mais uma infamia das muitas que são lançadas pelos quadrilheiros do S.P.I., pois conforme os documentos que tive a oportunidade de mostrar a esta comissão; que compõem-se de ofício ao Presidente do IPM - fatos relatados a comissão Parlamentar do Inquerito no S.P.I. e mesmo varias correções de atas remetidas ao Direção do S.P.I., conforme cópia em meu poder e vista pelos senhores. Nas palestras hevidas entre o Chefe da 6.ª Inspeção naquela ocasião (Sr. João da Silva), fiz eu to aos membros da diretoria dos acontecimentos com relação aos índios e mesmo com o meu relatório de 1962, quando recebi a inspeção, onde mencionei que recebi uma agência de empregos - pois o numero de índios e índias fora dos postos eram em numero alarmante - Infelizmente a Diretoria não deu a minima importância. Já naquela época qualquer medida que se tomasse contra as pessoas responsáveis por estes fatos, implicava em contrariar os quadrilheiros do S.P.I., pois a rede de cobertura para os meus fatos sempre funcionou e perfeitamente bem.

Tem a Diretoria a comunicação de muitos e muitos crimes afetados contra os índios, de mais possibilidades possíveis de se imaginar, Estupro, Morte, Esquecimento - o mais recente relatório acerca de meus tratos com índios foi apresentado possivelmente pelo Sr.

RICARDO RIBEIRO, Sargento da Aeronáutica, que no ano de 1965, durante a atividade da Diretoria em viagem por postos do S.P.I. muito especialmente no Sul do País (7.ª IR), constatou fatos que o agrediu e feriu e outros servidores, deixando-o profundamente doente e trágico, por ter verificado que uma instituição criada para proteger, se cometeram os crimes mais repugnantes, mas isto não ficou além do escrito e das falas, os crimes não, sempre tiveram cobertura e permissão.

No dia 16/3, quando de uma reunião na diretoria, entreguei uma PALMATORIA, emitida pelo Posto Indígena, criada pelo Indígena, pelo Sr. João Batista Corrêa, filho do Sr. João da Silva. Inspeção (Canoa da Silva), ao tempo de Inspeção Erico Campes, por se tratar com índios e viajar com índios, haja vista que viveu muito tempo com um índio, e a propósito da mesma época foi mandado para outra inspeção. Este fato ocorreu em Pi. São João (5.ª IR) - ano de 1961.

Dei conhecimento a esta Comissão que dei encaminhamento a Diretoria, das medidas necessárias, que inclui por bem tomar, recolhendo índios e índias de castigos das famílias, entregando as casas de famílias, para trabalho gratuito, e as pessoas foram a cargo da inspeção e do funcionamento mais de um tempo ligado ao "Serviço", queriam agradecer aos indícios po-

Continuação...

MINISTÉRIO DO INTERIOR

1506

-2-

agradar aos políacos, pois a maioria eram pessoas de projeção, são
velhos- uma índia em casa do senhor Desembargador Zezario, esta in-
dia foi recolhida no dia em que o IPM, dirigido pelo senhor Cel. Heber
Teixeira Pinto estava na Inspecção- outra índia de nome Brasileira, tam-
bem a seis anos ausente do posto, estava em Santos S.P. em casa da filha
do senhor Desembargador- e tantas outras em casas de gente de projeção
que constituía naquela época e possivelmente agora a cobertura a alguns
servidores do Mato Grosso- As índias retiradas por mim e um número de mais
de vinte, trouxe-me serios aborrecimentos- mas não poderia de modo al-
gum deixar de tomar estas medidas, muito embora a diretoria fosse con-
trária a esta medida, salvadora, pois o que me levou a fazer assim, que
as moças eram tiradas do posto sem o consentimento dos pais, muitas de-
las saíam da escolinha do posto para as conduções que as viam buscar
sem os seus pais estarem presentes, muitos até as roças, as fazendas
onde sofriam castigo- Este fato foi-me relatado pelo Aux. de Exército
Violante Tocantins que na época lecionava no Posto Indígena Gal. COELHO
DE MAGALHÃES- O número de Índios também não foi pequeno, os que estavam
a castigo de vapores etc.. a maioria por castigo de ordem por mal, a-
por as vezes para se apartarem de suas mulheres- índias sendo entregue
em troca de fatura de fogão etc.. (fato passado com a irmã Rosa fa-
to que fiz um relatório cuja cópia deve estar na Inspecção, 6a. IE.
Estes fatos muitos deles revestido de alto grau de castigo, fo-
ram por mim levados ao conhecimento do pessoal que constituía na é-
poca os dirigentes do S.P.I. o senhor Nilo Velozo deve ter carta que
ele fez, o Diretor através das expedientes e a pasta, mas nada importa-
va em medidas que visavam beneficiar os índios- I PEREIRA ERA NEGOCIO
coisas que no desse dinheiro, ARRAUDAENS = ABATE DE MARTINS e VANDI
DE GADO etc. Cada das coisas pessoais referentes a índios, a não ser o seu
patrimônio- As medidas tomadas por mim senhor Presidente, foram nos anos
de 1962 (a partir de julho), quando assumi a chefia- 1963, continuei a
recolher as índias e índios e sempre de acordo com o Diretor, po-
is as primeiras e assegura da república eram e continuava- em 1964, bem
no dia 25 de agosto, entreguei um ofício cuja cópia está a disposição
da Comissão, fiz a entrega como disse ao senhor presidente do IPM. e
tenha cópia em Brasília sob o nº do protocolo/64.

Foi fácil após minha saída e obedecer do a uma regra de jogo exis-
tente no S.P.I. e procurar sobreviver o nome de quem contraria os seus
interesses.

Com vos disse, sem tempo tive para aliciar empregar e ficar com
o controle dos trabalhos dos índios, pois minha saída da chefia da 6a. IE,
de-se conta como foi o fim.

1507 -3-
BPA

Os proprietários da Fazenda São Francisco do Pirigatã, faz. da esta-
ção de Porto Couto Magalhães, sempre receberam índios e índias pa-
ra trabalhar de Castilho - um fato p. passado com a india Licolina ou Liri-
ta, que o carregado levou-a a fazenda e mandou que a castigassem que
o seu serviço fosse de roça, na ocasião estava presente o sr. Dr. LUIZ
BAPTISTA, Proprietário da F. C. F. B. do S. Paulo a que 15 de No-
vembro, que poderá ser perguntado sobre fato e de muitos outros, que se-
le era conhecido pelos seus empregados (nesta faz. de, trabalhou um
rapaz de nome Roberto Vieira - atualmente em São Paulo - rua 7 de Setembro
nº 850 - P. Velho - trabalhou em mineração, que poderá melhor que nin-
guém informar das atrocidades com os índios, vendo de perto etc...) de
esta gente que por mim tiveram seus interesses suscitados no caso de
expediente de acabar com a guerra indígena, mas felizmente de-
di' fácil de se provar ao contrário.

7-10-967

[Assinatura]
João Baptista de Almeida
Proprietário da F. C. F. B. do S. Paulo

E.T. Dou como testemunha das meu procedimento com os índios
os srs. Cel. Caraciolo de Oliveira (Gab. Militar em
Brasília DF)

Col. Carlos Maira Matos

Srs. Bispo de Barro D. Vicente

" " do Cuiabá D. Orlando

os d. e outros, fatos e demais tes-
temunho prestados a esta Comissão

Bjg

Assunto: PINHO

Em todas as administrações do S.P.I. quer da Direcção ou das chefias das Inspetorias (salvo o gado), usou-se do expediente de se fazer trade, trade de madeiras, muito especialmente Pinho - com feitura de contratos falsos, sem nenhuma garantia para o S.P.I., sem registrações no T.C., e alguns contratos feitos quasi com o cunho de particular, sem conhecimento do Ministério onde estava afeto o S.P.I., contratos entre a Direcção-Inspetoria e Maderreiro.

Todos que passaram pela chefia da 7a. Inspetoria, fizeram NEGOCIO, com pinheiro, até o tal falado contrato paralelo - oriundo da tal industria do "Embargo", que na expediente do desembargo, e levado a conhecimento do maderreiro, que tal viagem para a enter esta medida foi dispendiosa etc.. e tão se acertava de receber determinada importância por fazer a troca de mais pinheiros, que seriam abatidos, razão que os contratos assinados etc. nunca terminavam pela razão acima exposta.

Heredito mesmo, que tinha um ou dois contratos não legivos ao S.P.I., talvez feitos sem o conhecimento e estudo acurado, pois sempre viu-se em primeiro plano a facilidade de se arranjar de imediato o dinheiro, afim de atender tal ou qual necessidade.

Durante a minha estadia no Posto Indio Cacique Doble, fiz apenas uma casa para o indio de nome Augusto - usa do expediente de trocar tabôas por toras, felizmente fiz a casa e não tive a oportunidade de entregar a madeira que valeria como troca - pois tal a troca de apenas um pinheiro, poderia ser mais tarde explorada.

Houve no posto a necessidade de se cobrir o salão e usarmos tabôas para algumas obras, e foi acertado com o sr. José Dalmiro que nos fornecesse tabôas que entregariam as toras contras o dente, pois os pinheiros disponiveis, tinham sido por mim apreendidos de alguns Ladrões do posto, pois é comum a queima maliciosa de arvores, para dar-lhes como disvitalizada, houve a queima por pessoas já habituadas a tal pratica, em numero de mais de 60 pinheiros, fatos estes de troca, especulação etc. de conhecimento da chefia.

Entretanto o que se viu foi usarem do expediente excuso, mandando que eu preparasse 100 pinheiro, para serem tirados por uma firma que havia feito um contrato em Toposi e cuja madeira seria completada com parte do Pinho Cacique, sem procurarem saber se o posto ainda tinha esta reserva - ao receber mais tarde atender tal ordem pois dei a respectiva despesa de abate, preparação de caminho para puxar as toras etc.. e só o caminhão vir apanhar tudo pronto, dando a atender que eu é que estava vendendo os pinheiros, pois nenhum documento autorizando a preparação da madeira me foi dado.

2-
37A/509
46

O Sr. Major Danton, voltou ao posto cerca de duas semanas depois, perguntando se tudo estava pronto, ao responder que não tive oportunidade de fazer as ponderações que eu ficaria em situação difícil, ele mostrou descolheramento.

Pedro Lemos, que posteriormente viajou com o sr. major, disse-me que eu havia feito ele dar explicações a outras pessoas; naturalmente ao maior no caso- pois com o expediente de tirar madeira de um lugar diferente do outro onde foi feito a transação, é uma técnica relativamente boa pois não dá a perceber que se fez negócio, expediente usado por quem não tinha delegação de competência para efetuar uma transação correta.

No decorrer da palestra com o servidor Pedro Lemos, soube que havia o senhor major tomado medidas contra mim, encomendando queixas forjadas, isto fazendo parte de um plano urdido para prejudicar-me, tendo em vista o aborrecimento causado por não estar pronto a madeira, devido naturalmente ao contratista de Weneai ou outro setor, onde os pinheiros eram vendidos.

No posto Caicique Doble, tem junto ao salão de festas dos índios, Plaquas e taboas apreehidas por minha ordem, quando já estavam prontas para serem vendidas por pessoas que roubam madeira da área, esta apreensão foi os índios que fizeram, os responsáveis (tirados os de madeiras) alegaram que era um compromisso antigo da outra administração etc.. outra técnica usada no S.P.I. sempre que querem usufruir dos bens dos índios alegam que é coisa antiga etc. pedindo ou fazendo valer "ordens" de autoridades- Se eu tivesse atendido a esta preteção, o SR BRANLHO antigo contratista com o S.P.I. queria tirar do posto alguma madeira lá existente de um contrato de 1 ou 2 anos atrás, alegando ser resto de sua cota- diga-se que não foi pessoalmente tratado comigo a retirada desta madeira e um intermediário veio falar-me, não concordando a coisa ficou por isto mesmo.

7-10-57.

Guilherme Pitta

BPA 1510
AB

Assunto Trigo:

Nos meses de Dezembro de 1965 e Janeiro de 1966, o posto indígena Cacique Doble, fez entrega a Cooperativa Tritucola de Lagoa Vermelha do seu produto de trigo, produto este oriundo de plantio e parte recebido como parceria (arrendamento).

A prestação de contas proveniente desta vendas (foram feitas 4 (4) entregas) duas delas a 1a. e 2a. recebida a importância de uma só vez, a 3a. recebida separada e a 4a. ficou embargado o recebimento, ordem de bloqueio dada pelo sr. Major Danton.

A Última entrega de trigo, pertencia parte ao posto e parte trigo dos índios (planta feita em sociedade entre eles)-

Esclarecendo e dando testemunho a esta comissão como forme documentos postos a disposição, embora fosse efetuado esta venda de produtos, o posto ficou com quantidade bastante em seus paços para plantio e consumo, acrescendo ainda que a cooperativa forneceria ao posto a semente que fosse necessária para o plantio da safra de 1966, com semente selecionadas etc.

Senhor presidente, a prestação de contas da venda do trigo, foi feita em tempo hábil, muito embora os atropelos a mim causado por perseguição do sr. Major Danton, quando ainda me encontrava hospitalizado, conforme documentos e datas que podem ser verificadas.

Pediria a esta comissão que mandasse verificar em Lagoa Vermelha quem recebeu a importância referente a última entrega de trigo, e o destino dado a esta importância, tendo em vista, tratar-se de dinheiro dos índios- e a parte do posto estar comprometida - e da importância dos índios nem foi dada atenção, segundo a transação que foi feita e que será esclarecida quando vier a resposta da cooperativa.

7-10-67

Capitão F. Del Rio

Assunto Terra:

1511
S/1

O que existe em relação as terras do patrimonio indigena que estão sendo invadidas, cabe a culpa unica e exclusivamente ao próprio S.P.I., por não tomar as medidas necessárias a assegurar a posse das terras, medindo-as, registrando e muita das vezes deixando de fazer uma cerca onde ficasse patenteado o limite de propriedade.

A convivencia do S.P.I. com relação as invasões e patenteada até em atos assinados com governos, fazendo doação através de convenio.

Ha um pedido de informação de um parlamentar acerca das terras conhecidas como Colônia Tereza Cristina (terras dos indios Bororos), nas margens direita e esquerda do Rio São Lourenço MT. esta area tinha 65 mil Ha. restando hoje em dia apenas menos de trinta pois 35 Mil Ha, foi assinado um convenio e na medição do que ficou para os indios restou menos de 30 dos 65Ha.

As invasões havida nesta area em tempos passados, desde 1951 até o ano presente, foi devido a falta de força dos servidores do S.P.I., que por vezes viam-se coagidos pelas autoridades estaduais, ou mesmo sem a devida força moral, pois em algumas vezes era o proprio servidor do S.P.I. quem negociava as terras.

No D.Oficial de M.Grosso- do dia 6/setembro/963, existe o registro de uma publicação dada pelo senhor Secretario de Agricultura do Estado, por ter o servidor Ramis Bucair, ludibriado a administração do estado, no que diz respeito a terras daquele Departamento- tempos depois este mesmo funcionario, assina uma planta do senhor REATO GARRAZ, proprietario da loja de produtos Eletro-doméstico de nome Reizinho, onde suas terras estão nada mais nem menos dentro do Posto Indigena Pirineus de Souza (Vilhena Mt) tive oportunidade de ver o mapa e no mesmo dia oficieei ao Dpt de Terras solicitando o embargo desta transação- tal medida originou-se da queixa apresentada pelo encarregado do posto, senhor agente Afonso de França, que inclusive fez um croquis da area invadida, por um particular juntamente com um funcionario do serviço de indios.

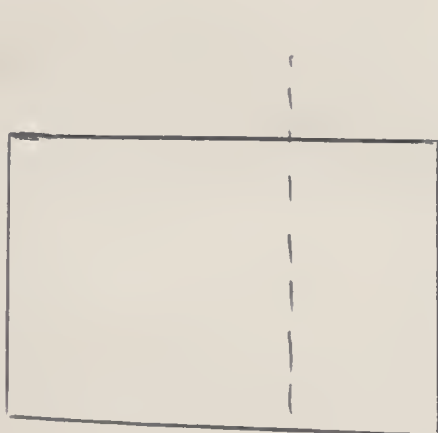
Em denuncia do senhor Deputado (no momento folheei-me o nome), mas este senhor é proprietario de terras na margem esquerda do Rio Paraguai, ao lado do Posto Fraternidade Indigena- por denuncia como disse, este deputado alertou-me do negocio entre o servidor Ramis e o Padre VANI. que para melhor ilustrar junto um croquis da area invadida.

Como ve senhor Presidente vem o S.P.I. perdendo suas terras não só levados pela ganancia dos particulares como tambem por coivencia e omissão dos servidores, inumeros são os postos já considerados perdidos- o estado do Maranhão- Minas Gerais - Mato Grosso- Sul do País - e pelo desleixo do S.P.I. em não reccorrer ao tempo habilitar as terras necessárias aos indios tendo como hóstil.

[Handwritten signature]

7-10-57

1512
BFA



Posto Indígena Pirineus de Souza

Vilhena - Mt.

Encarregado- Agente Afonso de França

Índios- Maimandê, Tambiquaras e outros.

← Linha de medição da área adquirida pelo senhor Renato Gataz.

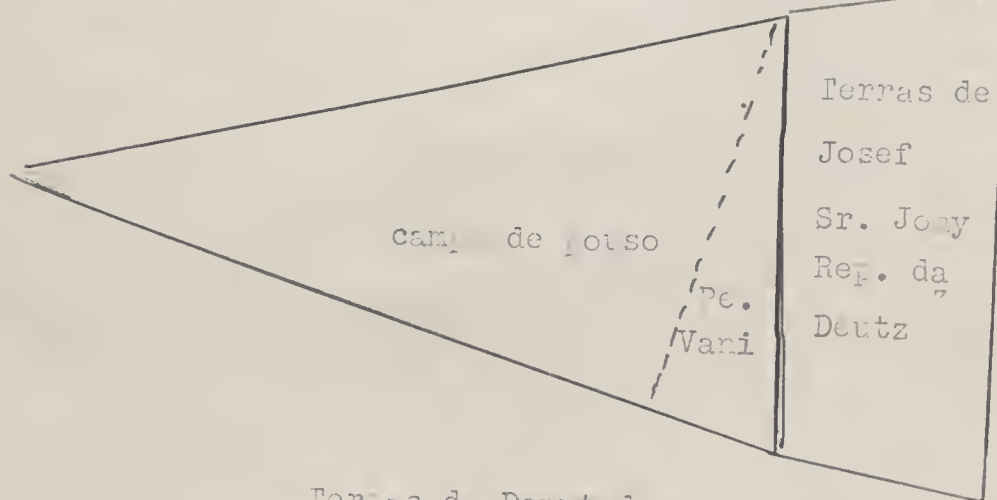
II. Este posto tem suas terras medidas, registrado, tem o mapa de localização, e é um posto antiquíssimo, possui toda sua documentação completa.

X

Posto Indígena Fraternidade Indígena

Barro dos Bugres

Índios- Urutinas e Parecis



Terras do Deputado

III. Tem no Depto de Terras os mapas referentes a estes dois postos, assinado o serviço pelo servidor Ramis Eucair (é motorista do S.P.I., tem carteira de agrimensor).

7-10-57

[Handwritten signature]

8 Fazendeiro Sr. Luiz Gonçalves, pagar ao Flávio o devido
excedente em sua fazenda pelos índios - teve que pagar
2 (duas) vezes, pois o Flávio embolsou o pagamento
dizendo mesmo que iria proceder assim.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1514
RELACÃO DAS INDIAS E INDIOS, ATRASADOS DE SEUS POSTOS, A TITULO DE CASTIGO, EMPREGADOS (SEM RESERVAÇÃO), VARIOS OUTROS TITULOS:

Obs: +	Maria	Cast.	na residência da sogra de Flavio de Abreu	4 anos
	Rosa	"	" " Sra. mãe do Flavio de Abreu	3 "
	Lirita	"	na faz. Ponta do Morro, posteriormente na faz. São Fco. de Pirigara	5 "
	Antoninha		Faz. Piquiri	---
	Judith		Faz. Ponta do Morro, Cuiaba (severamente castigada)	3/4 anos
	Nicolina		Res. sra. mãe do Flavio de Abreu	---
	+ Carmelinda		Faz. Candi e Res. "	3 anos
	+ Georgina		" S. Fco. Hilara (ver depoimento no L. A. P. I.)	---
	Laurita		" " " "	---
	+ Adalgiza		" " " "	---
	+ Alice		" " " "	---
	+ Nice		Fazenda do Flavio de Abreu no Arica	---
	Frederica		" " " "	5 anos
	Maria Rosa	(Umutina)	em Manaus	3 "
	Mariinha	(Paracis)	" Belo Horizonte, Rio	4 "
	+ Vitalina	(Cajabi)	Res. do Desembargador Cezarino	3/4 anos
	Luiza	(Cajabi)	em Cuiaba, empregada de castigo	3 "

verse

Obs: + Fora a india Maria, que quando retirada da res. da sogra do Flavio, apresentou-se com alguma roupa, as demais, sem roupas, sem saldo, doentes, apanhadas alem de outros castigos, de não poderem saber noticias de suas familias- caso da India Gilda, que fugiu do posto Couto das Aldeias, apanhada e da India Nice, que na fuga morreu em seu filho de colo, sendo mandada apanhar na fazenda, desenvolvendo verdadeira caçada. Retiradas dos postos, sem serem consultados os seus pais, e mesmo sem quererem, sofriam verdadeiras humilhações, recebiam pancada, e quando fôlto a mando do encarregado, muitas vezes batidas por ele mesmo, depois de todos os apelos, seguiu para onde não sabiam.

ESTAS OCORRENCIAS, Assim que tive conhecimento ao visitar os postos, quando da passagem da Inspeçao pelo meu antecessor, procurei corrigir, dando ordens para que todos voltassem aos seus postos, aos seios de suas familias, sem contar com as ameaças a mim feita, terminei com todo este abuso. Levei tais fatos a direção do S.P.I. e em resposta o silencio. Incontadas foram as vezes que eu mesmo fui em casa de particulares retirar os que não puderam sair, por arbitrariedade de seus senhores.

— Só na Fazenda do funcionario Flavio de Abreu, tinha cerca de 2 indios, com salarios miseraveis, apenas para coexistir, pois saldo uns dois ou treis tiveram, estes indios, retirados a força de seus postos, não tinham.....

Obs: a bem da verdade, digo que apesar
dos indios serem mandados de Castigo por
a Fazenda São Fco de Pinqueira, os pro. Geraldo (C
copataz) Roberto Vieira (Contador) e D. Luzia, de
comum acordo e ainda segundo ordens dos Srs.
Proprietarios, Ds Luiz F. Barreto - Oscar F. Barreto (Pro-
prietarios da Fazenda) e Banqueiros em São Paulo
Barro F. Barreto. Av. 17 de Novembro N.º Fone 36 16217
Não permitiam que os indios fossem castigados
e quanto a pagamento por serviço que os indios
até hoje prestam em sua fazenda, são pagos religio-
samente. Testemunho que deu Fe'.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

2

1515

... nem direito a visitarem suas famílias, caso de verdadeira revolta, absurdos foram cometidos, contra a esta tão expoliada gente que tiveram a infelicidade de terem servidores publicos, responsaveis pelo seu bem estar, sendo os primeiros a se desmandarem em atrocidades dando oportunidade que outros, fizessem o que bem entendessem.

Dois casos de chamar atenção passouse com os índios Zeferino e Gastão, que foram descasados (termo usado), e casados com civilizadas, pobres cablocas, para que estes índios, se fisessem na obrigação de deixarem os postos, pois não teriam mais ambiente, pois as suas mulheres índias lá permaneciam, e as famílias constrangidas, vivian-se na obrigação de acompanharem para qualquer os seus futuros donos.

Para melhor esclarecimentos relaciono os nomes dos índios que também se encontravam fóra do posto, a varios titulos, castigos, uso pessoal etc...

Dionizio	Faz. Flavio de Abreu (este indio é marido da india Frederica e pai da india Carmelinda, que ficaram os pais 3 anos se verem a filha, quando todos estavam em Cuiaba, distante apenas 40 minutos de viagem).
Amarillo	Faz. do Flavio de Abreu
Gastao	" " " (atualm. em Rio Novo)
Zeferino	" " "
Zequinha	" " "
Salú	" " (junto com Zequinha fugiu da fazenda p/ a Insp. estão no Pi.

Gogiba	
João Merepa	" " "

X --- X

Aristides
Aricarino
Ascuro

e tantos outros também em fazendas de vizinhos, a titulo de castigo, se verem seus salários, pois estes eram muitas das vezes recolhidos por outros.

Não querendo mais estender-me mais neste assunto por demais chocante, fica a criterio da Diretoria, apurar a veracidade do que aqui afirmo, afim de dirimir duvidas.

Cuiaba' 8/nóvembro/964

José Baptista Ferreira Filho
Chefe da Inspetoria

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Cuiabá 10/11/964

Prezado Nilo

1516
Ht

Com esta relação anexa, não pretendi fazer nenhuma demagogia, pois só agora fiz este relato, afim de mostrar a verdade o que existia aqui, um verdadeiro tráfico humano.

Se algum dia a Diretoria, quizer verificar em loco, o que escrevi nestas paginas, tomará conhecimento de paginas bem mais negras. É voce sabe perfeitamente que os fatos relatados por mim são repetições de outros lugares, voce mesmo presenciou atrocidades e sei da sua revolta na ocasião, portando não estou mentindo.

Sei bem que devem ter escrito a Diretoria, e quem naturalmente escreveu distorcendo os fatos, foi os que perderam o prestigio, quando a eles pediam indios ou indias, arranjaram as empregados e peões e eram considerados; acabei com o comercio, com esta traficancia e passei a ser tido como mau, daí começou as campanhas mentirosas, infamantes, com ataques a minha familia, lamentavelmente, por elementos tidos e havidos como perniciosos- pois o responsavel por maior parte dos desmandos, foram os funcionarios Flavio de Abreu Pedro Pupini (que é sobrinho do Flavio), João Batista Corrêa e outros, que infelizmente a diretoria teve conhecimento e nada de providências.

Naturalmente as "Queixas" partiram dos padrinhos, dos que se passam por vítimas.

Nilo, é preciso observar, que daqui de Cuiabá, até a presente data, não foi encaminhado uma reclamação de autoridades, do Sr. Governador, com quem o serviço, na minha pessoa mantem relações- de um Secretario de Educação e Saude, de um Secretario de Agricultura, Dr. Bais Neto, que se fosse escrever a Diretoria a meus respeito, escreveria do entrosamento que ha entre a Inspetoria, fornecendo sementes, dando atenção atenção as reclamações sobre invasões de area indigena etc...- se foi encaminhado alguma carta, pode estar certo, foi de quem pelo menos não conhece os faltosos, e é muito facil jogar pedra, em quem esta produzindo, os salafrarios tem mais argumentos, pois ao pedirem cobertura, vertem lagrimas de crocodilo.

Aqui, desde que cheguei, procurei harmonizar tanto as questões pessoais entre funcionarios, como dar inteiro apoio aos indios, pois estes a muito se viam expoliados, e contra os crimes que se praticavam tomei as medidas que seriam comum tomar, isto depois de contemporizar- e no entanto voce bem viu! Uma PALMATORIA, instrumento antes usado por um dos encarregados que aqui encontrei, levei-a tempos e atualmente ao conhecimento da Diretoria, este elemento ainda continua aqui a reivindicar direitos, e seus deveres?.

Nilo, voce sempre foi um estudioso das questões indigenas, espero apenas sua atenção e apoio- lembre-se das palavras do senhor Diretor, o que ele observou em Campo Grande.

Certo de sua atenção

Cordialmente

J. Baptista

1517
34-AB

TÉRMO DE INQUIRIRIAÇÃO : aos dez(10) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) no andar térreo do Edifício/ Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria nº 239, de 5 de outubro de 1967, compareceu o Sr. BENEDITO PIMENTEL, já qualificado anteriormente perante a Comissão instaurada pela Portaria nº 154/67 para prestar declarações sobre os fatos que originaram o presente Inquerito. Depois de advertido sobre as penas de lei para o falso testemunho e, depois de inquirido, dec, digo, declarou que BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA viajou em 1966 ao Estado de Mato Grosso, incumbido que foi de apurar irregularidades na IR 5, dirigida à aquele tempo por WALTER SAMARI PRADO; que BOANERGES constatou e denunciou no seu relatório aplicação irregular de verba orçamentária; que essa verba constava de quarenta e cinco milhões de cruzeiros (Cr\$45.000.000,00) velhos, da verba de Auxílio aos Índios, parte que tocara aquela Inspetoria na distribuição dos recursos; que essa quantia é justamente aquela citada na famigerada carta enviada por JOSE FERNANDO DA CRUZ a WALTER PRADO, cuja cópia fotostática apensada aos autos do processo foi mostrada ao depoente; que BOANERGES denunciou haver WALTER PRADO entregue indevidamente vinte e sete milhões de cruzeiros velhos (Cr\$27.000.000,00) ao então Diretor do SPI MAJOR LUIS VINHAS NEVES; que o Sr. Ministro da Agricultura, em razão disso, baixou a portaria nº 500, de 24 de outubro de 1966, publicada no D.O. de 31/10/66 constituindo Comissão de Inquerito presidida pelo Engº Agrônomo AUTO TIMM FONTES e tendo como vogais ANTONIO SILVA e AFONSO LUIZ MARANHÃO FARIAS; que o processo tomou o nº... MA 101 / 1230 / 66; que o depoente recorda haver prestado declarações a essa Comissão à qual depôs também LUIZ FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, Chefe da SINDI e Diretor Substituto; que a 3 de julho de 1966, digo, 1965 o depoente trouxe de CURITIBA um cheque de vinte e cinco milhões de cruzeiros velhos (Cr\$25.000.000) remetido por JOSE FERNANDO DA CRUZ para o MAJOR VINHAS NEVES; que esse cheque era visado e nominal à pessoa do MAJOR VINHAS NEVES sem qualquer indicação quanto à sua condição de Diretor do SPI; que o cheque era sacado contra o BANCO MERCANTIL DE MINAS GERAIS, Agência de Curitiba e pagável pelo mesmo Banco em sua Agência de Brasília; que o MAJOR VINHAS NEVES indossou o cheque e entregou ao depoente para descontá-lo; que o depoente não pode cumprir a ordem porque o MAJOR não tinha ficha de autógrafo no Banco Mercantil em Brasília; que o depoente desenvolveu o cheque ao MAJOR já em Curitiba quando da realização do encontro de chefes de postos da IR 7 àquela época; que a reunião se realizou no dia 8 de julho de 1965; que sabe haver o MAJOR descontado o cheque na Agência do Banco Mercantil de Curitiba, digo, no Ban

1518
24/10/66

no Banco Mercantil de Minas Gerais, Agência de Curitiba; que o MAJOR remeteu vinte milhões de cruzeiros velhos (Cr\$20.000.000) para LUIZ / FRANÇA ARAUJO em Brasília; que sabe haver LUIZ FRANÇA ARAUJO confessa do à Comissão de Inquérito presidida pelo Dr. AUTO TIMM FONTES não / haver feito a prestação de contas ; que não sabe em que o MAJOR NEVES empregou os cinco milhões de cruzeiros velhos que reteve; que é sabido não ser feita prestação de contas da renda indígena desde 1964; que / a renda indígena depois de aplicada tem que ser prestado contas qo, di go ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios, ao qual esta CI deve- rá se dirigir pedindo informações a respeito; que LUIZ ARAUJO emetia cheques ao portador em saques da verba orçamentária, contrariando o pá ragrafo 3º do artigo 47 do Decreto Lei 2.206, de 25, digo, de 20/5/40 e também, o paragrafo 2º do Decreto Lei , digo, §2, do artigo 2º do De- creto Lei 2.583 de 14/9/40; que LUIZ ARAUJO emetiu, por exemplo na conta de seu último suprimento, vários cheques ao portador entre os / quais um de hum milhão, duzentos e quatro mil e quatrocentos cruzeiros velhos (Cr\$1.204.400); que essa importância se destinou ao pagamento do aluguel atrasado do apartamento 102, Bloco 2, da Sq. 203 em Bra- sília; que esse valor se destinada oficialmente ao pagamento de óleo lubrificante mas , verdadeiramente foi empregado indevidamente; que LUIZ ARAUJO ainda teve que acrescentar quase seiscentos mil cruzei ros velhos (Cr\$600.000) em dinheiro para completar o atrasado do alu guel do apartamento acima; que o MAJOR GUMERCINDO , do SNI, tem co- nhhecimento do fato e julga o depoente que o mesmo possui micro-filmes ou fotostática dos documentos que comprovam a compra fictícia de óleo; que soube haver LUIZ ARAUJO obe, digo, obtido posteriormente autoriza- ção ministerial para pagar o aluguel atrasado acima mencionado; que retifica a declaração retro pois foi o próprio Diretor , MAJOR , digo, CEL HAMILTON quem teria obtido tal autorização; que o Ministro não poderia autorizar o desvio de verba orçamentária e específica; que o fato teria ocorrido em outubro ou novembro data muito posterior ao pagamento efetuado, o que constitui outra irregularidade ; que LUIZ ARAUJO, emitiu um cheque a favor do Dr. LIDIO DINIZ HENRIQUE sendo de dois milhões de cruzeiros velhos o seu valor (Cr\$2.000.000); que , apesar de ser frontalmente contrária à destinação orçamentária, hum, digo, hum milhão e quinhentos mil cruzeiros velhos se destinava a pagar restantes de honorários daquele profissional e quinhentos mil cruzeiros velhos se destinava ao pagamento de um telefone que o Dr. LIDIO vendeu ao CEL HAMILTON, pessoa física e, não, qualidade de Di retor de SPI; que entrega neste momento cópia fotostática do documen to de transferência do citado aparelho, nº 2.0787, datado de 17/10/66, que comprova o alegado; que o depoente comunica haver prestado depo i mento na Delegacia Regional da Polícia Federal de Brasília, Serviço de Repressão ao Tráfico de Pessoas perante a Delegada Dr. NEVES, nº 36819

1519
BFE

Dra. NEVES, no Inquérito Policial 2/67 em que são indiciados LUIZ ARAUJO, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA e JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA pela venda irregular de 150.000 dormentes ferroviários, constante do processo SC nº36.349/58; que BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, entre outros delitos de que é acusado, é responsável e está sendo processado na POLICIA FEDERAL DE BRASÍLIA por haver mantido relações sexuais com a índia CUXIXARA, da tribo CARAJÁ, na ilha de BANANAL; / que WALTER SAMARI PRADO praticava chantagem de toda ordem quando na chefia da IR-5; que pode fornecer uma amostra desse procedimento pelo documento que entrega à Comissão, qual seja, cópia fotostática do ofício 108/65, de 28 de maio de 1965, da IR-5 mediante o qual WALTER PRADO procura despejar maliciosamente fazendeiro arrendatário de terras dos KADIUEUS a fim de arrendá-las a outrem com vantagens pessoais; que, para isso, WALTER PRADO chega / até a invocar falsamente e supostas Comissões de Inquérito da Câmara Federal; que, igualmente, entrega cópia fotostática do telegrama em que JOSE FERNANDO DA CRUZ faz revelações e compromete tanto o signatário como o destinatário, MAJOR VINHAS NEVES; que pelo ofício nº GE - ...333/66 de 11/6/66, o Sr. GOVERNADOR DE MATO GROSSO, PEDRO // PEDROSSIAN propõe a celebração de um convênio em que o Sr. Ministro da Agricultura, GENERAL NEY BRAGA autorize a doação de 35.000 hectares, digo, hequetares, digo, hectares; que o convênio foi celebrado e é escandalosamente ilegal porque: 1º porque as terras indígenas são fruto da Constituição e somente através de emendas à Lei Magna podem ser alienadas. 2º porque nenhum, digo, nem o Ministro da Agricultura nem o Diretor do SPI são autorizados a alienar patrimônio indígena ou da União. 3º porque convênio não é instrumento hábil para alienação de propriedade imóvel; que pelo ofício 122, de 17 de junho de 1966, o Chefe da 6a. IR, HELIO JORGE BUCKER se pronunciou favoravelmente a esse flagrante assalto indígena, sendo, portanto, conivente no crime, digo, a esse flagrante assalto ao Patrimônio Indígena, sendo, portanto, conivente no crime; que IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA foi admitido no SPI, digo, foi levado para o SPI pelo Sr. GAMA MALCHER; que IRIDIANO é acusado de atitudes criminosas por desvio de materiais da fábrica de Andaraí, do Exército; que SIR, digo, IRIDIANO falsificou um recibo de compra de material da firma NAIN DIBO, de Campo Grande para efeito de prestação de contas quando chefiava a IR 5; que IRIDIANO foi afastado da chefia da IR 5, por haver praticado larga série de delitos entre os quais a venda indiscriminada de gado; que IRIDIANO / vendeu quase todo o rebanho de todos os postos daquela Inspetoria e arrendeu, digo, arrendou as terras dos postos do Estado de São Paulo, subordinados a Inspetoria de Campo Grande; que a portaria nº 30, de 22/6/54 modificada pela Portaria nº 37 de 13/8/54 constituiu Comissão para apurar as irregularidades imputadas a IRIDIANO, consoante proces

1520
BGA

processos SPI 2955/54, 4404/53 e 5845/52; que anteriormente, IRIDIANO já havia praticado outras, digo, irregularidades nos p^ostos do Sul do País, objeto do processo PR 12 504/61, mais conhecido como sindicância do Presidente Jânio Quadros - Relatório JAIME MORENO ; que JOÃO VELOSO ,digo, JOÃO LOPES VELOSO DE OLIVEIRA foi demitido no Governo / do Presidente DUTRA, em 1948, salvo engano, pelo processo de subversão, nº 364/40, salvo engano; que , e, incompreensivelmente, continuou a prestar serviço como assalariado sendo depois enquadrado como funcionário em 1960; que chefia atualmente o PI PAULINO DE ALMEIDA no RIO / GRANDE DO SUL; que tem conhecimento, por ouvir dizer, de uma famosa / festa promovida por FERNANDO CRUZ em Florianópolis na qual foram / gastos três milhões de cruzeiros velhos (Cr\$3.000.000) nos dois dias / de folgança ; que isso ocorreu na oportunidade em que se deslocou uma comitiva de Curitiba a Capital do Estado de Santa Catarina para receber os títulos de propriedade das terras indígenas nos p^ostos CELISTRE CAMPOS e DUQUE DE CAXIAS ; que participaram da caravana os funcionários PHELIPE AUGUSTO DA CAMARA BRASIL, ELIAS GONÇALVES DE SOUZA, VALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS e o próprio JOSE FERNANDO DA CRUZ; que SEBASTIÃO LUCENA ,digo, SEBASTIÃO LUCENA é o paciente do inquérito procedido pela Polícia Federal do Paraná ao tempo em que o Cel. Luiz Miranda Leal era o delegado Federal no Paraná; que é possível haver cópia do mesmo no DE,digo, DFSP em Brasília; que o inquérito em tela refere-se principalmente à vendas irregulares de madeiras; que o depoente prestou depoimentos perante esse IP e entregou 14 cópias fotostáticas de contratos de venda de madeira e extratos de contas correntes extraídas dos arquivos da IR 7; que o depoente ouviu falar em uma enorme gratificação que SEBASTIÃO LUCENA havia recebido de um certo senhor TONIAL, propina essa calculada em quarenta milhões de cruzeiros velhos (Cr\$40.000.000); que ouviu de LUCENA que possuir o mesmo ,digo, que o mesmo possui três casas no Rio de Janeiro, sendo duas em VAZ LOBO, que teriam sido doadas por seu sôgro e uma outra em VICENTE DE CARVALHO (COSMOS) adquirida há vários anos, além de uma casa em Curitiba à rua Dias da Rocha Flg,digo, Rocha Filho nº 721; devido ao adiantado da hora o Presidente decidiu encerrar os trabalhos e convocar o depoente para amanhã, dia 11, quarta-feira, às 14,00 horas. E nada mais disse nem lhe foi / perguntado razão porque encerro o presente depoimento prestado livremente e sem coação razão porque eu, Mar. Luiz Miranda Leal Secretário encerro o presente termo que, depois de lido e achado conforme vai assinado por todos os presentes.

Luiz Miranda Leal
Presidente

Mar. Luiz Miranda Leal
Depoente



BSP 1521
H

N.º: 1/CI-239/67

- ARQUIVO DA SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES

De: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Port.
nº 239/67

Em: 11 de outubro de 1967

Para: Sr. Gerente do Banco do Brasil S.A. - Agência Central


Assunto: Solicitação (faz)

Senhor Gerente

Pela Portaria nº 239, publicada no Diário Oficial da União de 5 do corrente, o Exmo. Sr. Ministro do Interior constituiu Comissão de Inquérito destinada a apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios.

Necessitando efetuar levantamento do emprêgo da verba orçamentária, solicito a atenção de V.S no sentido de mandar fornecer a esta CI extrato de conta de depósitos de adiantamentos de LUIZ FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO referente ao período de 1965 até esta data.

Na oportunidade apresento a V.S. meus protestos de elevada estima e consideração.


(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA) -
Presidente da Comissão

JFC/MLAN.-

1522
[Handwritten signature]

of. nº 2/CI-239/67

11 de outubro de 1967

Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Port. nº 239/67

Sr. Cel Florimar Campelo DD. Chefe do Departamento de Polícia Federal
: Porte de arma (solicita)

Senhor Coronel

Conforme entendimentos mantidos entre o Exmo. Sr. Ministro Interino dos Negócios do Interior e V.Sa. solicito as providências necessárias para que sejam expedidas autorizações para porte de arma, aos membros da Comissão de Inquérito designada pela Portaria Ministerial nº 239, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro do corrente ano.

Discrimino, a seguir, os elementos informativos imprescindíveis à concessão ora solicitada:

ADER DE FIGUEIREDO CORREIA - Filiação José Correia Lima e Maria de Figueiredo Correia;

data nascimento : 19-7-924

profissão: Advogado e func. público

residência: Jaime Benévolo, 1637-Fortaleza (Ce)

identidade: Cart. nº 886/OAB-Ce

arma: revolver "Taurus", 32 spls. nº 372799

FRANCISCO DE PAULA PESSOA

- Filiação: Vicente de Paula Pessoa e Francisca Barreto de Paula Pessoa

data do nascimento: 7-1-937

profissão: advogado e func. público

residência: SQS 406, Bl. 31, Ap. 301

identidade: Cart. nº 212/67/OAB-DF

arma: Revolver S&W, 38dpl., nº S209287

UDIMAR VIEIRA LIMA

- Filiação: Francisco Vieira Lima e Amélia Nogueira de Albuquerque Lima

data do nascimento: 25-11-931

profissão: Contador e func. público

cont.

[Handwritten signature]

1523
31/

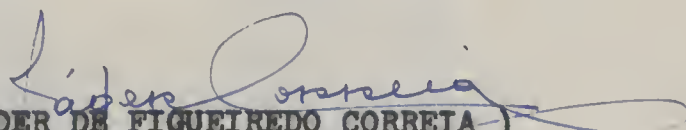
residência: SQNC 312, Bl.11H aptº 506

identidade: Instituto Felix Pacheco nº1.557.814

arma: Revolver calibre 38, marca Taurus, tipo ex
portação nº 392.974.

Outrossim, informo que a Comissão se deslocará para diver
sos pontes do País, razão por que a referida concessão deverá abranger
todo o território nacional.

No ensejo apresente protestos de estima e distinguida con
sideração.


(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

JFC/MLAN.-

1524
9/10

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: Aos doze dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala Terrea do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, em Brasília, Distrito Federal, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro de 1967, compareceu o Sr. VICENTE PAULA GOMES SILVA, brasileiro, solteiro, Escriturário 10.B, esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre os fatos que originaram o presente processo e advertido sobre as penas em que poderá incorrer por perjúrio, informou que foi admitido pela NOVACAP, passando para o Ministério da Agricultura em 1965, indo imediatamente servir do, digo no Serviço de Proteção aos Índios; que ouviu certa vez no Banco da Amazonia o Sr. ALCIDES VELOSO JR, CHEFE SUBSTITUTO DA SINDE E CONTADOR, que havia preparado folha de pagamento de uma gratificação de quatrocentos e cinquenta mil cruzeiros antigos a ser paga ao então Diretor - Cel. HAMILTO DE OLIVEIRA CASTRO; Que nessa ocasião a conversa foi presenciada pelo Sr. VIRGILIO DE OLIVEIRA VELOSO; Que sempre trabalhou, como ainda trabalha, na Seção do Patrimônio Indígena; Que sempre foi chefiado pelo Sr. LUIS FRANÇA PEREIRA, digo PEREIRA DE ARAÚJO; que a renda do patrimônio indígena era contabilizada pelo Sr. ALCIDES VELOSO JR; que as rendas chegadas à Brasília ficavam em poder do Sr. LUIS FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO; que na Seção do Patrimônio Indígena havia um cofre; que somente o Sr. LUIS FRANÇA DE ARAÚJO tinha acesso ao dito cofre; que na ausência do Sr. LUIS FRANÇA DE ARAÚJO o cofre e seus valores ficavam sob a guarda e responsabilidade do Sr. BOANARGES FAGUNDES // OLIVEIRA; que o substituto do Sr. LUIS FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO era o, Sr. ALCIDES VELOSO JR; Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação o qual após lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim Vicente Paula Gomes Silva, Secretário que o datilografei.

 Presidente
 Vogal

 Depoente
 Vogal

Resalto a informacao quanto a falta de pagamento por quanto houve do Sr. Alciides Veloso e que a informacao que preparei recibo de qualificacao

1525
BPA

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO : aos 13 (treze) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. LUIZ FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, já qualificado anteriormente, inquirido informou que jamais teve autógrafo no Banco do Brasil para movimentar renda do Patrimônio Indígena na qualidade de Chefe da SOA porque não compete a essa chefia tal movimentação; que o seu autógrafo naquela Banco é em função do seu cargo de Diretor Substituto, desde dias após à sua nomeação ocorrida a cinco de outubro de mil novecentos e sessenta e cinco; que também movimentava as contas de adiantamentos feitos em seu nome de verba orçamentária; que não tinha condições para manter rigorosamente em dia a escrituração da renda do patrimônio indígena; que, mesmo antes do incêndio que destruiu o SPI a escrituração ainda estava sendo executada referentemente a mil novecentos e sessenta e seis; que eram expedidos balancetes e balanços porém somente o balanço anual era remetido ao Sr. Ministro da Agricultura não sendo encaminhado ao CNPI; que anualmente o depoente realizava a prestação de contas do patrimônio indígena; que essa prestação de contas se resumia num demonstrativo financeiro e outro econômico; que a documentação ficava na Seção chefiada pelo depoente; que na gestão do Maj Vinhas Nec, digo, Neves grande parte da renda do patrimônio indígena foi aplicado em pagamento de pessoal; que em 1966 não prestou contas das rendas do patrimônio indígena em virtude da ausência de prestação de contas que deveria ter sido feita pelo então chefe da IR 5, Sr. Walter Samari Prado; que ouviu BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA afirmar que WALTER PRADO remeterá Cr\$27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros velhos) ao MAJ VINHAS NEVES por via que o depoente não sabe; que foi a, digo, que a verba de Cr\$6.600.000 correspondentes à rubrica 3.1.2.0 - Material de Consumo foi empregada em materiais e acessórios de máquinas, isto é, de veículos, além de pneumáticos tendo sido, digo, sido o referido material recebido por BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA que também os comprou tendo sido o pagamento efetuado pelo depoente; que recebeu um adiantamento de Cr\$250.000.000 da verba 3.1.4.0 - Encargos Diversos, 10.00 - Assistência Social referente ao exercício de 1965, havendo feito a prestação de contas negativa; que cabe aos elementos supridos fazer a prestação de contas positiva; que não pode dar a relação dos supridos, salvo em outra oportunidade; que foi suprido da importância de Cr\$ 34.200.000 pelo CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO e aplicou livre e corretamente a mesma; que entregou a prestação de contas à Seção de Administração, mas não tem comprovante de protocolo; que

1526
Bd

protocolo; que não recorda a pessoa a quem fez entrega dos documentos, mas sabe que o CEL HAMILTON DE CASTRO tem conhecimento de haver o depoente entregue essa prestação de contas; que ni, digo, no movimento dos adiantamentos de Cr\$, digo, que no movimento do adiantamento de Cr\$34.200.000 emitiu cheques nominativos e cheques ao portador; que do suprimento de Cr\$34.200.000 emitiu um cheque da importância de Cr\$1.204.400; que essa importância era destinada ao pagamento de hospedagem de índios, em Brasília; que recorda haver emitido um cheque no valor de Cr\$2.000.000, em outubro de 1966, não recordando quem era o beneficiário; que presume que essa importância/ era destinada ao pagamento de hospedagem de índios; que sabe que o Ministro da Agricultura autorizou o CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO utilizar renda do patrimônio indígena para o pagamento de alugueis atrasados do apartamento nº 102, Bloco 2, da SQ.203; que esses atrasados já vinham de administrações anteriores; que eram feitos adiantamentos, digo, pagamentos por conta de hospedagem e alimentação de índios com recursos da renda indígenas; que esses ~~adiantamentos~~ ^{pagamentos} eram feitos em vales; que havia dificuldades em conseguir hotéis que aceitassem os índios como hóspedes devido aos seus costumes e falta de higiene; que JOÃO FRANCISCO, sendo índio XERENTE "quebrava o galho" recebendo-os em sua residência e de sua filha; que i, digo, os recibos era assinados por sua filha, SARA DA SILVA ALMEIDA; que o pagamento inicial feito pela verba indígena retornava / aos cofres do SPI logo que chegavam as dotações orçamentárias pela quais passavam a correr as despesas; que esse fato ocorreu com adiantamentos a vários servidores só tendo sido cometido ao depoente uma única vez, ultimamente; que não é verdade que esses vales continuassem pesando na renda indígena, isto é, configurando duas comprovações por um mesmo pagamento; que houve casos em que houve pagamento definitivo pela renda indígena, quando demorava muito a saída dos adiantamentos da Verba Orçamentária; que o depoente, além da renda indígena e da Verba Orçamentária, movimentou, também, a conta do Fundo Federal Agro-Pecuário; que recorda o fato da transferência de Cr\$25.000.000 feita em princípios de julho de 195, digo, 1965 por JOSE FERNANDO DA CRUZ para o MAJ VINHAS NEVES; que não recorda se o MAJ VINHAS NEVES transferiu ao depoente Cr\$20.000.000 quando descontou o referido cheque em CURITIBA; que se a transferência foi feita foi aplicada, certamente em pagamento de pessoal porquanto / era muito grande essa rubrica ao tempo do MAJ VINHAS NEVESZ, bastando dizer que só a folha de ADVOGADOS era bastante considerável; que esse fato já foi investigado por uma Comissão de Inquérito presidida pelo DR AUTO TIMM FONTES que levou peritos, uma perita, contadora para fazer a necessária perícia; que recorda que o MAJ VINHAS / NEVES fez a prestação de contas cuja documentação foi examinada pe

Grande

1527
DfH AH

pela perita já referida; que foram feitos balanços da Renda Indígena referentes à Administração VINHAS NEVES embora não tenham sido / remetidos ao Ministro da Agricultura; que o Maj VINHAS NEVES costumava fazer adiantamentos de quantias variáveis a funcionários, ficando os vales em poder do depoente; que o depoente entregou os vales / ao Maj VINHAS NEVES quando aquele militar teve de entregar a Chefia do SPI ao Cel HAMILTON DE CASTRO, seu Substituto; que havia gratificações pela Renda Indígena, podendo recordar, digo, podendo recordar, entre outros beneficiários os Srs. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, Sgtº SIMAO HELU, o DIRETOR GERAL e os MOTORISTAS; que não recorda o montante da gratificação atribuída ao Diretor do SPI, mas pode lembrar que era quantia bastante apreciável, cerca de Cr\$300.000 ou Cr\$400., digo, Cr\$400.000; que não recorda se o CEL HAMILTON recebia também sua gratificação pela Renda Indígena; que lembra ter ouvido o CEL / HAMILTON declarar que sua gratificação era percebida por Verba de Convênio com a USAID, através do Gabinete do Sr. Ministro da Agricultura; que sabe da existência de um vale de Cr\$1.000.000 do ex- / funcionário BENEDITO PIMENTEL mas não foi contabilizado na Renda / Indígena nem a saiu nem quando do seu resgate; que o Maj VINHAS re- tinha em seu poder os dinheiros transferidos das inspetorias, fornecendo ao depoente as importâncias que necessitava à proporção, digo, à proporção que se esgotavam; que o documento de Caixa que a Comissão lhe disse possuir não foi escriturado, visto como o Maj VINHAS NEVES o preenchia para o seu próprio controle, digo, o preenchia para o seu próprio controle; que sabe que o Cel HAMILTON adquiriu o aparelho / telefonico de prefixo 2-0787 do seu próprio bolso; que não sabe a quem o Cel HAMILTON vendeu o aparelho; que, quando do acidente sofrido pelo depoente deveria haver assumido a chefia da SINDI o seu / Substituto ALCIDES VELOSO JUNIOR mas não sabe quem, realmente, digo, realmente, assumiu nem quem ficou com a chave do cofre e com a responsabilidade da movimentação dos dinheiros; que o depoente jamais recebeu gratificação pela Verba Indígena e tem a impressão que a Se, digo, a então S, digo, a então Auxiliar de Diretor, Da. MARIM ARAUJO PINHEIRO DA SILVA, filha do depoente, também jamais recebeu; E nada mais disse nem lhe foi perguntado razão porque mandou o Sr. Presidente que se lavrasse o presente termo tendo o depoente declarado expressamente não haver sofrido coação havendo prestado suas declarações livre, digo, de livre e espontânea vontade, o qual após lido e achado conforme vai assinado pela Comissão, pelo depoente e por mim, Antônio de Fátima Pereira de Fátima Secretário que o datilografar.

Fátima Pereira de Fátima
PresidenteAntônio de Fátima Pereira de Fátima
Depoente

1528

[Handwritten signature]

REPORT - 1911

During the year 1911, the work of the
Office has been carried on in the usual manner,
and the following is a summary of the work
done during the year.

- The first of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The second of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The third of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The fourth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The fifth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The sixth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The seventh of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The eighth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The ninth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.
- The tenth of the year was spent in the
preparation of the annual report, and the
work was completed in the month of March.

The work of the Office during the year 1911
has been carried on in the usual manner,
and the following is a summary of the work
done during the year.

1530
[Handwritten initials]

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO MI-239/67,
REALIZADO NO DIA 15-10-67

Aos quinze dias do mês de outubro de 1967, sob a presidência do Sr. Jader de Figueiredo Correia, reuniu-se a CI-MI-239/67 havendo deliberação: a) convocar Alcides Veloso Junior, João Francisco, Walter Samari Prado, Boanerges Fagundes de Oliveira, Waldemar Conceição Dias; b) solicitar ao Chefe de Polícia Federal o comparecimento de Walter da Silva Borda, preso administrativamente, para prestar depoimento. E eu, *Moacir Luiz Almeida Vitor* Secretário, lavrei o presente termo, que vai assinado por todos os membros.

Jader de Figueiredo Correia
Presidente

[Handwritten signature]
Vogal

Waldemar S. Lima
Vogal

1531
H
B9H

J U N T A D A

Los vinte (20) dias do mês de outubro de 1967,
de ordem do Sr. Presidente da CI-MI-239/67 juntei do
cumentos diversos que constituirão as fls. 1532 a
1568 do volume nº VIII deste processo. Para constar
lavrei o presente termo que assino na qualidade de
Secretário.

Max Luiz Almeida Nobrega

1532
H
B98

Of. nº 3-CI/67

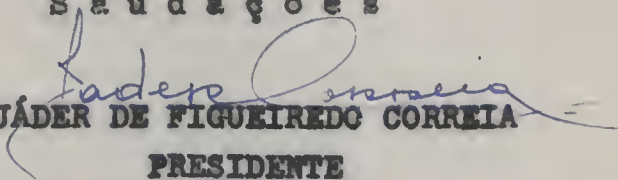
Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela
Portaria Ministerial nº 239/67

Ao: Sr. Alcides Velozo Junior

Notifico V. Sa. a comparecer amanhã, dia 16, às 9 hs.,
ao andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas (Setor das Autarquias lotes 9/10), a fim de prestar
esclarecimentos sobre fatos relacionados com o Inquérito Administra-
tivo instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do
Interior.

Esclareço que o não comparecimento em data e hora apra-
zada importará em responsabilidade funcional para os fins de aplica-
ção das competentes sanções disciplinares.

S a u d a ç õ e s


JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA
PRESIDENTE

1533
11
D. N. O. G. S. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL
Of. nº 4-CI/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada
pela Portaria nº 239/67

Ao: Sr. João Francisco

Notifico V.Sa. a comparecer amanhã, dia 16, às 8 hs.,
ao andar térreo do Edifício sede do Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas (Setor das Autarquias lotes 9/10), a fim de pres-
tar esclarecimentos sobre fatos relacionados com o Inquérito Admi-
nistrativo instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Minis-
tro do Interior.

Esclareço que o não comparecimento em data e hora //
aprazada importará em responsabilidade funcional para os fins de
aplicação das competentes sanções disciplinares.

S a u d a ç õ e s

Jáder de Figueiredo Correia
JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA
PRESIDENTE.

1534
M
BPA

TÉRMO DE INQUIRIRÃO : Aos dezesseis(16) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. JOÃO FRANCISCO DA SILVA, brasileiro, casado, funcionário público federal, da NOVACAP, função de Guarda nível 10, esclarecido pelo Presidente da Comissão sobre os motivos que motivaram sua convocação, informou que na sua condição de índio civilizado e atendendo a necessidade de solicitação do SPI, de há muito hospeda e alimenta índios que aqui chegam de vários pontos do País; que os hospeda exclusivamente em sua casa e nunca na residência de sua filha casada, Da. SARA SILVA DE ALMEIDA; que, por essa hospedagem, feita exclusivamente em sua residência, recebe o depoente Cr\$5.000 (cinco mil cruzeiros antigos) por pessoa e por dia; que o SPI nunca pagou regularmente ao depoente e, ainda agora, está devendo cerca de NCR\$1.700,00 (um mil e setecentos cruzeiros novos); que em virtude dos constantes atrasos, o SPI fornecia certas quantias por conta mediante vale ao depoente; que esses adiantamentos eram feitos pelo Chefe da SINDI, Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO; que quando do pagamento definitivo da fatura, o depoente não recebia de volta os vales que emitira; que as faturas eram assinadas por sua filha SARA / SILVA DE ALMEIDA porque o depoente é funcionário público e não pode transacionar com a Repartição; que não pode calcular quanto já recebeu do SPI durante os cinco anos, mais ou menos, em que hospedou índios; que quando sua filha assinava os recibos definitivos não era/ digo, não eram devolvidos os vales anteriormente assinados; que os recibos definitivos eram sempre em importâncias superiores às dos / vales existentes; wq, digo, que o Sr. LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO não permitia ao depoente ou sua filha examinarem os papeis exigindo apenas a assinatura, informando que se negava a maiores esclarecimentos porque os papeis eram para o TRIBUNAL DE CONTAS; Nada mais / disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento // sem qualquer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim João Francisco da Silva Secretário que lavrei o presente termo.

João Francisco da Silva
Presidente
João Francisco da Silva
Depoente
[Assinatura]
Vogal

1535

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na sala localizada no andar/térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra / as Secas, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu a Sra. SARA DA / SILVA ALMEIDA, brasileira, casada de profissão doméstica, informada sobre os motivos que originaram o presente inquerito, respondeu, depois de inquirida, que jamais hospedou índios em sua casa; que os índios eram hospedados na residência do pai da depoente, o funcionário público JOÃO FRANCISCO DA SILVA; que a depoente assinava os recibos porque o seu pai, JOÃO FRANCISCO DA SILVA, sendo funcionário público não podia ter negócios com o Serviço Público; que o SPI atravava os pagamentos devidos por hospedagem de índios ao pai da depoente; que o SPI, por conta dos débitos adiantava quantias mediante vales; que as faturas eram emitidas periodicamente porém sem prazo // certo; que nunca o SPI devolveu os vales quando eram entregues as faturas ao Sr. LUIZ FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO; que, portanto, os vales continuavam em poder do Sr. LUIZ ARAUJO, mesmo depois de processada a fatura correspondente; que tanto a depoente como o pai e o marido da mesma são pessoas sem instrução e não compreendiam o alcance do fato; que as faturas emitidas eram de valor superior ao da soma dos vales que deveria corresponder; que a depoente jamais foi esclarecida sobre o assunto; que reconhece como sua própria assinatura aposta em duas (2) cópias fotostática de faturas que a Comissão lhe apresentou. E nada mais disse nem lhe foi perguntada pelo que foi mandado // lavrar o presente termo das declarações prestadas livremente e sem // coação do que eu Luiz Almeida Nobrega Secretário lavrei o presente termo que depois de lido e achado conforme será assinado por todos os presentes.

Luiz Almeida Nobrega
Presidente

Luiz Almeida Nobrega
Vogal

Wagner D. Junior
Vogal

Sara da Silva Almeida
Depoente

1536
AB
EJA

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO : aos dezesseis(16) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada / no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, aí reunida a, digo, Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu o Sr. ALCIDES VEL-
LOSO JUNIOR, funcionário público federal do Ministério da Agricultura, Inspetor Fiscal nível 12, brasileiro, casado, esclarecido / pelo Presidente da Comissão sobre os motivos que motivaram sua con-
vocaçãõ e advertido sobre as penas em que poderá incorrer, por per-
júrio, informou que não qualifiçãõ de contador, digo, na qualidade de
Contador diplomado prestou serviços na SINDI, porém nunca chefiou
o Serviço limitando-se a escrituração, preeenchimentos de fichas
e levantamentos contabéis; que, todavia, nunca teve acesso aos //
livros mestres como, por exemplo, o Livro Diário, Razão, Conta Cor-
rente que permaneciam fechados sob a guarda do Sr. LUIZ FRANÇA PE-
REIRA DE ARAUJO, Chefe da Seção; que era auxiliado por outra servi-
dora contratada, WALDE MARIA, além de outros; que constatou e afir-
ma que a escrita sempre esteve atrasada e que o Balanço de 1964 /
ainda não estava fechado à época do incêndio; que jamais teve conhe-
cimento de que fosse remetido relatório, balancete, ou balanço, para
o Senhor Ministro da Agricultura ou para o Conselho Nacional de Pro-
teção aos Índios; que o depoente durante certa época teve sob sua
guarda vales de adiantamentos de servidores e de despesas diversas;
que reconhece como verdadeiro um vale de um milhão de cruzeiros
velhos firmado pelo ex-servidor BENEDITO PIMENTEL, bem como reconhece
e autentica o documento de Caixa correspondente, firmado também pe-
la servidora WALDE MARIA BORGES, já mencionada acima; que o referido
vale e a correspondente nota de contabilidade estavam guardados em
poder do depoente; que o depoente os entregou ao Sr. LUIZ DE ARAUJO
quando da demissão de BENEDITO PIMENTEL; que no Serviço Público não -é
admissível a devolução de um documento de Caixa como o referido, visto
que é parte integrante e privativa da escrituração; que conhece o Sr.
JOÃO FRANCISCO, índio e funcionário da NOVACAP e sabe que o mesmo rece-
bia importâncias e emitia vales à conta da Renda do Patrimônio Indíge-
na; que o depoente trabalhava no setor da Renda Indígena mas sabe que
os recibos definitivos de pagamento de hospedagem recebidos por JOÃO //
FRANCISCO corriam à conta da Verba Orçamentária; que o depoente não ti-
nha acesso à escrituração da Verba Orçamentária que era fei, digo, fei-
to um tanto sigilosamente, mas chegou a ver alguns recibos definitivos
de hospedagem de índios assinados por um certa senhora de nome SARA AL-
MEIDA; que jamais viu serem devolvidos os vales aos hospedeiros dos in-

Edmar S. Pinna

Vogal

B98/537
AA

dos indios; que afirma com segurança que os vales do DR LIDIO DINIZ HENRIQUES também continuaram no SPI depois de liquidados; que afirma com certeza que o CEL HAMILTON DE OLIVEIRA CASTRO percebia gratificação de Cr\$450.000 por conta da Renda do Patrimônio Indígena; que assim pode afirmar porque foi depositario de seis(6) ou sete(7) documentos referentes a pagamentos dessas gratificações mensais; que, igualmente, o jornalista SCARTEZINI recebia gratificação de Cr\$... Cr\$100.000(cem mil cruzeiros antigos) pela renda Indígena apesar de não ser funcionário público, recibos esses preparados pelo depoente; que o Ten OSMAR FINKENSIEPER da Polícia Militar do Paraná, durante o tempo em que esteve servindo na Diretoria em Brasília, também recebeu gratificação mensal de Cr\$25.000(duzentos e cinquenta mil cruzeiros antigos); que o depoente era substituto automático do Chefe da SINDI, Sr. LUIZ ARAUJO; que quando o Sr. LUIS ARAUJO foi vítima de um acidente automobilista em meados de abril deste ano, o depoente na qualidade, digo, qualidade de seu substituto automático se apresentou ao Diretor do SPI, CEL HAMILTON CASTRO esperando receber os encargos da chefia, como era natural; que o CEL HAMILTON nada disse na oportunidade nem depois; que o depoente assumiu a Chefia e emitiu documento escrito determinando normas de trabalho e pedindo a colaboração dos funcionários do setor e isolou a sala onde se encontrava o cofre; que, dias depois, teve a surpresa de constatar que o funcionário BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, Assessor do Diretor, de // posse das chaves e do segredo do cofre abriu-o e passou a fazer a movimentação dos valores; que são testemunhas do fato os funcionários WALTER OLIVEIRA VELLOSO, WALTER SAMARI PRADO, VICENTE GOMES DA SILVA, EDIVANO BATISTA DA COSTA, JOSÉ FELIX DA SILVA e WANDER ALVES DA COSTA; que é lícito deeuzeir, digo, deduzir que as chaves e o segredo foram dados a BOANERGES pela única pessoa que os possuía, isto é, o Sr. LUIZ ARAUJO; que não foi feito o correspondente e imprescindível termo de tomada de contas e conferência de valores(..... TTCCV); que não sabe nem jamais soube quanto existia no cofre porquanto não havia livro Caixa regularmente escriturado; que também jamais houve Inventário Patrimonial que permitisse saber o montante dos bens e pa, digo, PATRIMÔNIO INDIGENA; que, embora não fosse da sua obrigação, o depoente insistia perante os responsáveis para que se normalizasse tamanho senão; que o depoente se desgostou com a desconsideração sofrida no episódio das chaves do cofre e resolveu se afastar do SPI, mesmo porque não considerava regular a Administração de valores, conforme o relatado no presente depoimento; que ouviu falar que o Dr. LIDIO DINIZ HENRIQUES vendeu um aparelho telefonico ao CEL HAMILTON mas como teria sido por Verba Orçamentária e o depoente contabilizava Verba da Renda Indígena, não pode assegurar a veracidade;

1538
09/10/62

a veracidade; que os vales existentes ao tempo do MAJ NEVES, já /// referidos anteriormente, não eram contabilizados; que o Sr. LUIZ/// ARAUJO, recebia tais vales mas não os escriturava, mesmo porque//// não havia Contabilidade no trabalho do Sr. LUIZ ARAUJO; que os//// vales mencionados contavam a milhões de cruzeiros, isto é, atingiam/ a milhões de cruzeiros, quantia essa, portanto perdida para o SPI ; que presenciava de longe eternas conversinhas e segredos entre che- fes e pessoas da intimidade da cúpula administrativa; que soube o depoente que o Sr. LUIZ ARAUJO e WALDERMAR CONCEIÇÃO DIAS incluíram seu nome em um telegrama que solc, digo, solicitava a permanência do CEL HAMILTON à frente do SPI, mas jamais lhe foi mostrado o texto/ apesar de seus constantes pedidos, significando para o depoente que/ não merecia a confiança dos promotores da iniciativa; que em uma / prestação de contas de AUGUSTO DE SOUZA LEÃO existia um documento / firmado pelo funcionário WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS em que o mesmo ven- dia válvulas eletrônicas para a própria Seção de Comunicações do // SPI, em flagrante desrespeito à lei; que WALTER SAMARI PRADO não fez a Prestação de Contas obrigatória quando era Chefe da IR 5, tendo si- do afastado dessa chefia devido a isso; que ouviu falar que WALTER / PRADO mandara Cr\$27.000.000 para o MAJ VINHAS NEVES quando chefe da IR 5; que recorda que havia vales de responsabilidade de MARLENE FER- REIRA, NEUZA MARIA DOS SANTOS e MARLY CINTRA vales esses que passaram pelas mãos do depoente; que o Sargento HELOU SIMÃO recebia gratifica- ção pela Renda Indígena de Cr\$25.000 (duzentos e cinquenta mil cruzei- ros antigos) além de um número muito grande de diárias pela suas cons- tantes viagens; que as declarações acima foram feitas com honestidade e sem intenções subalternas; que não sofreu coação e nem maus tratos// durante o interrogatório e que esteve sempre à vontade; que estará // sempre à disposição da Comissão e das autoridades colaborando pela res- tauração da moralidade pública. E nada mais disse nem lhe foi pergunta- to e eu Mar Luiz Almeida Nóbrega Secretario encerrei a lavratur- ra do presente termo que será assinado, digo, assinado por todos os pre- sentes se achado conforme após a leitura.

Adelino
Presidente

Waldemar C. Rêgo
Vogal

Alcides Velloso Junior
Vogal

Depoente

1539
B94/11

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: aos dezesseis (16) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (sete) na sala localizada no andar térreo do Edifício Séde do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, compareceu a Sra. / WENIR, digo, ZENI DE CASTRO BORGES FAUSTINO, funcionária pública federal do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, Escriurária nível 8-A, brasileira, casada, residente no ANEXO IV - APARTAMENTO 461, Brasília - DF, esclarecida pelo Presidente da Comissão sobre os motivos que motivaram sua convocação e advertida sobre as penas em que poderá incorrer, por perjúrio, informou que durante alguns meses recebeu uma pequena gratificação de Cr\$30.000,00 (Trinta mil cruzeiros / velhos) por trabalhos extraordinários no período da manhã; que, o pagamento lhe era feito pelo Sr. NILO VELOZO, Chefe da SASSI; que, a depoente não sabe por qual verba corria a despesa; que sabe que o INDIO JOAO FRANCISCO DA SILVA, funcionário publico federal, recebia indios em trânsito em sua casa para hospedagem; que também lá se hospedavam alguns servidores contratados da Ilha do Bananal e algumas outras pessoas estranhas; que, devido ao atraso nos pagamentos, emitiam-se vales em favor de JOAO FRANCISCO, chegando a depoente algumas vezes a datilografar alguns; que as faturas de pagamentos definitivos eram assinadas por Dona Sara Almeida, filha do mesmo, impedido que era de comerciar com o S.P.I. devido à sua qualidade de servidor público; que, certa feita, pediu Cr\$40.000,00 (Quarenta mil cruzeiros antigos) ao S.P.I.; que o Cel. Hamilton // autorizou o empréstimo e a depoente entregou o vale e recebeu a quantia correspondente do Sr. LUÍS DE FRANÇA PEREIRA DE ARAÚJO; que a depoente pagou o vale ao Sr. LUÍS ARAÚJO no dia do pagamento dos funcionários; que pode informar que WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS se lamenta porque a prestação de contas de um adiantamento que lhe foi feito foi destruída no incendio do S.P.I. mas diz, por outro lado, que poderá refaze-la fãl, digo, facilmente; que durante o pouco // tempo em que respondeu pela Contabilidade passou telegrama recia - mando documentos de prestação de contas aos funcionários BENAMOUR BRANDAO FONTES, MÁRIO DA SILVA FURTADO e dois outros cujos nomes nao recorda mas que podem ser identificados na pasta de arquivos de telegramas expedidos do S.P.I.; que esses funcionários deveriam entregar documentos que deveriam ser incluídos na prestação de con - tas de ELIETE, digo, HELIETH CALMON SERIZARA; nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qual - quer coação o qual lido e achado conforme vai assinado pela depoen - te, pela Comissão e por mim, por Luiz Almeida Nobrega, Secretário que o datilografarei.

1540
RJD

Of. nº 6/ CI - 239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67

Ao: Sr. Walter Samari Prado

Assunto: Notificação (faz)

Notifico a V.Sa. a comparecer amanhã, dia 17, às 8,00 horas, no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Setor das Autarquias lotes 9/10) a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados com o Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior.

Esclareço que o não comparecimento em data e hora aprazada importará em responsabilidade funcional para os fins de aplicação das competentes sanções disciplinares.

Saudações

Jáder de Figueiredo Correia
(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

Recebido o original
em 16/10/67
Walter Samari Prado

Of. nº 7/CI-239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67

Ao: Sr. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA

Assunto: Notificação (faz)

Notifico V.Sa. a comparecer amanhã, dia 17, às 10 horas no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Setor Autarquico lote 9/10) a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados com o Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior.

Esclareço que o não comparecimento em data e hora aprazada importará em responsabilidade funcional para os fins de aplicação das competentes sanções disciplinares.

Saudações

Jáder de Figueiredo Correia
(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

1542
39/67

0/CI-239/67

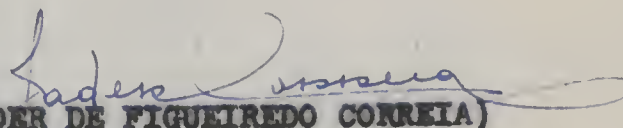
Do: Presidente da Comissão de Inquerito Administrativo designada pela
Portaria Ministerial nº 239/67

Ao: Sr. Waldemar Conceição Dias

Assunto: Notificação (faz)

Notifico V.Sa. a comparecer amanhã, dia 17, às 14 horas
no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras /
Contra as Secas (Setor Autarquico lote 9/10) a fim de prestar escla
recimentos sobre fatos relacionados com o Inquerito Administrativo
instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interi-
or.

Esclareço que o não comparecimento em data e hora apra
zada importará em responsabilidade funcional para os fins de aplica-
ção das competentes sanções disciplinares.


(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

Recb. e apurad

22

9/ CI - 239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239/67

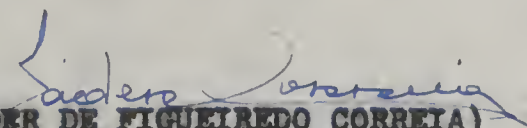
Ao: Chefe da Polícia Federal

Assunto: Solicitação (faz)

Rogo a fineza de determinar a apresentação do funcionário público federal WALTER DA SILVA BORDA, prêso administrativamente por ordem do Exmo. Sr. Ministro do Interior, amanhã, dia 17, às 15 horas, para prestar depoimento perante esta Comissão.

Esclareço que a Comissão funciona na sala do andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Setor Autarquico lote 9/10).

Cordiais saudações


(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

1544
H. B. A.
B. J. A.

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos dezessete (17) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na sala localizada / no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aé reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, com, digo, nº 23986, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. WALTER SAMARI PRADO, já qualificado anteriormente, advertido das penas que poderá incorrer por perjúrio, informou que quando designada pela Portaria nº 45, de 10/04/62 SPI 1.652/62 para, juntamente com BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA e JOSE MONGENOR proceder à venda de 500 cabeças de gado nas IR 5 e 6 publicou editais de concorrência sendo que em CUIABÁ publicou o referido edital no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e em Campo Grande o publicou em jornais da imprensa local; que só foram vendidas as 500 cabeças autorizadas pelo Diretor/ que não pode recordar do valor exato das duas vendas mas calcula em torno de Cr\$7.000.000 (sete milhões de cruzeiros antigos); que remeteu o dinheiro pelas agências do Banco do Brasil de Cuiabá e de Campo Grande para o SPI em Brasília, Renda do Patrimônio Indígena, aigo, Indígena; que não receberam abono dos compradores mas retiraram de cada uma das vendas uma quantia que não recorda a fim de ocorrer a despesas, mencionadas nos telegramas de aviso de transferência; que a viagem foi feita via Rio e São Paulo a fim de aproveitar a oportunidade de visitar alguns parentes residentes na Guanabara; que a compra que fez na IMPORTADORA MUNDIAL DE FERRAGENS do Rio de Janeiro, foi por indicação do Diretor MAJOR VINHAS SNEVES; que nega haver remetido Cr\$27.000.000 (vinte e sete milhões de cruzeiros antigos) ao Major VINHAS NEVES em 1965, quando recebeu Cr\$45.000.000 (quarenta e cinco milhões) da verba de Assistência ao Índio; que ouviu dizer que o Inspetor, digo, Inspetor MEIRELES remeteu nessa época Cr\$15.000.000 (... isto é, remeteu quantia que não pode precisar, o mesmo fazendeiro MANOEL MOREIRA, digo, JOÃO MOREIRA, Chefe da IR 3 e JOSE FERNANDO CRUZ Chefe da IR 5; que realmente foi recebido pelo depoente a importância de Cr\$1.000.000 (um milhão de cruzeiros velhos) suprido por VANI MARIA BARRETO da qual não prestou conta; que confessou à Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria Ministerial nº 500/66, processo MA 101-1.230/66 haver feito aplicação indevida e prometeu repor; que ainda não providenciou essa reposição; que assim não procedeu porque não / dispõe de recursos fian, digo, financeiros próprios; que não prestou conta da , digo, que prestou conta da quantia de Cr\$45.000.000 mas a mesma prestação de contas não foi remetida ao Tribunal de Contas; que não sabe porque as mesmas , digo, a mesma não foi encaminhada ao Tribunal, o mesmo acontecendo com as outras Inspetorias ; que , referente mente ao ofício 108/65 de 28/05/65, usou, digo, usou o nome da Comissão

1545

da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal; por sugestão do Dr. PAULO BUCKER, advogado da IR, digo, IR 5 que informou ao depoente sobre uma resolução da mesma CPI; que de acordo com a ordem de serviço interna nº 35 fez remessa de dinheiro da IR 5 para o Diretor CEL HAMILTON CASTRO para pagamento de advogados DR LIDIO DINIZ HENRIQUES e JOSE VASCONCELLOS; que não recorda o montante da transferência, feita pela agência do Banco do Brasil de Campo Grande; que os contratos de arrendamentos de terras dos Senhores WILSON PEREIRA ALVES e HELIO PEREIRA ALVES, denunciados pelo já mencionado ofício nº 108, foram rescindidos; que foram celebrados novos contratos com as mesmas pessoas, porém em bases mais elevadas, isto é, nas bases acertadas quando da celebração de todos os outros contratos; que, apesar dos termos do ofício 108, já citado, digo, já citado, o depoente celebrou os novos contratos com os dois irmãos PEREIRA ALVES porquanto os mesmos apresentaram documentos assinados pelo indivíduo alcunhado de MANEQUINHO cedendo os direitos; que reconhece ser crime usar falsamente o nome de pessoa ou instituição para obrigar terceiro a fazer ou deixar de fazer algo; que, entretanto, no caso do ofício 108 tal não aconteceu porque foi informado pelo Dr. PAULO BUCKER a respeito da resolução da CPI; que, embora respondendo Inquerito Administrativo, inspeccionou o Posto Indígena Engenheiro Mariano Sampaio para cumprir determinações superiores, visto como houve ordem de serviço interna do CEL HAMILTON CASTRO; que apesar de o depoente não haver encaminhado a prestação de contas da IR 5 acha que o Sr. al, digo, LUIZ ARAUJO poderia ter cometido a prestação de contas de 1966 fazendo constar a ausência da prestação de contas do depoente; que sabe haver o SPI atrasado os pagamentos de hospedagem de índios devida a JOÃO FRANCISCO e que eram emitidos vales; que sabe que JOÃO FRANCISCO não assinava os recibos por ser funcionário público; que quando ocupava as funções de Secretário FG-11, o MAJ NEVES mandou atribuir ao depoente uma gratificação de Cr\$70.000 ou Cr\$80.000 a fim de equipara-lo em vencimentos aos outros chefes; que essa gratificação corria pela verba do Patrimônio Indígena; que quando havia disponibilidade financeira era costume fazerem adiantamentos a funcionários; que o depoente se serviu algumas vezes dessa liberalidade e pagou pontualmente os seus vales; que se sentiu perfeitamente à vontade e não sofreu coação durante a prestação do presente depoimento. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, digo, perguntado encerrando-se esta inquirição da qual eu Mar Luiz Almeida Nóbrega Secretário, lavrei o presente termo que será lida e assinada, digo, assinada, se achada conforme, por todos os presentes.

92546
BPF

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos dezessete(17) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala localizada/ no Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, aí reunida a Comissão de Inquerito Administrativo designada pela Co digo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr./ Ministro do Interior, compareceu o Sr. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, já qualificado anteriormente, esclareceu que a Comissão instaurada pela Portaria nº 45/62 para venda de gado na IR5 e IR6 da qual o depoente participava junto com JOSÉ MONGENOR e WALTER SAMARI PRADO publicou portarias e cumpriu os prazos legais pouendo ser encontrado cópias dos editais no Diário Oficial de Mato Grosso e em um jornal católico de Campo Grande além de outro que não recorda; que não recorda quando rendeu as vendas de gado mas acha que foram 500 cabeças de gado, vendidas; que apenas ouviu falar muito tempo depois que os dois outros membros da Comissão haviam recebido propina mas não acredita; que o depoente não participou desse ato passivo de subôrno; que os membros da Comissão retiraram do montante uma certa parcela para ocorrer a despesas, inclusive do transporte aéreo, mas não recorda o total; que, igualmente, o depoente necessitou de algum dinheiro para suas despesas pessoais em Cuiabá e emitiu um vale sôbre a quantia da venua do gado, não recordando o valor mas lembrando muito bem que o resgatou quando de sua volta a Brasília ; que viajou pela camionete de placa 40-70 em 1965 a Pernambuco e constatou irregularidades praticadas pelo então Chefe da IR4, PEDRO JOAQUIM DE LEMOS; que entre essas irregularidades se encontrava a venda de 2(dois) ventiladores pertencentes ao Patrimônio Nacional, venda ae, digo, Nacional, venda essa anulada pelo depoente; que sugeriu ao então Diretor do SPI, MAJ NEVES, o afastamento daquele servidor/no que foi atendido; que as dez(10) rezes vendidas foram autorizadas por Portaria do Diretor, por ordem de serviço interna; que o depouente não se beneficiou do produto da venua do gado nem emitiu/vales contra a Inspeção; que apenas, depois de certa relutância, aceitou que a sua conta de Hotel fosse paga pela Inspeção; que / confirma haver WALTER PRADO haver se queixado ter remetido Cr.... \$27.000.000 ao Maj VINHAS NEVES; que essa irregularidade já constou do processo Administrativo presidido pelo Dr. AUTO TIMM FONTES, constituído pela Portaria Ministerial nº 500, processo nº ... 1.230/66; que pode afirmar que WALTER PRADO não prestara contas / da quantia de Cr\$45.000.000 até a constituição da Comissão de Inquérito acima, mas depois obteve uma passagem com o Diretor do SPI indo até Campo Grande para fazê-la; que ouviu WALTER PRADO, digo, WALTER PRADO dizer que efetuara a prestação de contas; que apesar de paciente da Comissão de Inquerito citada WALTER PRADO //continuou a gozar da confiança do Diretor tanto que foi designado

VI.

09/05 47

D. N. O. C. S. - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

FOI DESIGNADO para inspeccionar o Pôsto MARIANO DE OLIVEIRA; que o Exmo. Senhor Ministro da Agricultura, Dr. NEY BRAGA, autorizou o Cel HAMILTON CASTRO a pagar os alugueis atrasados do apartamento nº 102 bloco 2, SQS 203; que um jornalista de nome SCARTEZINE percebia gratificação pela Verba Indígena, isto é, pela Renda Indígena para dar cobertura publicitária ao SPI; que a gratificação que o depoente recebia pela Renda Indígena era de Cr\$70.000, estipulada pelo Maj VINHAS NEVES, ao tempo em que o depoente ocupava a função de Secretário, FG-11; que esclarece que não gozava com isso de nenhum privilégio porque também recebiam gratificações os servidores ALCIDES VELOSO, RACHID SIMÃO HELU, CERISE MACHADO, WALTER PRADO, LUIZ ALVES DE MELO, MANOEL PINTO, HERMANO SAMPAIO e JOSE RODRIGUES; que essa gratificação era fruto do desejo do Maj // VINHAS de compensar os servidores que ganhavam pouco; que o depoente já conhecia o segredo do cofre do SPI como Substituto que foi da SINDI; que recebeu as chaves do Sr. Luiz Araujo e abriu o cofre para retirar numerário a fim de fornecer aos funcionários, digo, fornecer ao Cel HAMILTON CASTRO; que no cofre havia cerca de Cr\$.1200.000 (um milhão e duzentos mil cruzeiros velhos); que não foi feito tomada de contas e verificação de numerários (TTCVV) porque já se conhecia o quanto havia no cofre; que o Cel HAMILTON // lhe forneceu recibo da importância, documento esse entregue depois ao Sr. LUIZ FRANÇA DE ARAUJO; que não estava em dias a escrituração da Renda Indígena antes do incêndio, isso porque as Inspetorias atrasavam as remessas de suas prestações; que, de há muito, JOÃO FRANCISCO hospedava anulos na sua própria residência; que o SPI atrasava os pagamentos e fornecia vales pela Renda Indígena; que, // digo, que as faturas de pagamentos finais eram assinadas pela // filha de JOÃO FRANCISCO, de nome SARA devida a condição de funcionário público daquele índio; que JOSE FERNANDO DA CRUZ remeteu Cr... \$25.000.000 para o Maj VINHAS NEVES indo PIMENTEL receber a importância na Agência local do Br, digo, Banco; que tratava-se de um // Banco particular; que PIMENTEL não pode descontar o cheque porque não era cheque da praça; que o Maj viajou a Curitiba e lá descontou o cheque; que do primitivo valor o Maj VINHAS somente remeteu a importância de Cr\$20.000.000; que LUIZ ARAUJO, Diretor Substituto, que ficou chefiando o SPI, em Brasília, mandou indagar porque o Maj só remeteu Cr\$20.000.000 quando a transferência era de Cr... \$25.000.000; que desconhece a resposta do Major VINHAS; que sabe que o Cel HAMILTON CASTRO comprou um telefone ao Dr. LIDIO DINIZ HENRIQUES para sua própria pessoa; que sabe que o Cel. HAMILTON já vendeu o telefone quando deixou Brasília; que o Maj NEVES algumas vezes não recolhia à SINDI certas transferências de numerários feitas pelas Onspe, digo, Inspetorias guardando-as consigo //

1548
BIA 11

consigo próprio no cofre do Gabinete; que alguns vales de funcionários eram adiantados pelo Maj VINHAS NEVES desses recursos e outros eram adiantados pelo Sr. LUIZ ARAUJO, dos recursos em poder da SINDI; que as peças de veículos e pneus comprados pela verba 3.1.4.0 - Encargos Diversos, 10.00 - Assistência Social, em 1965, não foi comprado pelo depoente mas sim pelo próprio LUIZ ARAUJO; que o depoente apenas recebeu o material; que foi bem tratado durante a presente inquirição e não sofreu qualquer coação. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, havendo eu Mor Luiz Araújo Voluj - Secretário, lavrado o presente termo que depois de lido e aprovado vai assinado por todos os presentes.

Aden Zorzeia
Presidente

[Assinatura]
Vogal

Uomar D. Riuor
Vogal

[Assinatura]
Depoente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

BRASÍLIA, D. F.

Ofício nº 192/67-DOPS/SEC

Em 17 de outubro de 1967

Do Diretor da Divisão de Ordem Política e Social

Ao Sr. Presidente da Comissão Inquérito Administrativo Port.239/67

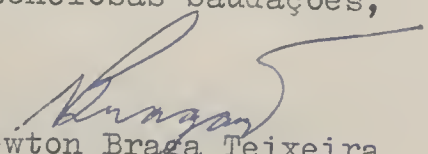
Assunto Apresentação - faz

Senhor Presidente:

Atendendo ao que consta no ofício nº 9/CI - 239/67, devidamente escoltado faço apresentar a V.S. o custodiado WALTHER DA SILVA BORDA a fim de prestar esclarecimentos junto a essa Comissão.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Sª as minhas,

Atenciosas Saudações,


Newton Braga Teixeira
Diretor DOPS

Ao

Ilmo. Snr.

JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA

DD. Presidente da Comissão

de Inquérito - Port. 239/67

Setôr Autarquico lote 9/10

N E S T A

39 1559

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos dezessete(17) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. WALTER DA SILVA BORDA, Assistente de Organização Rural, nível 15, do Ministério da Agricultura, tendo estado comissionado no SPI desempenhando as funções de Chefe do Posto Indígena GETULIO VARGAS, na Ilha do Bananal, designado que foi pela Ordem de Serviço nº 17, de 16/12/65, segundo informou. Esteve acompanhado e assistido pelo seu Advogado Dr. JEFERSON DE AGUIAR O.A.B. /ES - 163, O.A.B./GB 700, além de funcionários da DOPS presente, ao depoimento; inquirido sobre os fatos que determinaram a instauração do presente Inquérito Administrativo respondeu que não se encontra em estado emocional capaz de prestar declarações que possam auxiliar a presente Comissão de Inquérito a esclarecer os fatos perquiridos; que, entretanto, pode esclarecer que assumiu a chefia do Posto /acima e, digo, mencionado no dia 2/01/66 e foi dispensado no dia 30/04/66, data em que o rádio nº 550 da Direção do SPI lhe foi entregue mediante recibo; que viajou de regresso no dia ... 5/04/, digo, 05/5/66 quando conseguiu transporte; que em outras circunstâncias poderia ser de muita utilidade à Comissão; que recebeu um tratamento, digo, recebeu tratamento conveniente e não // sofreu coação de parte dos membros da Comissão. E nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que foi lavrado o presente termo que após lido e achado conforme vai assinado pela Comissão, pelo depoente, pelo seu advogado e por mim, João Luiz Almeida Nóbrega - Secretário.

Aden J. Almeida
Presidente
Umar J. Almeida
Vogal
Umar J. Almeida
Vogal

Walter da Silva Borda
Depoente
Dr. Jefferson de Aguiar
Advogado

1551
[Handwritten signature]

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos dezoito (18) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) no andar térreo do Edifício - Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239, de 5 de outubro de 1967, compareceu o Sr. NILO DE OLIVEIRA VELLOZO, já qualificado anteriormente perante a Comissão instaurada pela Portaria nº 154/67 para prestar declarações sobre os fatos que originaram o presente Inquérito. Depois de advertido sobre as penas da Lei para o falso testemunho e, depois de inquirido, declarou que os extratos de conta corrente encaminhados pelo ofício nº 205, de 18.10.67, correspondem aos dois adiantamentos que o depoente recebeu no exercício de 1966; que quando da aplicação dos recursos encontrava-se na localidade, isto é, emitia os cheques contra a Agência do Banco do Brasil S/A de Cuiabá, quando ali se encontrava, o mesmo ocorrendo em Porto Velho; que apesar das coincidências de datas verificadas nos extratos de conta correntes das Agências acima citadas confirma que se encontrava naquelas localidades; que não está recordado mas sabe existir lei que permite a emissão de cheques ao portador quando não exista na localidade estabelecimentos bancário; que a beneficiária do cheque nº 32.233, contra a Agência do Banco do Brasil S/A, de Porto Velho, era servidora do SPI, no interior; que não possui o cartão de comprovante de protocolo da entrega da prestação de contas do adiantamento, digo, do suprimento de Cr\$6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil cruzeiros velhos) recebido do Cel. Hamilton de Oliveira Castro, prestação de contas essa destruída no incêndio da Sede do SPI; que, porém, pode apresentar como testemunha do ato de entrega os funcionários AMAZONILDE, e, principalmente, Dona RAIMUNDA, Encarregada do Setor de Contabilidade; que entregou ao Chefe da Inspetoria em Rodônia, digo Rondonia, um memorando e cerca de seis telegramas; Que esses expedientes solicitavam os extratos de conta corrente do Banco, para orientar a reconstituição da prestação de contas já referida; que a intenção em apresentar os extratos de conta corrente foi demonstrar os meios, digo meios de ser reconstituída a prestação de contas, que poderá ser reconstituída pela própria Inspetoria, sem necessidade da presença do depoente, conforme determinem as autoridades. Nada, Digo que amanhã o depoente oficiará ao Diretor do SPI solicitando a reconstituição dessa prestação de contas, pelo atual ou futuro chefe da Inspetoria. Nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação, o qual lido e achado conforme, vai assinado pelo depoente, pela Comissão e por mim, Marcelo Luiz Almeida Nobre, Secretário que o datilografei.

[Handwritten signature]
Presidente

[Handwritten signature]
Depoente

1552
09/10/67

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo.Sr. Ministro do Interior, publicada no D.O. de 5/10/67.

WALTER DA SILVA BORDA,funcionário do Ministério da Agricultura, Assistente de Organização Rural,nível 15, ora detido na DOPS, SQ 112, nesta Capital, por seu advogado, requer a V. Excia. a juntada dos inclusos documentos ao processo em referência,para os fins de direito, não obstante ter comparecido a essa Comissão na qualidade de Textemunha.

Verificará V. Excia. que a sentença absolutória do Meretíssimo Dr. Juiz Federal da 1a. Vara , Secção Judiciária de Brasília,negou procedência a todas às imputações que lhe foram feitas, concluindo pela ausência de justa causa para o procedimento criminal.

Em consequencia, nos termos de jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal o suplicante está isento de qualquer responsabilidade funcional, eis que não houve residuo, como se vê da decisão absolutória.

Têrmos em que, junto ao processo

pede deferimento

Brasília, 1, de outubro de 1967

pp. 

JEFERSON DE AGUIAR

1553
BGA



PROCURAÇÃO

[Handwritten signature]

*Quarta-feira
Brasília, 7/8/67
[Signature]*

Pelo presente instrumento particular de mandato, que mandei datilografar e afinal assino, eu, WALTHER DA SILVA BORDA, brasileiro, casado, funcionário publico federal, residente no acampamento da Companhia Nacional, casa 2, nesta cidade, nomeio e constituo meu bastante procurador e advogado ao Dr. JEFFERSON DE AGUIAR, brasileiro, casado, advogado com escritório no Edifício JK, sala 127 (12º andar), nesta capital, com o s poderes de clausula ad judicium, podendo defender meus direitos e interesses em qualquer Juizo, Instancia ou Tribunal nas repartições publicas federais, estaduais e municipais, ou onde necessario fôr, requerendo mandado de segurança, impetrando medidas preparatórias de ação ou preventivas, habeas-corpus, propôr ações ou delas desistir, recorrer, inquirir testemunhas ou contesta-las, receber e dar quitação, transigir e fazer acôrdo, com os mais poderes em direito permitidos, inclusive substabelecer.-

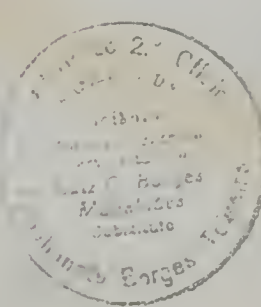
BRASILIA, 7 de agosto de 1967

2º. Ofício

[Handwritten signature: Walter da Silva Borda]

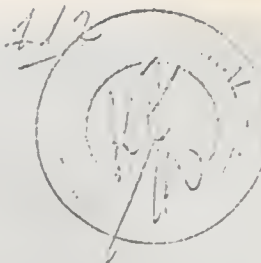
CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO

Reconheço a firma _____
de _____
Em testamento _____



[Handwritten signature: Jefferson de Aguiar]

1554
BPA



DECLARAÇÃO

[Handwritten signature]

Atendendo pedido verbal do Sr. Walther da Silva, Assistente de Organização Rural Nível 15, do Quadro Especial do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço de Proteção aos Índios:

DECLARO, para os fins de direito, que o referido servidor, nesta data, compareceu a esta Seção de Administração, comunicando achar-se doente e em rigoroso tratamento de saúde, conforme documento médico que exhibiu, solicitando Formulário do Serviço Social, para homologação de licença; nesta ocasião, em face a determinação do Sr. Diretor do S.P.I. informei ao referido servidor da impossibilidade do atendimento até nova deliberação ou ordem em contrario do mesmo Diretor.

Brasília, 20 de maio de 1966.

2.º Ofício
BRASÍLIA

[Handwritten signature]

BENEDITO PIENDEL
Chefe da S. A.



CARTÓRIO DO SR. OFÍCIO

[Handwritten signatures and stamps]
20/05/66
de A. 13
de A. 13
de A. 13

STUPRENSO TRIBUNAL FEDERAL

DECLARAÇÃO

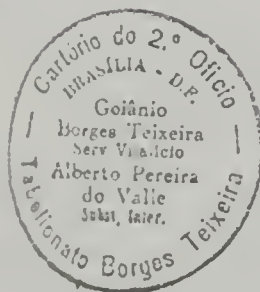
Atendendo a pedido verbal do Sr. Walther da Silva Borda, Assistente de Organização Rural, nível 15, do Quadro Especial do Ministério da Agricultura, lotado neste Serviço de Proteção aos Índios,

DECLARO, para os fins de direito, que o referido servidor nesta data, compareceu a esta Seção de Administração, apresentando-se para o exercício do seu cargo, tendo em vista, já ter recuperado sua saúde, conforme sua afirmação.

Nesta ocasião, e em face da determinação do Sr. Diretor do S.P.I., informei ao servidor referido, da impossibilidade de dar exercício, até nova deliberação ou ordem em contrário do mesmo Diretor.

Brasília, 28 de setembro de 1966.

Benedito Pimentel
Chefe da S.A.



CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO
RECONHECIMENTO

Reconheço a firma **BENEDITO**

PIMENTEL

Dou fé. Brasília, 28 de 09 de 1966.

Em testemunho da verdade

Edvaldo Rodrigues de Souza
Escritor de Cartório

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA SPI - SINDI - CONTABILIDADE

Ilmo. Snr. WALTER DA SILVA BORDA
em mãos - Brasília

Atendendo a solicitação de V.Sa., informamos, que foi dada entrada neste Setor de Contabilidade da Seção do Patrimônio Indígena o Processo Ma-101-3.671/66 em data de 1ª de Novembro corrente, acompanhado dos seguintes comprovantes, para serem contabilizados, referentes a sua Prestação de Contas Inicial do Posto Indígena Getúlio Vargas:

- 8- (Oito) Recibos assinados pelo Administrador da Fundação Brasil Central, da Ilha do Bananal, - Snr. ADELMO SALINO DE AZEVEDO, datados o primeiro de 12 de Janeiro de 1966 e o último - de 31 de Março de 1966, todos referente a recebimento de RESES Bovinas no valor total de

Cr. \$ 558.700

- 1- (Hum) Comprovante copia do recibo assinado por Walter da Silva Borda, como recebimento por conta de fornecimento de rês, importância paga pela Fundação Brasil Central no valor de Cr. \$

Cr. \$ 200.000

- 1- (Hum) Comprovante original do pagamento realizado em favor do Servidor Contratado, Snr. WOLFGANG DANKMAR GUNTER, por salário no valor de

Cr. \$ 200.000

Pelos comprovantes apresentados de sua Prestação de Contas Inicial do Posto Indígena Getúlio Vargas, aparece na data dos comprovantes um saldo de Contas a Receber da Fundação Brasil Central (TREZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E SETECENTOS CRUZEIROS)

Cr. \$ 358.700

BRASILIA, 4 de Novembro de 1966


ALCIDES VELLOSO JUNIOR-Setor de Contabilidade-SINDI

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

1557 25
BPA
RECEBOS

R E C I B O

[Handwritten signature]

Recebi do Senhor WALTHER DA SILVA BORDA, Assistente de Organização Rural e Redator do Quadro Especial do Ministério da Agricultura, e, ex Chefe do Posto Indígena Getúlio Vargas do S.P.I., os documentos abaixo relacionados:

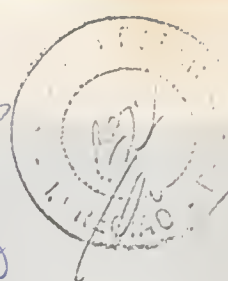
- A)- Oito (8) recibos de Fornecimento de Carne Bovina, efetuados á Fundação Brasil Central na Ilha do Bananal, devidamente assinados pelo Senhor Adelmo Salino de Azevedo, Administrador do Parque de Atividades daquela Fundação e datados de 12/1/66, 19/1/66, 26/1/66, 2/2/66, 10/3/66, 17/3/66, 24/3/66, e 31/3/66, totalizando a importância de C\$558.700=== (quinhentos e cinquenta e oito mil e setecentos cruzeiros);
- B)- Um (1) recibo no valor de C\$200.000= (duzentos mil cruzeiros) datado de 26/4/66, assinado pelo Senhor WALTHER DA SILVA BORDA, referente a um pagamento efetuado pela Fundação Brasil Central, por conta do fornecimento de carne bovina mencionado nos oito (8) recibos citados no Item A);
- C)- Um (1) recibo no valor de C\$200.000= (duzentos mil cruzeiros) efetuado pelo Senhor WALTHER DA SILVA BORDA ao sorvidor Wolfgang Dankmar Gunter, referente ao pagamento de um pró-labore por seus serviços prestados na Oficina Mecânica do Posto Indígena Getúlio Vargas na Ilha do Bananal, / pagamento esse já autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Major Aviador / Luiz Vinhas Neves, Digníssimo Diretor do S.P.I..

Brasília, 31 de outubro de 1966.

[Handwritten signature]
LUIZ FRANÇA DE ARAÚJO
Diretor Substituto do S. P. I.
Contador Chefe da SINDI.

D E C L A R A Ç Ã O

1558
[Handwritten signatures and initials]



Declaro, para quaisquer fins a que se destinarem, que aos desessete dias do mês de maio de 1966, indo em visita ao Senhor Walther da Silva Borda, que se encontrava gravemente enfermo em sua residência, no Acampamento da Construtora Nacional / Casa 2, nesta Capital Federal, encontrei-o sendo assistido pelo seu médico, Doutor Oscar de Araújo Filho, também meu conhecido; e que após a retirada do médico, fui solicitado pelo Senhor Walther da Silva Borda a levar ao Protocolo do Serviço de Proteção ao Índios, no 4º andar do Bloco 8, da Esplanada dos Ministérios nesta Capital Federal, um Requerimento datilografado com uma cópia, devidamente assinado, pelo qual o Senhor // Walther da Silva Borda, solicitava 90 (noventa) dias para tratamento de saúde; declaro ainda que fiz a entrega do referido documento no Protocolo do S.P.I. e após a entrega, fui informado pela funcionária que ali me atendeu, de que o referido documento estava entregue e de que teria o andamento normal, e em seguida retirei-me; entregando a cópia a Senhor Walther da Silva Borda, este reclamou-me o talão do Protocolo do S.P.I. ocasião em que afirmei-lhe não o ter recebido, pois não me foi entregue nenhum documento ou recibo no Protocolo do S.P.I.; declaro ainda que poderei identificar a qualquer momento que for necessário, a funcionária que recebeu o documento por mim entregue; e por ser verdade, assino e me comprometo a fazer a presente declaração sempre firme e valiosa, sempre que me for solicitado.=====

Brasília, 12 de junho de 1967.

Mohamed Fares

[Handwritten signature]
MOHAMED FARES FARES.
-comerciante-

1559 27
B/b

JULIA F. L.
9.000
REGIAO

DECLARAÇÃO

Eu, Major Aviador Luiz Vinhas Neves, brasileiro, desquitado, residente à Rua Raimundo Correa, 65, apto 501, em Copacabana, nesta Capital, declaro para todos os fins de direito, inclusive os judiciais :

a) conheço Walther da Silva Borda, brasileiro, casado, ex-encarregado do Posto Indígena "Getúlio Vargas", na Ilha do Bananal, há vários anos, nada havendo que desabone a sua ilibada conduta, particular e de zeloso funcionário público ;

b) ao tempo em que fui Diretor do S. P. I. o Sr. Walther da Silva Borda prestou relevantes serviços ao Posto Indígena "Getúlio Vargas", conseguindo realizar várias obras e reorganizar os serviços burocráticos, com dedicação e persistência, não obstante a impossibilidade em que me encontrei de enviar-lhe verbas ou qualquer colaboração financeira ;

c) a renda indígena é atribuição dos Inspetores e Encarregados de Postos, que devem aplicá-las segundo a conveniência e interesse do serviço, zelando principalmente pela assistência ao indígena, com o pagamento de servidores, empreiteiros e fornecedores, como lhes será permitido exigir prestação de serviços dos funcionários, fornecimento de material e alimentação e construção de obras indispensáveis ao Posto.

[Handwritten signature]

1560

277



Por ser expressão da verdade, faço esta declaração,
que ratificarei em Juízo, se necessário fôr.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1967.

CARTÓRIO
RUBENS CHAMMA

Luiz Vinhas Neves
Major Aviador Luiz Vinhas Neves

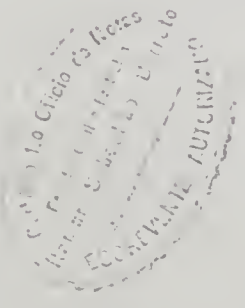
Reconheço a firma

RUBENS CHAMMA

Tabellão
Rubens Chamma
Av. Central
Núcleo Bandeirante
GRASIL

Luiz Vinhas Neves
28/9/67

Brazili, 28 de setembro de 1967
Em testemunho da verdade



87



1561
1- O Exmo. Senhor Ministro do Interior, decretando a prisão administrativa de Walter da Silva Borda, por trinta dias, sem a necessária e imediata comunicação ao Juiz competente, infringiu o § 12º do Artº 150 da Constituição e § 1º do Artº 214 da Lei 1711, de 28/10/1952, além de ser incompetente ratione personae vez que se trata de funcionário do Quadro de Pessoal Permanente do Ministerio da Agricultura.

2- Que o citado servidor respondeu a inquérito administrativo, MA-01-1369/67, no qual opinou a Comissão que não tem condições de condená-lo, isto se verifica da cópia do relatório remetido a este Juízo, pelo Senhor Raymundo Bruno Marussig - Secretário Geral da Agricultura e junta aos autos da Ação Criminal nº 15 da Justiça Federal desta Seção Judiciária (D.F.):

3- Pelos fatos imputados ao Servidor, este Juízo, em sentença de 06/10/1967 - após apreciação e exame minucioso, em sentença de 13 (treze) folhas datilografadas - Julgou a denúncia improcedente, por não haver prova suficiente para a condenação (inciso VI, do artº 386, do Código de Processo Penal) e por não haver justa causa, absolveu Walter da Silva Borda das acusações que lhe foram feitas.

Ex positis

Suprindo, a parte, a falta de comunicação obrigatória e constitucional por parte de Sua Excelência o Senhor Ministro do Interior, e por se tratar de evidente abuso de poder, decreto o relaxamento da prisão administrativa de Walter da Silva Borda.

Expeça-se o competente alvará de Soltura.

P.R.I.

Brasília, 12 de outubro de 1967

JOSÉ BOLIVAR DE SOUZA

Juiz Federal da 1ª Vara

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

JUIZO FEDERAL DA 1ª VARA

1567
B9A



ALVARÁ DE SOLTURA

O SENHOR DOUTOR JOSÉ BOLIVAR DE SOUZA

[Assinatura]

M.M. JUIZ FEDERAL _____ DA 1ª
VARA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO, SEÇÃO
JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, NA FORMA DA
LEI, ETC.-

MANDA ao senhor DR. JOSEMO DA SILVA

ANARAI-Delegado da DOPS que, visto êste por êle assinado e subscrito pelo
Chefe de Secretaria de seu cargo, em seu cumprimento, ponha incontinenti em
liberdade, si por AL não estiver prêso, WALTER DA SILVA BORDA, filho de
Carlos da Silva Borda e de Leonor Santorpe Borda.....
.....
.....

visto haver sido relaxada a prisão administrativa.....
no processo, a que respondeu como incurso no artigo 312 do C.P......
.....
iniciado
em

O QUE CUMPRA na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Brasília,
aos 12 (doze) de Outubro de 1967.

Eu, Vasconcellos, Chefe de Secretaria,
o subscrevi. (José de Vasconcellos)

[Assinatura]
JOSE BOLIVAR DE SOUZA
Juiz Federal da 1ª Vara

1563 *Handwritten signature*

[Faint, mostly illegible text in the left column, likely containing names and titles of officials.]

ACTOS DO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE

[Faint, mostly illegible text in the middle column, likely containing official acts and decrees.]

BOLETIM DA JUSTIÇA FEDERAL

1ª Região — Seção Judiciária do Distrito Federal

CABINETE DO DIRECTOR DO FÓRO E CONREGEDOR DISTRIBUIDOR

[Faint, mostly illegible text in the bottom right column, likely containing administrative notices and distribution information.]

124 564
JUSTIÇA

"I - Em 08.11.61, o Sr. Israel Praxedes, de 40 anos, casado, com 4 filhos, residente em Rua ... nº 12, a par-
te da foto esse indivíduo não
destacados de ... Victor
Cruz do N. ... de 1931
6-31, B ... e ...
Cruz do N. ... 11 e Luiz
Cruz do N. ... 64-1 ...
ou ... em seu ... a im-
portância ... de N.º
4001 ... cruzes no
vivo) proveniente de venda de
gado do CPI; não tendo ainda pres-
tado o ... conforme com o ...
em seu ... de 1931 ...

II — que o Sr. Walter da Silva Barba votou em contra-
ção, 129 (cento e vinte e no-
ve) de cada parte, e ao SPI
não tendo votado com as con-
dições de nulidade de filhos
57-77... III — que o Sr. Sal-
lun Costa de Oliveira não sus-
tituiu o Sr. Walter da Silva Bar-
ba também votou em contra-
ção, 129 de cada parte, e ao
PI-7, conforme depoi-
mento do Sr. Costa de Oliveira, 57-77...

[illegible][illegible]

Nada de arromel...
nenc, cum no dad...
es lica e des...
l. O segundo fa...
cno d i u o...
ada r i a b a n d a...
e ca ne para...
ã s que no sua.

17. O terceiro e último ponto a ser discutido é a denúncia a nível do grupo.

A Comissão de Inquérito afirma, porém, que: "não tem conhecimento" e citando o artigo 1.º transcreve: "Os atos administrativos viciados por exceção de incompetência, quando praticados na consciência de um ente público, não são anulados habitual, por serem atos de mero legitimo e mais não sendo de natureza imprópria."

a falta do erro cometido com a aplicação do direito administrativo, que o erro de muitos, não se pode considerar como consuno geral e por isso não pode validar a acção administrativa.

Vários dos autos e regulamentos da Comissão de Inquérito Administrativo em que os que praticaram o acto de corrupção do facto, tanto antes quanto depois, vieram a admitir a culpa, foram o único a entrar na lista dos autos da Direcção Geral de Administração de Contas do

... é a equi sob apreciação,
... o r a o go d rão aten-
cu ... e ... isitos exi dos
C ... o d ... me de *peculato*
v ... 312 do Códig ...
... d ... o Es-
... é o ... a Inter-
... o ... e na
... e n m ... e
... to legal regu-
... os seus cri-

1566
Agg

ordem da Junta 1566, Nilo e Manuelzinho - todos índios - residentes no
Porto Velho - no Pará - que desejam fazer denúncias contra o Encarregado
do P.I. Velho - Sr. Itamar Lino. Entretanto, o Sr. Lino se encontra
fora do país de viagem.

De uma das visitas de Itamar Lino que o Sr. Nilo Velho fez ao P.I. Velho,
Itamar, chegando, chegou o Sr. Manuelzinho e aconselhou-o para que fosse
atendido. No entanto Itamar disse ao índio: "você é bastante esperto, já
se desconfia de mim, eu quero te dar umas dicas de como..."

Ainda durante a permanência do P.I. Velho - onde ele se encontra - foram
apresentadas pela esposa de Itamar - ela também é funcionária do SPI - por
questões de ordem. Um dia, segundo relato de Itamar Lino de Dona Juliana - foi
chamado ao escritório Nilo Velho, e até hoje ninguém teve mais notícias dele.

As vezes de viagem estão sendo enviados a pedido de Itamar, para o
Índio do SPI. Há um índio chamado Sr. Manuelzinho, conhecido de Itamar, filho
do Sr. Nilo Velho, conhecido de Itamar, que quer fazer denúncia. O Sr. Nilo
Velho, sempre teve muita preocupação com a situação de Itamar.

Atualmente, o Sr. Lino de Itamar Lino está fora do país, e acredita-se que
ele não vai voltar mais, pois ele já se mudou para o Brasil e não
está mais em contato com o Sr. Lino.

1567
[Handwritten signature]

Ilmo. Sr. Dr. JADER FIGUEIREDO FERRAZ

M. D. Presidente da Comissão de Processo Administrativo que apura irregularidades no S.P.I.

Tenho a honra de comunicar a V.Sa., que nesta data, estou encaminhando do Tribunal de Contas da União, a Prestação de Contas da importância de CR\$ 55.000.000 (cincoenta e cinco milhões de cruzeiros velhos), a mim suprida pelo Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do S.P.I., por conta da Verba 3.1.4.0 - Encargos Diversos, 10.00 - Assistência Social, assistência aos índios, como complementação da Prestação de Contas negativa, feita pela referido Cel. Hamilton de Oliveira Castro, conforme consta do processo n. 23.018/67, atualmente com carga para a 2a. Diretoria de Tomada de Contas, daquela Egrégia Côrte.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

[Handwritten signature]

Benedito Piñentel
es-Insp. de Índios, 12-A
do S.P.I.

Em 18 de outubro de 1967.

Proc. T.C. 23.018/67
Complementação da
Prest. Contas - Cel.
Hamilton O. Castro
de 19/10/67

DCT · TELEX - DCT · TELEX

1568
[Handwritten signature]

✠

MIN INTERIOR BSB

INTERIOR RIO

DE GAB MIN INTERIOR RIO GB 1895 ,NIL 201067 1700

DR JADER FIGUEIREDO

MINTER BSB

BBASILIA DF

COMUNICO-VOS VG A PEDIDO DO SR JONASEEE JOSIAS MACEDO
VG QUE O MESMO RECOLHEU AO TESOIRO NACIONAL IMPORTANCIA NCR 1.200
ATRAVES GUIA RECOLHIMENTO NR 02326 VG TUDO SEGUNDO COMUNICACAO
TELEFONICA FEITA PELO PROPRIO PT CDS SDS

JORGE LEAO - CHEFE DA SECRETARIA MINTER

TRN POR OSWALD AAS 1730

REC POR... RAIMUNDA AAS MESMAS HORAS

BYBYB

1569
[Handwritten signature]

ATA

AOS VINTE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 1967, PRESENTES TODOS OS MEMBROS DA CI-MI-239/67 REALIZOU-SE A SESSÃO DA QUAL DÁ NOTÍCIA A PRESENTE ATA, HAVENDO SIDO DELIBERADO: a) convocar Doanerges Fagundes de Oliveira; b) oficial Chefe DJI, solicitando apresentação dos presos Francisco Furtado Soares Meireles, Ismael da Silva Leitão, presos administrativamente por ordem do Exmo. Sr. Ministro do Interior, para prestar depoimento; c) solicitar porte de armas para os membros da Comissão; d) sugerir ao Sr. Ministério Interior tomada de Contas dos servidores presos administrativamente § 1º - art. 214-lei nº 1711/52; e) prosseguir diligências e tomada de depoimentos. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu, *Max Buiç Almeida* secretário lavrei a presente ata, que vai assinada por todos os membros,

Adenilson
Presidente

[Signature]
Vogal

Uldemar S. Pinho
Vogal

1570
AB
BPA

J U N T A D A

Aos dois dias do mês de novembro de 1967, de
órden do Sr. Presidente da CI-MI-239/67, juntei os docu
mentos que passar a constituir as fls. 1571 a 1682 do /
volume VIII deste processo, pelo que lavrei e assino o
presente termo.

Moacir Luiz Almeida Nobrega

1571
H
BGA

Of. nº 10/CI-239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designado pela Portaria Ministerial nº 239/67

Ac: Sr. Boanerges Fagundes de Oliveira

Assunto : Notificação (faz)

Notifico V.Sa. a comparecer hoje, dia 21, às 10,30 horas, no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Setor Autarquia lote 9/10) a fim de prestar esclarecimentos sobre fatos relacionados com o Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria nº 239/67, do Exmo Sr. Ministro do Interior.

Esclareço que o não cumprimento em data e hora aprazada importará em responsabilidade funcional para os fins de aplicação das competentes sanções disciplinares.

Jader de Figueiredo Correia
(JADER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

Recb
supul au
21/10/67
JZ

1572
H
BGA

TÉRMO DE INQUIRIÇÃO: aos vinte e um(21) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na an,digo, na sala do andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, já qualificado anteriormente, inquirido respondeu que viu certa vez sobre a mesa do Diretor um telegrama em que era denunciada a venda irregular de pinheiros na IR 7, irregularidade essa praticada por SEBASTIÃO LUCENA; que não recorda se a denuncia era formulada por JOSE FERNANDO DA CRUZ ou por ALISIO / DE CARVALHO, digo, CARVALHO; que SEBASTIÃO LUCENA dera ganho de causa em uma concorrência de venda de pinheiros à firma IRMÃOS FERNANDES / contra proposta de preços mais elevados; que a proposta da firma IRMÃOS FERNANDES era apenas de Cr\$12.000 (doze mil cruzeiros antigos) quando o preço era, então, de Cr\$28.000 (vinte e oito mil cruzeiros antigos) por pinheiro; que essa transação ocorreu no Pôsto Duque de Caxias; que afirma vencedora, IRMÃOS FERNANDES, oferecera um carro AEROWILLYS novo a SEBASTIÃO LUCENA como prêmio na negociata; que o MAJ NEVES, entre outras coisas é responsável pela contratação irregular / do ex-funcionário JACOBINA, demitido do SPI por Inquérito Administrativo por prática de irregularidades; que o MAJ NEVES designou JACOBINA para Administrador das Fazendas do SPI com gorda gratificação / mensal; que JACOBINA fez verdadeira devastação nos rebanhos bovinos / do SPI com vendas absurdas; que o depoente quer se f, digo, referir / a transações como a ocorrida em Manaus objeto das cartas datadas de 22/, digo, de 22 e 26 de junho de 1965 dirigidas por JACOBINA ao MAJOR NEVES e que foram apresentadas e lidas pelo depoente no momento; que o Dr. DORVAL MAGALHÃES, parente do Deputado VALERIO MAGALHÃES, devido a negocios como o citado nas referidas cartas, foi nomeado para o cargo inexistente e absurdo de Inspetor Geral do SPI; que em função desse / inusitado cargo DORVAL MAGALHÃES adquiriu tal poder que chegou a mandar mais do que os próprios Inspetores Regionais; que o MAJ NEVES costumava vir, digo, ir as Inspetorias buscar dinheiros, procedime, digo, procedimento que continuou mesmo depois da proibição de venda de pinheiros; que o MAJ NEVES vive maritalmente com Da. TEREZINHA DE JESUS, também conhecida por Da. Têê; que, quando o Ministro NEY BRAGA exigiu // a retirada do Sr. FERNANDO CRUZ, o MAJ VINHAS nomeou para chefia da IR 7, o MAJ DANTON PINHEIRO MACHADO, que já chefiava a Ajudancia do Rio Grande do Sul, apesar de esses Pôstos serem privativos de funcionários do Quadro do SPI; que o MAJ DANTON recebia de gratic, digo, gratificação Cr\$300.000 (trezentos mil cruzeiros velhos); que o MAJ DANTON era hospede de FERNANDO CRUZ; que o MAJ DANTON e FERNANDO CRUZ e, posteriormente à saída de FERNANDO CRUZ da IR 7, o MAJ DANTON fizeram uma

1573
[Handwritten signature]

FIZERAM uma verdadeira rapina porquanto o MAJ quae, digo, queria se locupletar pois sabia que iria sair ; que o MAJ transferiu a Sede da Ajudancia do Interior para a Capital onde residia; que o MAJ DANTOS, ,digo, DANTON recebia adiantadamente o valor dos Contratos de Arrendamentos ainda a vencer na sua ansia de rapinagem; que o MAJ DANTON usava a camionete chevrolet de cabine dupla nº 881, atualmente, à disposição da Policia Rural de Minas Gerais ; que não sabia, digo, não sabe o que o MAJ DANTON trazia na camionete , arrecadados dos / Pôstos quando regressava das suas constantes viagens aos pôstos; que pode melhor informar sôbre a conduta irregular do MAJ DANTON os Srs. JOSE BATISTA FERREIRA FILHO, SEBASTIÃO LUCENA e BENEDITO PIMENTEL ; que o SARGENTO DA AERONAUTICA RACHID SIMÃO HELU é acusado de haver comprado três(3) jeeps Toyota por preço acima da tabela, em São Paulo; que o depoente considerou elevados os preços dos jeeps comprados pelo SARGENTO HELU e verificou na Revista especializada Quatro Rodas que, realmente, os preços eram superiores aos da Tabela de então; que o SARGENTO HELU efetuou essa compra com suprimento ,isto é, com o adiantamento feito a um funcionário do Rio, JOÃO LAMONICA ou JOÃO VERÍSSIMO, não recorda bem; que o SARGENTO HELU, não era funcionário, e, então, preparou a documentação em nome do funcionário acima, detentor do adiantamento; que, além desses veículos o SARGENTO HELU comprou na mesma época mais uma Pick-up Willys, com cobertura de aço e um jeep Willys, o primeiro em São Paulo e o segundo em Brasília-DF com adiantamentos no nome do mesmo servidor; que o SARGENTO HELU comprou uma Lancha de passeio para o Amazonas quando deveria ter adquirido uma lancha de carga pela importância de Cr\$12.000.000 ou Cr... \$15.000.000 de cruzeiros antigos; que essa Lancha sem utilidade foi feita sob encomenda na Guanabara; que o SARGENTO HELU procedeu a uma inspecção em MANAUS, na IR 1, e assinou Portarias afastando funcionários , transferindo outros e mandando prender outros em flagrante atentado à Lei, pois não tinha autoridade visto como não era ao menos funcionário; que recebeu um Piano de presente na 7 IR, de FERNANDO// CRUZ e o transportou em caminhão do SPI; que o referido piano se encontra na casa do SARGENTO HELU em Brasília-DF; que o SARGENTO HELU emitiu vales na IR7, estando descoberto em quase Cr\$2.000.000 de cruzeiros velhos quando fez a prestação de contas perante o CEL HAMILTON DE CASTRO; que o CEL HAMILTON exigiu a reposição, no que não foi atendido; que sabe haver o CEL HAMILTON oficiado ao Ministério da Aeronautica sôbre o SARGENTO HELU mas não obteve resultado; que SEBASTIÃO LUCENA é indiciado como praticante de or, digo, irregularidades em arrendamentos de terras havendo sido já uma vez suspenso por trinta dias(30) pelo então CEL MOACIR RIBEIRO COELHO; que a esposa de LUCENA, Da. LEONOR também foi suspensa nessa ocasião; que NILO VELOSOSO apurou irregularidades praticadas por LUCENA em GUARITA ; que

////////////////////////////////////

1574
O. S. A.

em GUARITA; que FERNANDO CRUZ encontrou dividas elevadas deixadas na IR7, por ACIR DE BARROS; que LUIZ ARAUJO e MOTA CABRAL podem dar informações precisas sobre DIVAL JOSE DE SOUZA; que TUBAL foi destituído da chefia da IRL, por mau comportamento na Administração do General Guedes; que melhores informações podem ser dadas pelo DR RAIMUNDO CARNEIRO, funcionário aposentado, residente em Recife; que o funcionário ALAN KARDEC foi destituído da IR5 por fraude nos contratos de arrendamento de terras; que ALAN KARDEC omitiu duas importantes cláusulas nesses contratos, de modo doloso, o que determinou a anulação dos mesmos; que há comentários de que o mesmo recebeu propinas para fazer essa omissão; que as omissões se relacionavam aos prazos e ao reajustamento; que o depoente em inspecção realizada na IR5 apreendeu seis(6) propostas de arrendamentos, assinadas em branco, pelo MAJ VINHAS NEVES e que iriam ser utilizadas apesar do MAJOR já ter sido exonerado da direção do SPI; que esses contratos estão anexados ao processo administrativo presidido pelo Dr. AUTO TIMM FONTES; que o Sr. WALTER PRADO era acusado da pratica dessas irregularidades assim como, o Sr. ABILIO ARISTIMUNHO, ARI ARISTIMUNHO e DIOGENES AJALA; que, digo, que os dois irmãos ARISTIMUNHO, acima referidos pertenciam ao Bloco do Maj NEVES, e eram servidores contratados sendo que o Sr. DIOGENES AJALA era arrendatário; que os três (3) participavam do roubo do gado dos KADIUEUS; que JOSE TELES FILHO Inspetor Regional Substituto da IR2 vendeu MOGNO no Pará e teria auferido daí vantagens de tal ordem que lhe proporcionou a compra de um VOLKS zero quilometro e a construção de uma casa, verdadeira mansão; que JOSE BATISTA FERREIRA FILHO está respondendo a processo por desvio de mercadorias e dinheiro da Cooperativa dos Indios na IR7; que FLAVIO ABREU maltratava muito os indios; que sabe ser Sr. ITAMAR SIMÕES dado ao vício de embriaguês. E nada mais disse nem lhe foi perguntado razão porque encerro o presente depoimento / prestado livremente e sem coação razão porque eu, Har Cruz Almeida, Secretário encerro o presente termo que, depois de lido e achado conforme vai assinado por todos os presentes.

Federico Pereira
Presidente

[Assinatura]
Vogal

Udmar D. Junior
Vogal

[Assinatura]
Depoente

1575
[Handwritten signature]

Of. nº 11/CI-239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada
pela Portaria Ministerial nº239/67.

Ao: Sr. Lincoln Gomes de Almeida DD. Chefe da DGI

Sr. Chefe

Rogo a fineza de determinar a apresentação do funcionário público federal, por intermédio do motorista policial Agnaldo de Souza, FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELLES, prêso administrativamente por ordem do Exmo. Sr. Ministro do Interior, dia 22, às 10,30 horas, para prestar depoimento perante esta Comissão.

Cordiais saudações

[Handwritten signature]
(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

MLAN/-

1576
12/10/67

Of. nº 12/CI 239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela
Portaria Ministerial nº 239/67

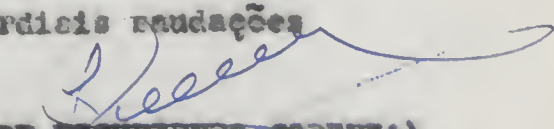
Ao: Sr. Lincoln Gomes de Almeida DD. Chefe da DOI

Assunto : Solicitação (faz)

Sr. Chefe

Rogo a fineza de determinar a apresentação do funcio-
nário público federal, por intermédio do motorista policial Agnaldo de
Souza, ISMAEL DA SILVA LEITÃO, prêso administrativamente por ordem
do Exmo. Sr. Ministro do Interior, dia 22, às 15,00 horas, para pres-
tar depoimento perante esta Comissão.

Cordiais saudações


(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

MLAN/-

1577
BPA AB

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos vinte e dois(22) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967), na sala do andar térreo do Edifício Sde,digo, Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, aí renu,digo, reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela,digo, designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. FRANCISCO FURTADO SOARES DE MEIRELES, brasileiro, casado, funcionário público federal do Quadro do Serviço de Proteção aos Índios, Inspetor de Índios, nível 14, para pr4 ,digo, prestar declarações sobre os fatos que originaram o presente Inquérito. Inquirido respondeu que reconhece ter sido forçado algumas vezes a utilizar verbas estranhas a sua finalidade sempre o fez de modo honesto, visando ao benefício do serviço; que os documentos inseridos na prestação de contas reietes aos processos TC-64.607/63 e outro cujo número não recorda do Egrégio Tribunal de Contas da União, glosados por aquela Corte de / Contas, não são fictícios; que ocorreu que o depoente fez emprego em localidades diferentes da destinação determinada pelo Orçamento, embora dentro da mesma Rubrica - Despesa de Qualquer Natureza Legalização e Demarcação de Terras de Índios;que os Cr\$3.000.000 de cruzeiros velhos da dotação destinavam-se ao trabalho de demarcação ou legalização de terras de índios nos Estados do Pará, Mato Grosso e Goiás; que, todavia, havia uma situação muito delicada na terra dos Índios Xerente, no Município de Pedro Afonso, em Goiás e , de boa / mente o depoente achou por bem aplicar todos os recursos dessa dotação nesse trabalho a fim de evitar as invasões de brancos; que assim procedeu por determinação do então Diretor do SPI, MOACIR RIBEIRO COELG,digo, COELHO; que ELI FERNANDES TAVORA atestou a legalidade das pontas retro,uigo, contas retro por haver compreendido o grande alcance da medida e presenciado os pagamentos feitos aos Cartórios / Advogados e outros;que apresentou defesa ao Egrégio Tribunal de Contas por intermédio do SPI, mas somente, agora, soube que a mesma não foi encaminhada sendo destruída pelo incendio; que ,igualmente, agora soube da obrigação de repor esse dinheiro, tendo que apelar para sua família, pois é funcionário pobre;que apresentou prestação de contas de dois outros adiantamentos, também citados na Portaria de sua prisão administrativa, feitas na época oportuna e dentro d,digo, dentro dos prazos legais; que possui cartão comprovante de protocolo da /// prestação de contas do suprimento referente ao ano de 1966; que não tem o cartão de protocolo referente a 1965 porque as contas foram/ entregues em confiança ,pessoalmente, ao ex-funcionário Benedito Pimentel; que soube com estranheza au,digo, que as mesmas não foram encaminhadas ao Tribunal de Contas; que a IR2 possui em seus arquivos documentos que permitiram recos,digo, reconstituir as prestações de

1578
[Handwritten signature]

PRESTAÇÕES DE contas acima mencionadas, isto é as 4as. vias dos documentos referentes aos prestações mencionadas; que é provável haver algum caso de ajuste de conta porquanto não é possível em uma Expedição aguardar na mata que se faça uma transferência de Dotação Orçamentária se a Expedição se acha isolada e o exito depende da aquisição de algum material imprescindível; que afirma lealmente que as irregularidades praticadas nas contas objetivaram exclusivamente a boa marcha/ do serviço e nunca teve qualquer interesse pessoal, pois é hi,digo, homem pobre mais honesto; que conhece o episófo,digo, episódio da venda de gados da Fazenda São Marcos feita por Jacobina e GILBERTO FIGUEIREDO nos dias de 1965; que o reu,digo, resultado da venda foi remetido ao MAJ VINHAS NEVES; que pode acrescentar que JACOBINA lamentou não ter o MAJ VINHAS empregado, pelo menos uma parte, do produto da venda na melhoria da Fazenda e dos seus rebanhos; que JACOBINA não era funcionário do SPI, mas apenas servidor contratado; que JACOBINA não é COMUNISTA mas apenas a,digo, POSITIVISTA e aceitou / ser lançado Candidato pelo Partido Comunista em 1946; que , foi de mitido do serviço público por uma transação que fez de uma calueira afundada nas aguas do Rio Amazonas por um motor de lancha para o SPI, no tempo da Guerra, com os Americanos; que sabe que se vendeu/ muito gado na Administração do MAJ VINHAS mas não pode precisar quantidades porque esta voltado para o problema do indio propriamente/ dito; que o SARGENTO HELU comprou uma lancha de passeio quando a solicitação da Inspetoria de Manaus era para aquisição de uma lancha de transportes que atendesse as necessidades do serviço; que a prestação de contas ainda não foi feito, segundo parece, ou melhor, que a prestação de contas foi feita mas viu falar que o Egregio Tribunal de Contas não a está aceitando;; que o SARGENTO HELU era pessoa de confiança do MAJ NEVES, uma espécie de Inspetor Geral; que so ube / de alguns demaunos que o SARGENTO HELU praticou em Manaus em função dessa,digo, dessa investidura; que remete à Comissão aos ficharios de Pessoal do Ministério da Agruc,digo, Agricultura e das Delegacias / Federais de Agricultura onde poverá ver os maus antecedentes de MANOEL MOREIRA DE ARAUJO; que as Delegacias citadas são as de BELEM E MANAUS; que a firma MAUES, por sua representação em ALTAMIRO, adquiriu 300// caixas de castanha(120 hectolitro) por intermédio de atravessador,di retamente aos indios; que , considerados por Lei como irresponsáveis os inuios não podem comerciar livremente cabendo a tutela ao SPI; que o Sr. ENEU, encarregado do Pôsto de GOROTILE, declarou ao depoente não ter sido o realizador da operação e, sim, os indios diretamente; que o SPI, por intermédio de JOSE MARIA ,digo, MARINHO TELES FILHO, d,digo, tentou embargar a operação junto ao Juiz de Paz de ALTAMIRA, no que não foi atendido; que, então, o SPI pediu a intervenção do Juiz Federal de Belém do Pará, através do Advogado da IR2,///

////// [Handwritten signature] //////////////////////////////////////

1579
P98

da IR2, Dr. WILSON ARAUJO SOUZA; que a Justiça Federal determinou o embargo da mercadoria que foi apreendida pelo próprio depoente e elemento da Delegacia Federal de Polícia em Belém; que a mercadoria foi depositada no Armazém do Posto de Vitória, município de ALTAMIRA, à disposição do SPI; que, igualmente, o Dr. CORREGEDOR cientificou ao Juiz de Paz que esses assuntos fugiam à jurisdição daquele juizado; que, porém, o Juiz de Paz resolveu liberar a castanha, sendo essa embarcada em navio da firma / MAUES; que o pleito ainda continua e não sabe o depoente o seu desfecho; que, autorizado pelo MAJ NEVES, contratou WLADIRSON PENA o corte de 2.000 toros de mogno e outras madeiras de lei à Cr\$... \$7.000 cruzeiros velhos por árvore abatida; que WLADIRSON PENA só conseguiu retirar 300 (trezentas) toros havendo as águas baixado e o restante ficado presa nos igarapés; que o contrato, digo, já caducou; que a inspetoria recebeu Cr\$2.800.000 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros velhos) referente à madeira retirada; que refuta denúncias de desonestidade de ire, digo, irregularidade tanto no caso da castanha como no caso de mogno; que // supõe serem essas denúncias produto da inveja do Sr. QUEIROZ, estabelecido em MARABÁ; que não considerava JOSE TELES FILHO um homem rico sabendo apenas que possui um apartamento, comprado // com produto da venda de uma casa que herdou em Manaus e com prestações decorrentes de economia sua, um pequeno terreno na PRAIA DE MARUDA e um automóvel que adquiriu a prestação; que JOSE TELES FILHO aluga o apartamento de sua propriedade e reside em // outro pelo qual paga um aluguel significativo; que existem certas peculiaridades desconcertantes entre certos "missionários" estrangeiros dentro e fora da área do SPI; que, por exemplo // existe certas missões que usam cavar buracos a títulos, digo, diversos não permitem que estranhos de ele se aproximem; que a exemplo disso no Posto GORORILE, digo, GOROTILE que o depoente reconhece haver missões com trabalhos elogiáveis, mas noutros não se nota aproveitamento entre os indígenas; que existe exploração de ouro na região de, digo, dos Índios MUNDURUCUS e de diamantes na região dos Índios GAVIOES, perto da canhoeira do JAÚ, digo, CACHOEIRA DO JAÚ, no RIO TOCANTIS; que sabe haver exploração de CASSITERITA em RONDONIA na região do IGARAPÉS FLORESTA dos Índios ARIQUEMIS; que são conhecidos em RONDONIA como principais compradores uma francesa denominada DR JAQUELINE, PLINIO BENFICA, FLODOADO PONTES PINTO e um tal JUCÁ; que o Contrato de exploração de minérios firmado pelo MAJ NEVES parece ter sido denunciado pelo Ministro da Agricultura Sr. NEY BRAGA; que comenta-se no SPI que o Inspetor ALBERICO SOARES foi afastado da Chefia da IR9, em virtude da haver denunciado exploração de

1580
BPA

exploração de índios no trabalho da CASSITERITA, vinte e quatro horas depois do fato; que a comentada matança dos índios CINTAS LARGAS / se prende ao caso da CASSITERITA em RORAIMA; que reputa o Sr. DORVAL MAGALHÃES, atualmente funcionário do TERRITÓRIO DE ORR, digo, RORAIMA, um funcionário honesto e competente; que não vendeu gado no Pôsto RICARDO FRANCO e nem recorda processo Administrativo sobre o fato; / que o caso do falado cheque sem fundos quando da Pacificação dos Índios XAVANTES é produto de maldade de MANOEL MOREIRA DE ARAUJO porquanto o cheque inquinado jamais apareceu; que a promissória descontada pelo depoente no Antigo Banco da Borracha por ARAUJO PINTO tinha a finalidade de financiar os trabalhos dos índios e evitar que os mesmos fossem trabalhar em putra, digo, outros seringais mas que não visava a lucros pessoal e, tão somente, dar-lhe trabalho e melhores condições de vida; que realmente participou de movimento COMUNISTA na MOCIDADE mas se afastou completamente e hoje se dedica exclusivamente à política indianista; que esteve preso como COMUNISTA, isto é, que esteve preso por ter ligações com COMUNISTAS mas foi solto por ordem do Sr. MACEDO SOARES, Ministro da Justiça, porque não tinha culpa formada e nem ao menos indiciado. Que foi bem tratado pela Comissão não sofreu coação e nem constrangimento no depoimento ou em função // dele. E nada mais disse nem lhe foi perguntado, tendo o Presidente da Comissão mandado eu Francisco Antonio Soares de Almeida Nobrega Secretário lavrar o presente termo, que depois de lido e achado conforme vai assinados por todos os presentes, inclusive pelo advogado do depoente, OSMAR ALVES DE MELO, OAB/DF 452, que a tudo assistiu.

Frederico Corrêa
Presidente

[Assinatura]
Vogal

Odmar S. Riuor
Vogal

Francisco Antonio Soares de Almeida Nobrega
Depoente

[Assinatura]
Advogado

PROCURAÇÃO

1581
RJA / A

Por êste instrumento particular de procuração, eu FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELES, brasileiro, casado, funcionário público federal, residente na Quadra 39, casa 43, nomeio e constituo meu bastante procurador o Dr. OSMAR ALVES DE MELO, brasileiro, casado, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, sob o nº 452, com Escritório no Edifício Ceará conjunto 114, para o fim especial de defender do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 239/67, do / Exmo. Sr. Ministro do Interior, ficando-lhe conferidos os poderes adjudicia e os ressalvados pelo artigo 108 do Código do Processo Civil, podendo ainda subestabelecer o presente mandato ,/ com ou sem reserva de poderes.

Brasília, 22 de outubro de 1967

3º OFÍCIO - DE
TAB. DJETA MEDEIROS

Francisco Furtado Soares Meireles
FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELES

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTOS
TAB. DJETA MEDEIROS

Reconheço a firma de Francisco Furtado Soares Meireles

Brasília, 23/10 / 1967
Em testemunho da da verdade
Ivone Agripina da Silva
IVONE AGRIPINA DA SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADA

1582
[Handwritten signature]

Of. nº 14/CI-239/67

Do: Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239/67

Ao: Sr. Cel. Florimar Campelo DD. Chefe do Departamento de Polícia Federal

Assunto: Porte de arma (solicita)

Senhor Coronel

Conforme entendimentos mantidos entre o Exmo. Sr. Ministro Interino dos Negócios do Interior e V.Sa. solicito as providências necessárias para que seja expedida autorização para porte de arma, ao Secretário desta Comissão de Inquérito designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, publicada no Diário Oficial da União de 5 de outubro do corrente ano.

Discrimino, a seguir, os elementos informativos imprescindíveis à concessão ora solicitada:

MAX LUIZ ALMEIDA NÓBREGA - Filiação Luiz Cruz Nóbrega e Maria de Lourdes Almeida Nóbrega;
data nascimento : 27/03/1941
residência: SQS-412, bloco 14, Apart. 203;
identidade: 626.717 - MG
arma: revolver "Rossi" calibre 32, nº 10083, oxidado, cabo de massa, com capacidade de 6 tiros.

Outrossim, informo que a Comissão se deslocará para diversos pontos do País, razão por que a referida concessão deverá abranger todo o território nacional.

No ensejo apresento protestos de estima e distingui da consideração.

[Handwritten signature]
(JÁDER DE FIGUEIREDO CORREIA)
Presidente da Comissão

JFC/MLAN.-

1583
390

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO: aos vinte e três(23) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e três, ouço, mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada no andar térreo do Edifício / Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67 do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. BOANERGES FAGUNDES DE OLIVEIRA, já qualificado anteriormente, inquirido respondeu que VICTOR ISIDORA GUEDES, lotado no Museu de Índios na Guanabara custiou os funerais de seu pai com recursos da Verba Orçamentária de que era detentor; que NILO VELOSO colocou um indivíduo não funcionário público como Administrador da Fazenda CA-RAJA, na Ilha do Bananal pagando-lhe 3% da produção bov, ouço, bovi- na; que para isso, retirou a Fazenda da Jurisdição do Posto Getúlio Vargas ficando o novo administrador, IDALINO DA LUZ, subro, ouço subordinado diretamente a NILO VELOSO; que JOSE DE MELO FIUZA, quan- do Substituto da Chefia da IR9, vendeu gado sem ter atribuição para isso e fundamentado numa ordem de Serviço Interna já revogada; que o então Diretor, CEL HAMILTON CASTRO o interpelou várias vezes sô- bre o ilícito não tendo êle dado resposta satisfatória, mas poste- riormente o fato foi constatado em uma prestação de contas encami- nhada por aquele servidor; que JOSE MONGENOT FILHO, da IR5, quando / encarregado do Posto BURITI vendeu ao SPI uma camionete usada marca Ford F-100, por preço super, ouço, por preço de uma nova se adquiri- da na agência; que a transação foi feita na Administração de JOSE/ FERNANDO DA CRUZ; que JOSE MONGENOT FILHO quando encarregado do Pô- sto BURITI subtraiu grande partidas de arroz da produção indígena / para vender no comércio de CAMPO GRANDE, em proveito próprio; que o SARGENTO RACHID SIMÃO HELU, quando este em Manaus, hospedou-se / com a amante e pagou a conta com um cheque sem fundos; que o refe- rido cheque foi resgatado posteriormente pela Inspetoria não sabendo com que verba; que a Inspetoria não tinha recursos orçamentários e, provavelmente foi utilizada a verba da renda indígena; que supõe que o Inspetor Chefe daquela IR era GILBERTO PINTO FIGUEIREDO; que JOSE MENDES BERNIS ENDEREÇOU CARTA A FERNANDO CRUZ pedindo dinhei- ro para comprar uma casa para o mesmo; que pode recordar terem si- dos feitos os seguintes suprimentos à Diretoria do SPI em 1967: 1º Cr\$2.000.000 de cruzeiros antigos, trazidos por JOSE MONTEIRO da IR5 para atender o problema dos Índios em Maxacalis; 2º, ouço, 2º Cr\$3.000.000 de cruzeiros velhos, também de Campo Grande, transie- riou, salvo engano, pelo Banco do Brasil, para atenuar a despesas de vencimentos de pessoal contratado na Diretoria; 3º Cr\$4.000.000 de cruzeiros antigos da mesma procedencia para o mesmo fim e, tam- oém, para despesa de hospedagem de índios; 4º Cr\$10.000.000 de cru-

de cruzeiros velhos provinientes da 5 ou da 7 IR, não sabe precisar, para pagamentos dos funcionários e dividas da Diretoria, servidores estes contratados; que pode dizer que o adiantamento feito pelo FUNDO FEDERAL AGRO PECUARIO do Ministerio da AGRICULTURA foi recebido por LUIZ ARAUJO mas não sabe o valor total; que pode afirmar ter o MAJ VINHAS NEVES assinado o contrato de prospecção e exploração de minérios celebrado por PLINIO SEBASTIÃO DAVIER BENFICA após sua / exoneração da Direção do SPI, sendo, portanto, o contrato ante-data do; que é fácil verificar essa fraude examinando os originais do contrato porque o reconhecimento das firmas no Registro, digo, Registro ou Cartório tem data muito posterior; que a CASSITERITA de já - zidas conhecidas em terras do SPI se situ, digo, situa em região / habitada por indios hostís, ainda não atalhos pelo SERVIÇO; que o CEL HAMILTON DE CASTRO, sucessor do MAJ VINHAS NEVES, ao saber da existencia do contrato obteve, digo, obteve a anulação do mesmo do Ministro NEY BRAGA; que, voltando, ao contrato de minérios, ALBERICO SOARES, levou o contrato ao MAJ VINHAS na Guanabara a fim de que aquele militar confirmasse, após o que foi providenciada a sua legalização; que PLINIO BENFICA procurou diversas vezes o CEL HAMILTON // para induzi-lo a revalidar o contrato, o que não foi feito; que já mais o SPI auferiu qualquer lucro proveniente de "Royalty" do contrato, salvo se a Inspeção em Rondonia o esta recebendo e o depoente não tem conhecimento; que, apesar de proibição, todos sabem aq, digo, que continua a exploração criminosa de CASSITERITA em Rondonia. E nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que eu lucro lucro lucro Secretário lavrei o presente termo de inquirição cujas respostas foram respondidas sem coação, indo por toso, digo, todos assinado, após lido e achado conforme.

Ademir
Presidente

Ulysses
Vogal

Ulysses
Vogal

Brando
Depoente



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1585
BPA

TÉRMO DE INQUIRIRIÇÃO : aos vinte e três(23) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada no andar térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria Ministerial nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ISMAEL DA SILVA LEITÃO, brasileiro, casado, funcionário público federal, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, esclarecido sobre os motivos que originaram o presente processo administrativo respondeu que a prisão administrativa decretada contra sua pessoa não tem razão de ser porque o depoente encaminhou no dia 30 de janeiro do corrente ano a referida prestação de contas pelo ofício nº 10/67, da IR8; que conforme se vê no ofício cuja cópia apresenta à Comissão, o depoente remeteu ao então Chefe da S.A. do SPI, a prestação de contas cuja 4a. via apresentou na oportunidade de a esta CI; que igualmente, detem em seu poder e mostrou a Comissão a 4a. via da prestação de contas referente ao suprimento de Cr.. \$25.000.000 de cruzeiros velhos que recebeu em 1965; que não compreende porque o SPI não remeteu ao Egregio Tribunal de Contas deixando que os documentos fossem destruídos no incêndio do Edifício/Sede; que considera fácil reconstruir a referida prestação de contas uma vez que necessita apenas de alguns dias para colher cópias das notas fiscais das firmas fornecedoras, digo fornecedoras; que, portanto espera que a Comissão solicite ao Sr. Ministro do Interior / seja relaxada a prisão administrativa a fim de poder apresentar em curto prazo a reconstituição dos documentos; que se queixa do // constrangimento que ora sofre ao desleixo imperante na Administração Central do SPI; que o seu antecessor FRANCISCO VIEIRA DOS SANTOS, adquiriu 20 touros Nelore do Sr. EPAMINONDAS de tal, no município de ANINCUNS em Goiás, digo, Goiás para reprodutores nas fazendas de Bananal; que os touros não foram transportados e o depoente já levou ao conhecimento do CEL HAMILTON CASTRO; que esse gado está comprado desde a Administração Vinhas Neves; que o depoente já comunicou o fato ao novo Diretor CEL HELENO quem informou já haver morrido três novilhos, digo, 2(dois) novilhos; que um desses animais foi morto por ordem do Sr. Juiz de Direito da Comarca de ANINCUNS; que um terceiro foi castrado sob a alegativa que está degenerando a raça das fazendas do município; que ROGERIO PINTO RESENDE, Agente de Índio m, digo, nível 5, assassinou um índio da tribo CARAJÁ, de nome LUCIANO, estando o processo core, digo o processo para ser julgado em CRISTALÂNDIA ou PORTO NACIONAL, não sabe ao certo; que sabe afirmar estar havendo um conflito de jurisdição entre a Justiça Estadual e a FEDERAL sobre a competência do julgador; que ///



1586
BPA

MINISTÉRIO DO INTERIOR

do julgador; que o Agente de Índio, nível 5, VALENTIM GOMES, encarregado do Pôsto HELOISA ALBERTO TORRES do Município de LUCIARA foi ferido nas costas por rifle 44 quando estava empenhado em luta à ba-
la quando procurava impedir a venda de aguardente e desfazer a
venda de um revólver do piloto de uma lancha de propriedade de RAI-
MUNDO DE TAL ao índio CARAJÁ; que o ex-inspetor FRANCISCO VIEIRA DOS
SANTOS vendeu 200 cabeças de gado, salvo engano, em 1964, na gestão
do Maj VINHAS NEVES; que posteriormente o Maj VINHAS mandou vender
mais 120 cabeças por intermédio de RONALDO, então respondendo pela
chefia do Pôsto Indígena Getúlio Vargas; que o Maj Vinhas baixou //
ordem de serviço interna determinando que o depoente fosse assistir
a entrega e receber o dinheiro da venda; que o total da venda atin-
giu a Cr\$5.000.000 de cruzeiros antigos; que o depoente remeteu o dinheir-
digo, remeteu, digo, remeteu a prestação de contas e entrô, digo, entre-
gu ainda Cr\$1.000.000 de cruzeiros velhos ao Maj Neves cuja cópia de
documentação se encontra na Sede da IR8 e pode ser examinada; que /
o depoente recebeu, em 1961, no mês de abril, ordem de serviço de
IRIDIANO AMARINHO DE OLIV, digo, OLIVEIRA, na época Chefe da Inspetor-
ria autorizando a vender 500 rezes, digo, 50 (cinquenta) rezes do Pô-
sto PIMENTEL BARBOSA e depois, mais 10 (dez) rezes, autorizadas //
por LOURIVAL DA MOTA CABRAL, então chefe da SOA, na gestão TASSO VI-
LAR DE AQUINO; que importou tudo em Cr\$235.000 cruzeiros antigos gas-
tos com a instalação do subpôsto AREÕES e transferência dos f, digo,
índios XAVANTES que haviam atacado uma Missão Salesiana no Rio das
Mortes. Que também deseja declarar que foi bem ra, digo tratado pe-
la Comissão e não sofreu coação. E nada mais disse nem lhe foi per-
guntado tendo o Presidente mandado lavrar o presente termo que eu
Barbosa Barbosa Secretário que o datilografei
sendo depois de lido e achado conforme vai assinado por todos os pre-
sentes.

Adelino
Presidente

Udmar S. Ruino
Vogal

Adelino
Depoente



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Of. nº 205

Em,

10/10/57

1587
B98
Juntar-se ao
Processo

Chefe da Seção de Proteção e Assistência do S.P.I.
Do: Nilo Oliveira Vellozo - Cinotécnico nível 12-A
Ao: Ilmo. Sr. Dr. Jader de Figueiredo Correia
D.O. Presidente da Comissão de Inquérito do Ministério do Interior.
Assunto: Cópia de ofícios (remete).-

Senhor Presidente,

Encaminho a V.Sa. cópia dos Ofícios que encaminhei ao Exmo. Sr. Presidente do Agrégio Tribunal de Contas da União, referentes as 2 (duas) prestações de suprimentos recebidas do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Atenciosamente

Nilo Oliveira Vellozo

Nilo Oliveira Vellozo

Chefe da Seção de Proteção e Assistência do SPI

NOV/

1588

PSA


8-10/67

Of. nº 204

- : Chefe da Seção de Proteção e Assistência do S.P.I.
- : Nilo Oliveira Vellozo - Cinetécnico nível 12-A.
- : Exmo Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Contas da União.
- : Comprovação de suprimento recebido do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro- ex-Diretor do S.P.I. cuja comprovação negativa recebeu o nº 23.018/67 - 2ª. D.T.C.

Transmito a V. Exa. 40(quarenta) documentos que constituem Prestação de Contas, de suprimento por mim recebido do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros velhos), à conta Categoria Econômica - 3.1.4.0 - Encargos Diversos 10.00- Assistência Econômica digo - Assistência Social, constante do Orçamento da União, Lei nº 4.900 de 10 de dezembro de 1965, conforme cheque nº 284657, depositado em poderes públicos em Brasília em 19/8/66.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. respeitosos cumprimentos.



NILO DE OLIVEIRA VELLOZO

1589
[Handwritten signature]

Of. nº 203

, 18/10/67

- : Chefe da Seção de Proteção e Assistência do S.P.I.
Nilo Oliveira Vellozo - Cinetécnico nível 12-A.
- : Exmo. Sr. Presidente do Egrégio Tribunal de Contas da União.
 - : Comprovação de suprimento recebido do Sr. Cel. Hamilton de Oliveira Castro - ex-Diretor do S.P.I. cuja comprovação negativa recebeu o nº 23.018/67 - 2a. D.T.C.

Transmito a V.Exa. 2 (dois) extratos de contas, relativos a aplicação do suprimento Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros velhos), por mim recebidos, cuja Prestação de Contas fôra entregue ao Protocolo do Serviço de Proteção aos Índios em 2 de fevereiro de 1967, e que infelizmente desapareceu no incendio ocorrido no Ministério da Agricultura, à conta da Categoria Econômica 3.1.4.0 - Encargos Diversos 10.00 - Assistência Social, constante do Orçamento da União, Lei nº 4.900 de 10 de dezembro de 1965.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V.Exa. meus protestos de subido aprêço.

Nilo Oliveira Vellozo
Nilo Oliveira Vellozo
Chefe da Seção de Proteção e Assistência do SPI

1590
 [Signature]

M.AGR. Nilo Oliveira Vellozo
 Chefe Sec Prot. Assist.
 Indios - SPI

205-03
 Depósito

401.586/X
 Número

BANCO DO BRASIL S. A.
 Centro de Mecanização da Capital Federal
 BRASÍLIA - D.F.

N O M E

Demonstrativo para simples
 verificação de lançamentos

DATA	NÚMERO DO DOCUMENTO	HISTÓRICO	VALOR EM	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO	
						CAPITAL	JUROS
19-08-66	254.810	Creditado conforme aviso			5.000.000	5.000.000	
15-09-66	683.688	Depósito em cheque			6.500.000	11.500.000	
16-09-66	407.921	Cheque		1.000.000		10.500.000	
05-10-66	407.929	Cheque		500.000			
	407.924	Cheque compensado		240.128		9.759.872	
07-10-66	407.922	Cheque compensado		1.460.000		8.299.872	
11-10-66	407.925	Cheque Compensado		120.000		8.179.872	
13-10-66	407.923	Cheque Compensado		190.000			
	407.926	Cheque compensado		75.000		7.914.872	
14-10-66	040.003	Cheque pago por h/similar		95.000			
	040.004	Cheque pago por n/similar		1.000.000		6.819.872	
29-11-66	407.930	Cheque		318.872		6.501.000	
06-12-66	407.933	Cheque visado		3.501.000			
	407.931	Cheque visado		3.000.000		-0-	

[Signature]



TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Of. 204 de S P I

TRIBUNAL DE CONTAS
Serviço de Comunicações
18 OUT 1967

As informações serão, prestadas neste
S. C. das 13 às 16 horas, exceto aos Sábados



TRIBUNAL DE CONTAS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES

Of. 203 S P I

TRIBUNAL DE CONTAS
Serviço de Comunicações
18 OUT 1967

As informações serão, prestadas neste
S. C. das 13 às 16 horas, exceto aos Sábados

62

18-10-67
J. W. Martin

100



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1594

[Assinatura]

OF 214

Em 20, outubro de 1967

Do: Sr. Nilo Oliveira Vellozo

Ao: Dr. Jader de Figueiredo Correia, DD. Presidente da Comissão de Inquérito do Ministério do Interior

Assunto: Esclarecimento presta

Sr. Presidente

Tenho a honra de transmitir a Vossa Senhoria o esclarecimento devido quanto a existência de pagamentos nos Extratos de Contas do Banco do Brasil, em Pôrto Velho, T. Rondonia e Extrato de Contas do Banco do Brasil, em Cuiabá, Mato Grosso, serem lançados no mesmo dia, ou seja 22 de Dezembro de 1966.

Prende-se a coincidência ao fato de que o lançamento é processado em virtude da movimentação financeira, e não se prende a data da emissão do Cheque, e sim do seu resgate.

Obtive esta informação esclarecedora, no próprio Banco do Brasil, em Brasília, na Seção de Poderes Públicos, com o Dr. João Luiz;

Transmito ainda a Vossa Senhoria, às seguintes cópias: (2) M/M nºs 23 e 24, = 4(quatro) Tel. 213 de 1/9/67 = 137 de 7/8/67 = 200 de 29/8/67 - e 24 DI = 23-6-67, os quais, creio, demonstram o quanto me preocupou e preocupa a responsabilidade que me fora conferida.

Aproveito o ensejo para apresentar protestos de alta consideração e aprêgo.

Nilo Oliveira Vellozo
NILO OLIVEIRA VELLOZO

(CÚPIA)



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Trinidade
1595
[Signature]

Cópia

1596

~~1596~~ 1596

de

Melhor.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

NOV/cl.-

DCT

CÓPIA PARA O ÓRGÃO EXPEDIDOR

1597

IIINDO CATE TR.9
VALLIO MONDOLIA

213 - 1-9-67

213 - 1-9-67 CANTAR VOURO 205 VG DEPOSITO POI //
 PRATO ATRA OS DIAS QUINZE SE VINHA DE DEPOSITO DE 1966 VG
 INDICANTIA TRIS MILHÕES VG CANTAR VOURO BRASILIA BANDEIRIL
 NÚMERO 407.931 DATADO DE 6/12/66 VG CANTAR AGUÇA ATRAVÉS ////
 OFÍCIO DEBISA 12 VG CANTAR PARANÓIS PRÓPRIA VILINHO DE UM //
 SON DIA VG TONOS ROMANAIS VG ENTER ELAS ACURÃO VG DEBISA
 DEB UPLO PARA INTERLIMB VG DEBOLVI AO BANCO OS CANTAR NIO
 UTILIZADOS CANTAR ATRAVÉS OFÍCIO DE DEBOLVOS NIO OLIVIRA //
 VILINHO CHEFES SACRI

Twelfth



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1598
H
B912

CÓPIA PARA ARQUIVAMENTO EM ORDEM CRONOLÓGICA

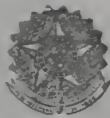
ACQUISTO

CHATE DA 3ª IR. P. VOLUME = 1000000

137- 7-8-67

CIENTE VOLUME 189 DA 26-7-67 VG
CONTENDO SITUAÇÃO ALTA DESEJO DO ANCIANO VOLUME IMPRIMO
JUNTO VOLUME DO BRASIL VG AMIS CIVILIS-DE KETRAO DA CORTAS
VG POLICIAIS DE ILUMINADO ET SINDICATOS VG FICO LRE /
MILIO CHATE VG CATEA SINDICATOS VG ET EXPEDIENTE DO MAOS
DIRTOR ET SAUDADORA FICO VELLOSO = CHATE DA BASSI =====

Well



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

CÓPIA PARA O D. C. T.

DCT

1599

[Assinatura]

AGRICULTURA

CHEFE DA 3ª LIND - ILHA VELHO - RONDONIA

200-29-8-67

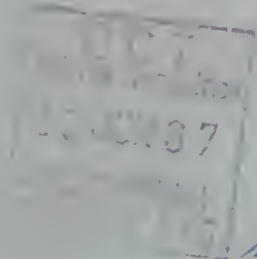
VOLTA A TIVER PLENA EVIDÊNCIA BARCO
DO BRASIL EXTRATO DE COTAÇÃO DE VIG ENUNCIANDO NOMES
CONSTANTES CHEQUES DE VIG VIRTUDE LACINHO MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA MANEJO DE COTAS QUEIJO VIG PRECISO FAZER PROVA /
APLICAÇÃO TRIBUNAL DE COTAS VIG PICO-LIN MUITO GRATO DOS NILO
OLIVEIRA VELOCZO

Melch



MINISTERIO EXTRAORDINARIO PARA A
COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS
GABINETE DO MINISTRO

CÓPIA PARA A SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES



1600

[Assinatura]

REMITENTE

CHEFE DA 9ª INTAD - PORTO VELHO - RONDONIA

24 DI-23-6-67

SOLICITO-VOS TODO VOSSENHO GRACIA

PARECE DO BRASIL NO DESEJO VERIFICAR DOCUMENTO COMPROVANTE DE
EXISTENCIA VESTIDA DE QUE VOSSENHO PODERAM PUBLICO E DE QUE VOSSENHO NU
MERO E NOME EM QUE FORAM PAGADOS VOS IMPORTANCIA VOS DE
QUE POSSA GARANTIR-LOS PT MINHA PRESTAÇÃO DE CONTAS FOI QUE
FUI ENVIADO MINISTERIO AGRICULTURA PT SES NILO OLIVEIRA VE
LOZCO CHEFE DA SIESI=====

[Assinatura]

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

== OFF URGENTE == AGRINDIOS PARA
DIRETOR PI <= BRASILIA DF <=

590

8

1601

NN<=005 030754<===<=ZCZC MNS 397/087 PORTOVELHO <=
<= BR3R BU RDPV 050 <= PORTO VELO 03 050 02 1550 <=

HABITUO-SE A FOMAR NO BRASIL DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE
SE RECEBER, COM TAMBEM NO BRASIL. AGRINDIOS O DEPARTAMENTO NA
RECEBIZACAO NA ESTRELA DO TELEGRAMA

ENR 24 4 DE 2/10/67 VOSSO TELEGRAMA NR 7 DE 29/9/67 VG COMUNIC <=

== VS VG EXTRATO CONTA BANCO BRASIL RELATIVO SNR NILO <=
VELOSO VG SEGUIC HOJE VG REGISTRADO AEREO NR QUATRO <=
== QUATRONOVE OITO NOVE PT SDS <= AGRINDIOS JOSEH DE MELO FIOZA CHEFE
SUBST ININD <==

EXTO F ASSINAT

= CT 244 2/10/67 7 29/9/67 <=====NI

C Ó P I A

1602
H
BPA

ORDEM DE SERVIÇO INTERNO Nº 82

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições,

DETERMINA ao Inspetor, referência 26, IRIDIANO AMARINHO DE OLIVEIRA, Contador LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO e JOÃO LOPES VELLOZO DE OLIVEIRA, Encarregado do Posto Indígena "Ligeiro", para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão incumbida de proceder a verificação "in loco", no Posto Indígena "Guarita", subordinado à 7ª Inspetoria Regional, da existência da "madeira morta" pleiteada pela firma TONETTO, ARAUJO & CIA. LTDA., tendo em vista as propostas encaminhadas a esta Diretoria pelo Snr. Chefe da 7ª Inspetoria Regional, ressaltando o disposto na Portaria Ministerial nº 450, de abril do ano de 1956, que proíbe terminantemente a derrubada de árvores vitalizadas.

2.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 1957

Nelson Perez Teixeira
Diretor substituto

Unidade de Remédios
13-4/70 SP 2 613/57
SC 36.349/58

SPI. 2613/57
SA/HCC.

160
B9A

CÓPIA AUTENTICA - (Cópia do parecer do Departamento Jurídico do S.D.A. sobre o
laudo de avaliação, junto a Fls. 25, do S.D.A. nº 2.003/37) - Assunto - Alumínio
1. - Procede a firma Tonsol, Arujo & Cia. Ltda., a compra de um lote de alumina
em Corumbá, no valor total quantificado, tipo pó de alumínio puro, 99,9%,
valor de Cr\$ 30,00 por tonelada, posto à venda de entrega, com frete por car-
regue por estrada. Essas toneladas terão origem no pó de alumínio e pó de
alumina, existentes em grande quantidade dentro da área do Porto Indígena
Maritima, à Fls. 3 encontra-se sobre proposta da firma José Alarbus Sane, para
compra de um lote de alumina à razão de Cr\$ 30,00 o tonelada. 2. - A propo-
sta da firma devidamente acompanhada é dada de acordo pelo chefe de Fls. 7, em
11/6/37, pelo Ofício 195. Ovide a Contabilidade, Recauda e Transporte, pre-
stado a fim de uma Comissão composta de três funcionários com o objetivo de
avaliar o estoque no próprio posto, identificando a quantidade de alumina real-
mente existente que possibilite a compra, a fim de comprar a quantidade de
portaria ministerial nº 430 de 24/4/37. 3. - Pela Director Substituto foi re-
comendado ao Conselho composto dos Sr. Luciano Américo de Oliveira, Luis de
Trempa Pereira de Arujo e João Lopes Veloso de Oliveira. Pela ordem de servi-
ço nº 10 de 2/7/37, essa Comissão foi constituída de PROCURADOR e VERIFICADOR
DE JURE, do Poder Judiciário, DE JURE, da EXISTÊNCIA DE MATERIA NOVA PLANTADA
PELA FIRMA TONSOL, ARUJO & CIA. LTDA., TIPO DE VENDA DE PROPOSTA SUBMETIDA
AO S.D.A. PARA ACOMPANHAR O CHIEF DE 74. IMPETORIA MINERAL, MINERALIZADO O DIS-
POSIÇÃO DA PORTARIA Nº 430 DE 24 DE ABRIL DE 1937, QUE PROVÊ PROVINCIALMENTE A
CONDIÇÃO DE CONDIÇÃO VERIFICADORA. 4. - Conforme se vê pela Informação de Fls.
7, prestada pelo próprio Presidente da Comissão, Seu se apresentou no posto
Indígena Maritima no dia OITO DE JULHO DE 1937. Pela ordem, no mesmo dia se
apresentou a Comissão ao Director um relatório onde declara existir alumina em
Fls. 7 suficiente para o fornecimento de pó de alumínio em Corumbá plai-
tando a sua entrega coligada, no mesmo dia oito de julho de 1937, levou a re-
lação e contrato de venda de, no mínimo 130.000 toneladas anuais, pelo preço
de Cr\$ 30,00 e unidade de medida em blocos (ou fuso) e Calibração no preço de Cr\$ 24,00.
Pelo contrato obrigou-se o serviço a fornecer 4.000 toneladas anuais
e satisficou-se uma soma de Cr\$ 10,00 por tonelada não entregue em de
de, conforme a parte inexistente. O contrato foi assinado pela Comissão e pe-
la firma interessada na compra. (Fls. 10/11). 5. - Depois de assinado o contrato
foi o processo para da Contabilidade - pelo não há entendimento - sendo
plano de informação favoravelmente pela Comissão Sr. Luis Arujo, assunto da Co-
missão e portanto assinado de contabilidade. O chefe de S.D.A. assunto substituiu o
processo é consideração superior e o Director Substituto assunto por assunto
o fornecimento regulamentar ASSUNTO. À S.D.A., considerar o comércio compra e Por-
taria nº 430/37, em 19/7/37. (assinado) Luciano Pereira Teixeira. Director Sub-
stituto, Sr. - Na Fls. de ano de 1937, por uma ordem de Diretor Geral, uma e de

1604-2-
09/11/11

entrega de medalha no Posto Garita foi suspensa a partir da autoridade superior a renúncia de uma Comissão de Inquérito para apurar irregularidades denunciadas. E todo o caso se prolongou até o dia 23 de julho do corrente ano, quando o Chefe de S.A. Dr. Salomão Feres Teixeira, que exercia naquela época o Comando de S.A.P., na qualidade de seu Titular, revendo o processo administrativo e Diretor das Irregularidades levadas na confecção do contrato, propôs a volta do processo a S.O.A. para re-entrar a solução definitiva. 7. - Pela decisão de Fls. 22 v., o Sr. Diretor do Poder Judiciário do processo, desde logo advertiu que a Comissão não tinha poderes para levar a contrato, pois não recebeu delegação de poderes com essa finalidade, mas em termos de ordem de serviço de 22 e encaminhou-o a S.O.A. para propor as medidas que julgasse convenientes para a solução do assunto. 8. - Prosseguindo-se a S.O.A. o Fls. 23, deliberando a Comissão Incompetente para firmar o contrato objeto do processo. E em toda a entrega de medalha no Posto Indígena Garita tiveram sido cobradas em virtude de irregularidades ali apontadas, com solicitação de Inquérito à autoridade superior, propôs a Comissão de Assistência Jurídica para as providências definitivas e antes de concluir o contrato concluiu, sem prejuízo para o serviço público. 9. - Assim também no processo, esta Assistência Jurídica se pronunciou pela nulidade do contrato de Fls. 20/21, e assim deve ser considerado, pois sem qualquer Glória Beneditina, a nulidade é uma reação de ordem jurídica para restabelecer o equilíbrio perturbado pela violação da Lei. Deve ser invocada a nulidade do ato quando ofende as principais finalidades da ordem jurídica, prejudicando de tal maneira a administração pública. E não pode que se leve ao ponto de estado em que se advir que o ato praticado é ilegal. 10. - E é assim o contrato porque o seu objeto é ilícito e inobservável (art. 145, do Código Civil). O presente documento de medalha possui a forma uma preparação, evidentemente e propósito de beneficiar a firma Tenente, Assado à Fls. 10a. A nulidade de acordo com o processo, sendo assim como inferior a ordem em administração pública e grupo elevado de preparação (de formações não sendo apenas a forma, estabilidade, ficando o custo em R\$ 20,00 / intervenção do serviço - Chefe de S.A.). Resumindo a situação em caso de aumento de salário ou do transporte e venda de elevação número de documentos por se tratar de bens de valor anual por um preço fixo e estabilidade de suas vantagens (pelo duplamente do contrato (R\$ 20,00 de multa por documento que não foi entregue)) a nulidade de tempo para sustentar a nulidade de medalha para preparar no valor 150.000 documentos, pela Comissão, eis que a Comissão foi feita no dia de entrega de medalha no Posto Garita e assinatura de um contrato valioso no mesmo dia 8, demonstrando a impossibilidade material de uma regularização do ato no dia, e evidenciando a própria fraude, tudo isso levou esta Assistência Jurídica a conclusão de que houve manifesto interesse em beneficiar a firma promissora em detrimento e prejuízo da Patrimônio Indígena.

1991

[illegible]

1607
[Signature]

uma do devedor já alçada foi justamente apurar, como de fato apurei, a existência ou não da dívida, para que o contrato não se realizasse com infringência da referida Portaria. 12. - Como visto alega-se a ilicitude do objeto contratual, invocando-se um ato ministerial a nome do Sr. João Florêncio, e não a data de emissão do contrato. 13. - Assim sendo, não teria a referida - ou melhor - invocação a validade do contrato em causa, não fosse o forte argumento decorrente do brilhante parecer do douto e sábio Advogado Jurídico que funcionou no processo, quando ali se declarou taxativamente: "CONFORME SE VÊ PELA INFORMAÇÃO DO FL. 7, PRESTADA PELA PRIMEIRA PRESIDÊNCIA DO CONCELHO, ATO DE APROVAÇÃO DO POSTO INTERIOR GUARITA DO DIA 7/7/37. PELA ISSA, SE ALGUM DO DITO ESTABELECIMENTO DEBIDO AO DOUTOR DE RELATÓRIO DESEMPENHAR HAVENDO POR DITO INTERFERENTE PARA O PAGAMENTO DOS 150.000 DOLÁRES DE INTERVENÇÃO, E DO DOUTOR DEBIDO AO DOUTOR DIA 2, LITOU E ASSINOU O CONTRATO DE VENDA..." 14. - Essa afirmação do órgão jurídico do S.F.I. constitui uma conclusão inequívoca de que é evidente a existência da matéria sobre a qual se discute - que se trata, em consequência, de matéria de Portaria Ministerial. 15. - Devere, portanto, apurar o fato, cuja procedência implicará não só a anulação da validade do contrato, que ficaria privado de um dos seus elementos essenciais - o objeto - como na promoção da responsabilização dos prestatários autônomos de irregularidade. É o nosso parecer, salvo melhor juízo. Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938. (assinado) Benjamim de Campos. Conselheiro Jurídico. VOTO APROVADO PELO MINISTRO: Aprove o parecer e determine as providências necessárias. (assinado) Mario Paragueti."

Conferir com o original.

Avellan, 17 de junho de 1963.

1608
32
SEI-2.675/57
E. J. Silva

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Snr. Diretor.

Devido ao curso às incumbências da "Orden de Serviço Interno nº 32", tomamos todas as providências julgadas indispensáveis à solução justa do assunto. Em primeiro lugar, tivemos a preocupação de investigar, nos locais indicados, da área indígena, a existência da madeira, na condição especificada - "sem vida", e na quantidade pleiteada para o negócio. Chegamos à evidência, apoiados na presença do próprio material, de que se trata, efetivamente, de madeira "sem-vida", e na quantidade que permitirá o fornecimento mínimo, em última instância, de 150.000 (cento e cinquante mil) docentes.

Devido à veracidade dessa condição essencial para o negócio, cabia-nos, então, tomar outras medidas, no sentido de acautelar os interesses recíprocos, das partes contratantes, encaminhando, assim, o assunto, para sua legalização. Procedeu-se, logo, à elaboração do contrato, no dia oito de julho de mil novecentos e cinquenta e sete, assinado pela firma pactária e os membros da Comissão. E, para o controle da execução do fornecimento dos docentes, ficou instituído o uso de um livro, no Posto Indígena "Guarita", para os necessários registros, livro esse, de duzentas folhas, e devidamente autenticado pelos membros da Comissão.

Junta-se a este processo, cópia do contrato que foi elaborado, em caráter particular, como medida de consolidação de obrigações e direitos contratuais, mútuos.

P. I. Guarita, 8 de julho de 1957.

Ante a
Raulo
E. J. Silva

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 12 de 10 de 1967

Helarato
Escrivão

June 22. In 120757
S. M. P. B. C.
S. M. P. B. C.

32-1000
1609
B. H.



MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 1967

Alcântara
Escritório

1619
Contrato analítico, particular, que firma, na presente péça, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS e a firma TONETTO, RAUJO & CIA., LTDA., estabelecida com o ramo de madeiras, na cidade de Santo Angelo, à Avenida Rio Grande do Sul, esquina com a Rua Marques de Merval, mediante as cláusulas abaixo:

PRIMEIRA - Fica estabelecido, no presente instrumento, baseado no processo GPI-2.613/57, que o Serviço de Proteção aos Índios se obrigará a fornecer à firma supra-citada, a quantidade mínima de 150.000 (cento e cinquenta mil) dormentes, de madeiras de espécies especificadas em sua proposta de 20-maio-1957, existentes na área indígena do Posto "Guarita", situado no Município de Tenente Portela, no Estado do Rio Grande do Sul.

SEGUNDA - Estabelece-se, quanto à entrega mensal, a quantidade mínima de 4.000 (quatro mil) dormentes, ressalvando-se, porém, as eventualidades de forma maior, que venham a surgir.

TERCEIRA - Fica sub-entendido, que as referidas entregas e serão em qualquer dos pontos acessíveis a caminhões, dentro da área do Posto.

QUARTA - A firma pactária obrigará-se a manter, em caráter permanente, um seu representante, como elemento fiscalizador de seus interesses, junto ao Serviço de Proteção aos Índios.

QUINTA - O Serviço de Proteção aos Índios obrigará-se a manter, também, permanente fiscalização, no sentido de melhor coordenar a produção e a entrega dos dormentes prontos.

SEXTA - A entrega pode ser efetuada em dormentes (singelos) prontos, ao preço de Cr\$32,00 (trinta e dois cruzeiros) por unidade, ou em bloco (ou fôço), falquejados, ao preço de Cr\$24,00 (vinte e quatro cruzeiros) por dormente. Ambos os tipos podem ser entregues, tanto serrados, como falquejados.

Continua

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 1967

Alcides
Escrivão

16/11/57 *[Handwritten signatures and date]* 34

SÉTIMA - Para o fim de iniciar, imediatamente, o serviço de produção dos dormentes, a firma Tonetto, Araújo & Cia. Ltda., fornecerá logo, a importância de Cr\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), que será amortizada, à proporção de 50% (cinquenta por cento) do valor das primeiras entregas.

OITAVA - Fica-se, na presente cláusula, que, na eventualidade de uma das partes contratantes, por qualquer imprevisto de ordem imprevista, não mais venha se interessar pela execução, aquela desistente indenizará à outra parte, a importância de Cr\$10,00 (dez cruzeiros) por peça, das restantes a completar a quota de 150.000 ... (cento e cinquenta mil) dormentes, objeto do atual contrato.

NOVA - A forma de pagamento, pelos dormentes fornecidos, será à vista, e o prazo deste contrato terá a vigência bastante, para o cumprimento da cláusula SÉTIMA, ressalvadas as disposições da cláusula OITAVA, deste contrato.

DÉCIMA - E, como todas as cláusulas foram julgadas justas e equitativas recíprocas, ratificando, e, como todas as cláusulas justas, e coerentes com os interesses recíprocos dos contratantes, assinam este instrumento, o Serviço de Proteção aos Índios, nas pessoas de Srs. Iridiano Marinho de Oliveira, Luiz Araújo e João Lopes Veloso de Oliveira, e a firma pactória.

Este indigenato "Guaitá", 8 de julho de 1957.

EST. PAR. GUANABARA, 1957

Reconheço *[Signature]* assinado por Tonetto, Araújo & Cia. Ltda.

Em testemunho da verdade *[Signature]* Iridiano Marinho de Oliveira, Presidente da Comissão

to. Angelo, 8 de julho de 1957 *[Signature]* Luiz Araújo, Fiscal

Notário *[Signature]* João Lopes Veloso de Oliveira, Fiscal



[Handwritten signatures and stamps]

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 1967

Abdante
Escreito



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

PARECER N. 365

Contrato para exploração de madeira no
Pôsto Indígena de Guarita, do Serviço
de Proteção aos Índios. Dúvidas quanto
à legalidade desse ajuste.

Senhor Ministro:

A firma TONETTO, ARAUJO & CIA. LTDA., a
legando prejuízos de ordem financeira, por inadimplemento
de contrato lavrado, em 8/7/57, com o Serviço de Proteção
aos Índios, para efeito de extração de dormentes no Pôsto
Indígena de Guarita, solicitou a V.Exa. o exame do proces-
so, que tem origem no aludido contrato.

2. Em face de determinação de V.Exa., foi
o processo anexado ao pedido do interessado, vindo ter a
esta Consultoria Jurídica, para o exame da possibilidade -
de anulação do contrato, em face de arguição do serviço ju-
rídico daquela Repartição, favorável a essa medida.

3. Para bem caracterizar as dúvidas que se
levantaram contra a legalidade do ato, convém salientar os
pontos considerados vulneráveis pelos órgãos do S.P.I., -
quais sejam:

- a) - a incapacidade de uma das partes -
contratantes;
- b) - a ilicitude do objeto do contrato.

4. Cumpre, portanto, verificar se as dúvi-
das suscitadas se acham amparadas em lei, hipótese em que
a decisão anulatória já pronunciada deverá prevalecer, a

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 1967

Edson
Escrivão



despeito dos argumentos em contrário da parte que se julga prejudicada com a medida adotada pela Diretoria do S.P.I.

5. Entendeu-se que há incapacidade de uma das partes, porque o contrato foi firmado pela Comissão de signada pela Ordem de Serviço n. 82, de 2/7/57, não para celebrar contrato com a referida firma, e sim verificar a existência de madeiras desvitalizadas, que seria objeto do mesmo contrato.

6. Isso não obstante, a Comissão invadindo a esfera de competência da Diretoria do S.P.I., firmou em nome do Serviço o contrato para o fornecimento da madeira desvitalizada, que ela apurou ali existir.

7. Manifestando-se a respeito, assim se expressa o órgão contábil do Serviço: "verifica-se que a Comissão tomou tôdas as medidas de prudência e legalização para que o contrato de fornecimento de dormentes, baseado na proposta vitoriosa do Sr. Tonetto, Araujo & Cia. Ltda. tenha execução plena de autenticidade. O Diretor, à vista disso, não teve dúvida em homologar a providência, aprovando o contrato, respeitada a Portaria n. 450/56".

8. Diante dessa homologação expressa, que importou na ratificação, "a posteriori" do ato, não há como arguir-se, a esta altura, a incapacidade agora alegada, já que essa homologação veio escoimar o ato do vício original de que se ressentiu e que poderia acarretar a sua nulidade.

9. Quanto ao objeto do contrato, é matéria que diz respeito aos propósitos moralizadores que determinaram a expedição de Portaria Ministerial n. 450, de 24/4/56,

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 1962

Helton
Guarirã



Handwritten notes and signatures:
1614
3 -
[Illegible signatures and initials]

que cumpria, por isso mesmo, ser observada.

10. A firma, em sua proposta, a que se refere expressamente o contrato em uma de suas cláusulas, pretendia adquirir dormentes "a serem extraídas, unicamente, das madeiras mortas existentes no Posto Indígena de Guaita" (sic.).

11. A Comissão designada pela ordem do Serviço já aludida foi justamente apurar, como de fato apurou, a existência dessa madeira, para que o contrato não se realizasse com infringência da referida Portaria.

12. Como então alegar-se a ilicitude do objeto contratual, estribado em um ato ministerial apenas - proíbe a devastação florestal, e nunca o abate de madeira morta?

13. Assim sendo, não teria a menor dúvida - em opinar favoravelmente a validade do contrato em causa, não fôsse e grave irregularidade denunciada no brilhante parecer do digno e zeloso Assistente Jurídico que funcionou no processo, quando ali se declara textualmente:

"Conforme se vê pela informação de fls. 7, prestada pelo próprio Presidente da Comissão, esta se apresentou no Posto Indígena Guaita no dia 8/7/57. Pois - bem, no mesmo dia 8 apresentou a Comissão ao Director um relatório onde declara existir madeira em vida suficiente para o fornecimento dos 150.000 dormentes pleiteados, e sem esperar solução no mesmo dia 8, lavrou e assinou o contrato de venda..."

MJ — DPF — SRTF

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 68

Relatório
Escritório



Handwritten notes and signatures at the top right of the page, including the number 53 and 1615.

14. Esta afirmação do órgão jurídico do - S.P.I. conduz à conclusão inequívoca de que é duvidosa a existência da matéria morta, objeto do contrato, e que se estariam, em consequência, burlando a Portaria ministerial.

15. Cumpre, portanto, apurar o fato, cuja procedência implicará não só declaração da nulidade do contrato, que ficaria privado de um dos seus elementos essenciais - o objeto - como na promoção da responsabilidade dos responsáveis por esta irregularidade.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1958.

Handwritten signature of Benjamin de Campos.

BENJAMIN DE CAMPOS

Consultor Jurídico

Apuro o parecer e determino as providências apontadas

Handwritten signature of Manoel de Oliveira.

EMKP/BC.

*Ac S. P. I.
Em 20/11/58*

Leite de G. M.

MI — DPP — SRTF

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 14 de 10 de 62

Edson
Escritório

1616

MJ - DPE - SETP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Abelardo
Escritório

MJ — DPF — SPTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Albino
Escrivão

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Adante
Garcia

16/9/48

o Relatório foi feito no dia da chegada da Comissão no Posto Guarita; a assinatura de um contrato vultuoso no mesmo dia 8 demonstrando a impossibilidade material desses requisitos em um só dia, e evidenciando o preparo adrede, tudo isso leva à ta Assistência Jurídica a convicção de que houve manifesto interesse em beneficiar a firma proponente em detrimento e prejuízo do Patrimônio Indígena.

11. Nulo ainda o contrato porque a Comissão nomeada tinha apenas poderes restritos a verificação da existência da madeira morta. Não tinha competência nem poderes para assinar contrato que obrigatoriamente deveria se revestir de formalidades essenciais, entre outras e principalmente a autorização prevista da autoridade competente, mormente em época em que se denunciava graves irregularidades ocorridas na exploração dessa indústria naquele Posto Indígena. Industrutível e inequívoca a necessidade da autorização Ministerial, ex-vi da Portaria n. 450 de 22/4/1956 que proibia expressamente a exploração de madeiras e outras riquezas naturais em terras pertencentes ao Patrimônio Indígena. Assim pois somente e apenas o Sr. Ministro da Agricultura tinha poderes para autorizar tal contrato e assiná-lo, revogando sua decisão anterior expressa na Portaria 450. E não se pôde alegar a aprovação do contrato pelo Diretor Substituto, não só porque falecia também aquela autoridade competente para a aprovação, como porque no seu despacho deixou S.S. perfeitamente ressalvado: "Aprovo. À SOA providenciar o necessário quanto a Portaria n. 450/56". Deveria assim ser o processo encaminhado ao Sr. Ministro, sem o que não seria válido o contrato.

12. Não há como se alheiar a firma Toneto, Araujo & Cia. Ltda. dessas graves irregularidades. Tudo se orientou de comum acordo sem o que não poderia ser feito como o foi.

13. Nulo portanto o contrato de fls 10/11. E como consequência lógica e necessária, a abertura de inquérito administrativo para apuração de responsabilidades. Tais casos não

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 68

Adalberto
Escritório

podem ocorrer e muito menos se repetir. Desmoralizam o Serviço Público. Todavia, o Sr. Diretor resolverá da conveniência ou não das medidas propostas.

Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 1958.

DAMIÃO ESTEVES DE ALMEIDA
ASSISTENTE JURÍDICO/REF. 71

1) Então de inteiro acordo com o parecer do Sr. Assistente Jurídico, aprova o presente contrato.

2) No entanto, tendo em vista a ordem constante do SPF 3773/58, expedida pelo Ex. Sr. Ministro, determino sua junção ao mesmo, para fins de remessa à S. Excia.

Em 19.8.58

Três dias úteis

Director SPF

à durch Camilla T. M. de
ordem superior.

C. 25, 258

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Alcides
Escritório

149 v
~~1390~~
1621
H

Quintus, Marcus, Lucius, etc.
in 5. 1. 8.

MJ — DPF — SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Assinatura

Escrivão



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA REGIONAL - RS

152

Cartório

Prot. Geral 3000/66 e
362/67-ofs.nºs 166/66
e 19/67-SRTP/Brasília

RELATÓRIO

Senhor Delegado,

De conformidade com a letra "b" do art. 1º da Lei 4.483, de 16 de novembro de 1964, e item XV do art. 1º do Dec. nº 56.510, de junho de 1965 (Regulamento Geral do D.P.F.) e em cumprimento à determinação de V. Ex.ª constante do despacho exarado no ofício nº 019/67-SRTP, de 23 de janeiro do ano em curso, dirigimo-nos à localidade de GUARITA, Município de Tenente Portela, cenário dos fatos constantes do expediente anexo, S.C. 36.349/58, do Ministério da Agricultura.

Nessa localidade situada a noroeste do Estado, na região do Alto Uruguai, a cerca de 200 quilômetros do Município de Santo Ângelo, funciona o Pôsto Indígena GUARITA, com uma superfície de 23.187 hectares, constituída de flora riquíssima em madeira de lei e áreas cultivadas, que lhe confere características de liderança, sendo habitado por cerca de mil e duzentos índios agrupados em quatrocentas famílias. Sua administração, comumente, vem sendo confiada a funcionários de baixo nível intelectual e econômico, sem conhecimentos de administração e direção, que pouco podem realizar com o insignificante recurso disponível. É constituído de uma casa para residência do administrador, barracões para depósitos, escola, enfermaria e um galpão destinado às reuniões dos índios.

No curto espaço de tempo de nossa visita à região, procuramos familiarizar-nos com os seus problemas, inteirando-nos, com especial carinho, dos assuntos relacionados com o desmatamento e venda de madeira, que é encontrada em grande quantidade desvitalizada e esparsa em imensas clareiras lavouradas, facilmente reconhecível nas fotografias inclusas. Tal circunstância e os esclarecimentos fartamente colhidos convenceu-nos de que por uma deturpada interpretação da lei na parte em que admite a "exploração das riquezas naturais da área indígena, inclusive madeira ou outras fontes de renda", vem o Pôsto, de longa data, mantendo-se com o recurso da venda de madeira e a entrega da área resultante a arrendatários mediante contratos destituídos de formalidades essenciais e de consequências danosas ao patrimônio silvícola, dentre os quais, o presente, alusivo à proposta da firma

continua

MJ = DPF = SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 12 de 10 de 1962

Abdentes
Escritão

1623
H
154-ver
H
H

De tudo isso, das cópias antônimas feitas, e das e dos vícios que ressaltam da tessitura do processo, é, realmente, que se reconhecer uma série de ilações e identificações, inicialmente, na portaria baixada contrariamente, segundo os seus fins, a disposição expressa da lei que "proíbe a celebração de contratos para a exploração de madeira e outros recursos naturais do patrimônio indígena", na condescendência criminosa do chefe que informado dessa irregularidade, indulgentemente se esforça para responsabilizar o subalterno faltoso, de cujo ato resultam os ilícitos praticados pela Comissão inspirada no mesmo fundamento de turpado. O processamento da transação ocorreu em clima de intensa pressão, refletida na alternância de despachos sucintos e sem intervalos, entre as mesmas partes, numa evidente preocupação de

MJ = DPF = SRTP

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 17 de 10 de 67

Abelardo
Escritor

MJ - DPF - SRTP

CONFIDENTIAL - INTERNAL

Em 17 de 10 de 67

Al Santos
Escritor

OFÍCIO Nº 100/IPM/SPI

1625/5104
Brasília, 23 de setembro de 1964.-

Do: Ten Cel Av - EBER TEIXEIRA PIN

TO - Encarregado do IPM no SPI

Ao: Sr Diretor do SPI

Assunto: Data de admissão de servi
dor - (COMUNICA) -

RECEBIDO	3333
23	9
64	

I - Comunico-vos que, conforme declaração do =
Sr. [nome] nos Autos do IPM do qual sou Encarre
gado, o citado servidor foi admitido no Serviço Público Fede=
ral em Janeiro de 1958.

II - Assim, o que consta em seus assentamentos
nêsse Serviço está incorreto, devendo ser corrigido.

III - Comunico-vos que no momento estou dando =
ciência do fato ao Sr. Chefe do Gabinete do Ministro da Agricul
tura e ao Exmo Sr Diretor do DASP.

IV - Aproveito a oportunidade para apresentar =
meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

*à S. A. para que coube as
fiscal funcionaria*

SPI. 4 de 11 de 1964

Intervento

Exmo Sr. Diretor

ipm/dia

Eber Teixeira Pinto

EBER TEIXEIRA PINTO

Ten Cel Av - Encarregado do IPM

EBP.-

Ar Litor Recor para anotar.

Em 17.11.64

Chefe S. A. Recor

Vide página seguinte.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

S. Chie

1626

~~1626~~

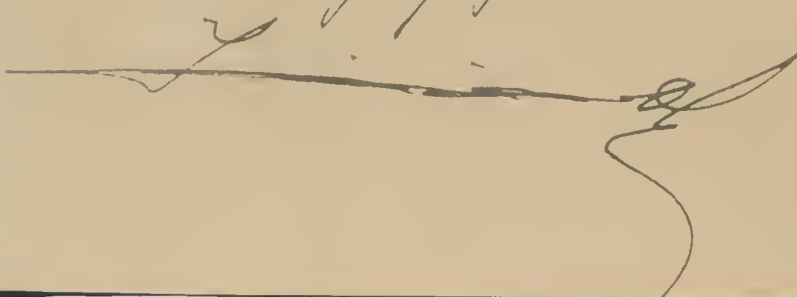
Porto devida anotação
na ficha funcional do servidor.

On - 17/11/64

Elencos
AF 204-7

Arquiva-se

Amf 18/11/64



INSTITUTO NACIONAL
DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
FUNDADO EM 1936

N.º 242

Em 26/2 /58

Nome João Barreto de Souza
Nascimento em 24 / 6 /1934 - Estado civil solteiro
Nacionalidade brasileira Mat. páse
Filho de Carlos Barreto de Souza
Mãe Zélia Malheiros de Souza



Registro da Categoria 152942
39-pts Teresa



W
G
FEDERAL
LUIZ CARLOS BOR-
GES MAGALHAES
Tab. Interino

... que
... fiel
... foi apresentado.
Brasília, 25 de Abril de 1940
de 1940

1107
R. B. B. B.



MINISTÉRIO DO INTERIOR

OCORRÊNCIAS

ADMISSÃO
LOCALIZAÇÃO

DESIGNAÇÃO

EXPEDIÇÃO PORTARIA

DESIGNAÇÃO

FERIAS 1960

FERIAS 1961

TRANSFERENCIA FERIAS

Admitido em 1-1-955.

Port. nº 40, de 2-2-61, localizando, ex-officio, no interesse da administração, na sede da Diretoria.

Port. nº 38, de 20-12-60, designando para seguir com destino à 9ª Inspetoria Regional, afim de instalar a Estação Radiotelégráfica naquela Inspetoria. BR nº 1, de 5-1-61 - SPI 110/61 e SC. 58.311/60.

Port. nº 1.125, de 15-9-60, da Diretoria da DP. resolve, de acordo com o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 3º do Dec. nº 45.260, de 28-1-59, que regulamentou a Lei nº 3.483, de 8-12-58, expedir a presente Port. a JOAO BARRETO DE SOUZA, admitido como Artífice, a título precário, em 1-1-955, com a retribuição mensal de CR\$ 450,00, à conta da Verba 1 - Pessoal, Consignação 6, Diversos - Subconsignação 04 - Outras despesas, 3 - Outras despesas, 18) - Serviço de Proteção aos Índios, da Lei nº 2.368, de 9-12-54, conforme a publicação no D.O. de 13-12-54, ora Artífice, percebendo o salário mensal de CR\$ 4.900,00, de acordo com a dotação, cuja classificação figura nas Tabelas relativas aos exercícios 1955 a 1960, publicadas, respectivamente nos D.O. de 9-12-54, 6-12-55, 10-12-56, 3-12-57, 10-12-58, 20-4-59 e 3-12-60, na forma do art. 17 da Lei nº 1765, de 18-12-52, para fins de declará-lo equiparado ao extranumerário mensalista da União, de conformidade com o art. 1º da Lei nº 3483, acima referida, a partir de 1-1-960. Ass. Lilia Lourenço Coelho - Diretora da DP. - SC 35.728/60 - D.O. de 17-3-61.

Port. Minist. nº 136 BR, de 22-3-61 - D.O. de 22-3-61 - designado para servir em Brasília, tendo em vista o que consta do processo SC MAB nº 635/61 do D. A. e de acordo com o art. 2º do Dec. 47.433, de 15-12-59.

De 10-10 a 8-11-61 - SPI 4323/61.

De 2 a 31-12-61 - SPI 4323/61

Não gozou as férias relativas ao exercício de 1961. Em requerimento de 30-11-61 (SPI 5033/61) solicita transferência da mesma para o exercício de

Designação: Artífice

Onde serve: Serviço de Proteção aos Índios

*Becar o cartão de identidade nº 242... certificado de que o mesmo será
do S. A., quando for dispensado do S. P. I., transferido, ou por mudança
de cargo ou função, obrigando-me a comunicar por escrito o caso de extravio.

Em 1 de Janeiro de 1958

Assinatura: João Barreto de Souza

Observações:



MINISTÉRIO DO INTERIOR

1628

1996

NOME: JOAO BARRETO DE SOUZA

DATA DO NASCIMENTO 24-6-934

NATURALIDADE ESTADO DA GUANABARA

PAI CARLOS BARRETO DE SOUZA

MÃE ZELIA MALHEIROS DE SOUZA

ESTADO CIVIL CASADO

CARGO ART. MANUTENCAO-A-305-6

DATA DA ADMISSAO 1-1-955. 1955

MATRICULA IPASE 1.980.831 BRASILIA- D.F.

TIT. ELEIT. Nº 37175-3ª ZONA Nº 27.691-SETOR 27-1ª SEÇÃO-

S. MILIT. CERT. Nº 152.942 de 1ª CAT. da 1ª R.M.

DEPENDENTES



- 1º - ROBINNE GOULART PENHAFORT DE SOUZA, esposa, nascida em 28-9-35 em R. JANEIRO. G.B.
2º - JOAO BARRETO DE SOUZA FILHO, filho nascido em 26-9-62 em Brasília.
3º - EDUARDO BARRETO DE SOUZA, filho nascido em 26-9-62 em Brasília.

OBSERVAÇÕES -

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS
BOLETIM INTERNO

ANO 2 | Rio de Janeiro, D.F. | Janeiro de 1958 | Nº 11

EX P E D I E N T

Diretor: Cel. José Luiz Guedes
Chefe da S.A.: Dr. Nelson Pires Teixeira
Chefe da S.E.: Nilo Vilasboas Veloso
Chefe da S.C.A.: Dr. Lincoln Allison Pope
Secretário: Insp. Manoel Joaquim D'Avila

S U M Á R I O

1a Parte: Notícias
2a Parte: Assuntos administrativos
3a Parte: Justiça e Disciplina

1a Parte:

DEPOIMENTO DE DEPUTADO QUE NOS HONRA

O deputado Federal, Sr. Cezar Prieto, do PTB do Rio Grande do Sul, endereçou, após visitar o PI "Cacique Doble", subordinado à IR7, chefe do posto Inspetor Tourival da Mata Cabral, e sentir o impulso de progresso e trabalho que ali vem realizando o nosso Serviço, o seguinte cânone:

" Rio de Janeiro, 17 de Janeiro de 1958.

Ilmo. Sr. Coronel José Luiz Guedes,

M. D. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios.

Respeitosos cumprimentos.

Viajando pela região serrana do Rio Grande do Sul, tive a oportunidade de visitar o Posto Indígena "Cacique Doble", cuja direção está entregue ao Sr. Felipe Brasil.

Quero ressaltar que a administração eficiente que o mesmo vem desempenhando à frente do referido Posto, bem como, o modo carinhoso no tratamento aos nossos queridos selvícolas.

A melhoria daquele Posto se faz sentir, em sua administração, que considero profícua.

Portanto, os meus cumprimentos, em verdade, são extensivos à sua pessoa.

RECUPERAÇÃO DE EMBARCAÇÕES

O Inspetor Tubal Vianna, Chefe do IRI, comunicou à esta Diretoria que restaurou completamente as lanchas que compõem a frota daquela IR. As referidas embarcações, agora se encontram em condições de navegabilidade. As pinturas das mesmas já estão quase terminadas.

Desta maneira, voltarão a cruzar as águas do Rio Negro e de seus afluentes as lanchas trazendo ao mastro a bandeira do SPI, para executarem os serviços de interesses de nossa Repartição.

1630 / 2

UMA ADMINISTRAÇÃO PROFÍCUA

No dia 23 de janeiro p.p. completou o seu primeiro aniversário à frente ao Serviço de Proteção aos Índios, o Coronel José Luiz Guedes.

Um ano é passado. Mais uma etapa de trabalho e de sacrifícios foram vencida pelo nosso Diretor. E, nesse primeiro ano de trabalho frutos dessa administração já estão sendo colhidos. A SoA com // seus vários setores aí está em pleno funcionamento. Os Setores Educacional, Econômico, Médico, Imobiliário, Rádio e Transportes estão // cumprindo as suas finalidades. A SA sempre procurando dar a atual administração algo que a coloque entre as melhores Repartições subordinadas ao Ministério da Agricultura. A SE, com o seu Museu mostrando de que são capazes os nossos aborígenas. Enfim, o primeiro ano de Chefia do Coronel José Luiz Guedes, frente ao Serviço de Proteção aos Índios, foi sob todos os pontos de vista, uma administração profícua e proveitosa.

VIAJOU O NOSSO DIRETOR

En viagem de inspeções, viajou para às IIRR 1a, 2a, 4a, 5a, 6a e 9a, o nosso Diretor. Acompanhou-o dirigente máximo do SPI nessa / sua nova inspeção àquelas IIRR o inspetor Manoel Joaquim D'Avila, secretário deste Serviço.

Deseja o coronel José Luiz Guedes nessas suas viagens, estudar os problemas dessas Inspetorias, a fim de dar-lhes maior autonomia, sem contudo quebrar o ritmo do programa de trabalho elaborado e traçado pela Direção Geral do Serviço.

Também os Postos Indígenas subordinados à essas IIRRR irão receber a visita do nosso Chefe máximo.

PARA MELHORAR A RAÇA BOVINA

O Chefe da IR4, Inspetor Sebastião Moacyr Xerez, vem de conseguir por empréstimo, pelo espaço de dois anos, do Serviço de Fomento da Produção Animal, dois reprodutores de raça, sendo um holandês Nelo e outro Nelore, para o PI "Gonçalves Dias".

Essa providência do chefe da IR4 merece elogios, pois com isso aquele Chefe de IR está cooperando para a melhoria de nossos rebanhos, e também, para aumento e desenvolvimento do Patrimônio Indígena.

Em vista disso, o Chefe da SOA, levou à consideração do Diretor a seguinte informação, a fim de ser publicada em nosso Boletim, a qual foi aprovada:

" Tem direito a palmas, o sr Sebastião Moacyr Xerez, pela iniciativa que tomou, junto ao Serviço de Fomento da Produção Animal, conseguindo, sob acordo, dois reprodutores bovinos, raciados, para ser

1631
329A

BOLETIM INTERNO
viço no Pôsto Indígena "Gonçalves Dias"

, Capacidade de ação é característica indispensável ao bom administrador".

NOVA SEDE PARA A AJUDÂNCIA DO
" RIO GRANDE DO SUL"

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios atendendo a sugestão do Superintendente da Ajudância do Rio Grande do Sul, sr. Jair de Moura Calixto, vem de transferir a Séde daquela Ajudância, em Porto Alegre, criada em 17.5.956, para o PI "Guarita", no município de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul.

DEFENDE O CHEFE DA S E OS INTERESSES
DO S P I

O Chefe da Secção de Estudos, sr. Nilo Oliveira Veloso, endereçou o seguinte memorando ao Diretor de nosso Serviço:

" Fago venia a V.S. para sugerir que a partir desta data toda e // qualquer viagem ou pesquisa em que tome parte Etnólogos, médicos, etc., pagos pelas verbas do SPI ou auxiliados por qualquer modo pelo Serviço de Proteção aos Índios, seja exigido em documento firmado pelas duas partes o compromisso de que nos será fornecido um relatório-pesquisa dos trabalhos realizados.

Esta sugestão tem por fim têrmo a interpretação corrente de que a pesquisa pertence ao pesquisador e que o SPI, só tem que esperar que o trabalho seja publicado para receber um exemplar de presente".

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Em consequencia a viagem do Diretor, foram feitas as seguintes alterações no funcionalismo do SPI:

O dr. Nelson Peres Teixeira, Chefe da Secção de Administração, passou a responder pela Diretoria, como Diretor Substituto que é; o Sr. Humberto Cezar de Carvalho, por sua vez, passou a exercer as funções de Secretário de nosso Serviço; enquanto que a Sra. Margarida Lopes Braga, passou a responder pela Chefia da Secção de Administração. Todos esses funcionários entraram em exercicio de suas novas funções no dia vinte e quatro de janeiro, data em que o coronel José Luiz Guedes, acompanhado do Inspetor, Manoel Joaquim D'Avila, iniciou a sua viagem de inspeção á diversas IIRR.

MORREU O MAIOR INDIANISTA DE TODOS
OS TEMPOS

O Brasil, e porque não dizer o Mundo, sente-se profundamente pezaroso com a morte do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, o maior indianista de todos os tempos.

Diante de tão cruel desaprecimento o Serviço de Proteção aos Índios sente-se ferido naquilo que mais amava, e venerava, a presença do Marechal Rondon em todos os problemas que ameaçavam a segurança e a liberdade de nosso selvícola. O Brasil, e, especialmente, o nosso

1632 4
so Serviço, de joelhos, reverencia a memória do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon - o Marechal da PAZ.

SELOS POSTAIS EM HOMENAGEM
AO MARECHAL RONDON

Em homenagem à memória do marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o Departamento dos Correios e Telégrafos fará uma emissão especial de selos postais, que será posto à venda no dia 19 de abril vindouro, quando se comemorará o DIA DO ÍNDIO.

"IN MEMORIAM" DE RONDON

"EPOPEIA DA COMISSÃO RONDON" - Por iniciativa do nosso Serviço será exibido no Museu do Índio a partir do dia 2 de fevereiro o filme sonoro, documentário e de longa metragem, de epígrafe acima.

O referido documentário mostra o que foi a longa missão de Rondon, em prol de nosso índio e do progresso do Brasil.

PREZADO LEITOR

Incentivando a propagação do BOLETIM INTERNO e a sua leitura nas longínquas antenas do SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS, você estará concorrendo para o mais perfeito e rápido processamento dos nossos serviços, divulgando o pensamento da nossa Administração.

oooooooooooooooooooooooooooo
oooooooooooooooooooooooooooooooo

SERVIDORES NA SEDE

Estiveram na sede de nosso Serviço, tratando de assuntos referentes às suas Repartições e subordinadas ao Serviço de Proteção aos Índios, os seguintes servidores:

Lourival da Mota Cabral, Chefe da IR7; Benedito Pimentel; Francisco Meireles, Chefe da IR2; Walter Samari Prado, também pertencente à IR2; Walter Oliveira, Encarregado do PI "Xavante"; Sebastião Lucena da Silva, Encarregado do PI "José Maria de Paula", este em gozo de férias; Iridiano Amarinho de Oliveira; Alfredo José das S. e o Sr. S. do designado Chefe da IR6;

EM FÉRIAS O CHEFE DA SOA

O dr. Lincoln Allison Popo, Chefe da Seção de Orientação e Assistência do Serviço de Proteção aos Índios, no último dia do corrente mês, entrou em gozo de férias regulamentares, referente ao corrente ano.

Por esse motivo, assumiu aquelas funções o sr. Luiz de França Pereira de Araujo, que além de ser o substituto do Chefe da SOA, exerce, com proeficiencia o cargo de Chefe do Setor Econômico.

TABELA NUMÉRICA DE ASSALARIADOS

1633 *[Handwritten signature]*

O dr. Mario Meneghetii, Ministro da Agricultura, após profundos estudos, resolveu aprovar a TABELA NUMÉRICA, do Serviço de Proteção / aos Índios, apresentada pelo nosso Diretor.

A referida TABELA aprovada regula a admissão do pessoal amparado pelo Decreto -lei nº 2 583, de 14.9.940; a vigorar de janeiro a dezembro de 1 958, com os reajustamentos previstos nos Decretos ns. 39 017, de 11.4.956; 35.450, de 12.5.954; e 39 604, de 14.7.956, e os / aumentos previstos, etc...

FUNÇÃO	SALARIO MENSAL	Despesa Anual	Total
Equipe Etnografica			
1 Etnologo.....	11,000,00	132,000,00	
1 Cine Técnico	9.500,00	114.000,00	
1 Museologista	8,500,00	202,000,00	
2 Mestres (obras e eletrici..)	8,500,00	204,000,00	
2 Laboratoristas	8,500,00	204,000,00	
1 Contablista	12,000,00	144,000,00	
1 Técnico em Motores	18,000,00	96,000,00	
1 Motorista	7,500,00	90.000,00	
1 Servente	5,800,00	69,000,00	
2 Serventes	5,000,00	120,000,00	
1 Auxiliar de Sertão	8,000,00	96,000,00	
1 Auxiliar de Sertão	7,500,00	90,000,00	
1 Auxiliar de Sertão	6,000,00	72.000,00	
2 Auxiliares de Escritorio	7.500,00	180,000,00	
3 Auxiliar de Escritorio	6.000,00	216.000,00	
2 Auxiliares de Escritorio ..	5,800,00	139,200,00	
1 Auxiliar de Escritorio	5,500,00	66.000,00	
4 Auxiliares de Escritorio ..	4,100,00	196.,800,00	
2 Radiotelegrafistas	6.000,00	144,000,00	2.547.600,00
Quota do Empregador 8%(IAPI)		203,808,00	
LBA),5%		12.738,00	
S S R O,3%		7.642,80	224.188,00
			2.771.788,80

FUNÇÃO	Salario mensal	Despesa anual	TOTAL
1a Inspeçtoria Regional- Amazonas e Territórios do Acre e Rio Branco- Séde em Manaus, com 9 Postos Indígenas e 1 Serviço de Navegação.			
3 Auxiliares de escritório	4:900,00	178:400,00	
7 Auxiliares de Sertão	4:900,00	411:600,00	
4 Auxiliares de Sertão	4:500,00	216.000,00	
4 Auxiliares de Ensino	4:900,00	2.235:200,00	
25 Trabalhadores	4:900,00	1.470:000,00	
6 Feitores	4:500,00	324:000,00	
9 Trabalhadores	4:500,00	486:000,00	
2 Artífices	4.900,00	117.600,00	

TABELA NUMÉRICA DE ASSALARIADOS

1634

(Continuação)

FUNÇÃO	Salário mensal	Despesa anual	TOTAL
2 Artífices :.....:4.500,00		106:000,00	
2 Motoristas :.....:4:900,00		117:000,00	
5 Radiotelegrafistas :.....:4:900,00		291:000,00	
1 Radiotelegrafista :.....:4:600,00		55:200,00	
1 Estafeta :.....:4:900,00		58:800,00	
2 Enfermeiros :.....:4:900,00		117:600,00	
1 Enfermeiro :.....:4:500,00		54:000,00	
1 Prático :.....:4:900,00		58:000,00	
4 Empalhantes :.....:4:900,00		235:200,00	
1 Mecânico :.....:4:900,00		58:800,00	
1 Soldador :.....:4.900,00		58.800,00	4.653.600,00
Quota do IAPI - Emprega-			
IBA 7%		325.752,00	
SSR 0,3%		23.268,00	
		13.960,80	362.980,80
2a Inspeção Regional - Pará (parte do Maranhão e Território do Amapá) - Sede em Belém, com 12 Postos Indígenas e 1 Serviço de Navegação.			5.016.580,80
4 Auxiliares	4:800,00	130:400,00	
12 Auxiliares	4:300,00	619:200,00	
4 Auxiliares de ensino	4:300,00	206:400,00	
48 Empalhadores	4:300,00	2.476.800,0	
3 Feitores	4:300,00	154:000,00	
1 Artífice	4:500,00	54:000,00	
1 Artífice	4:300,00	50:600,00	
2 Artífices	4:300,00	103:200,00	
3 Motoristas	4:800,00	172:800,00	
1 Motorista	4:300,00	55:200,00	
1 Radiotelegrafista	4:600,00	114:800,00	
3 Enfermeiros	4:300,00	117:200,00	
2 Maestros	4:800,00	230:400,00	
4 Empalhantes	4:300,00	57:600,00	
1 Copilheiro	4:800,00	96:000,00	4.830.000,00
1 Técnico em Motores	8.000,00		
Quota do IAPI - Empre-			
gador 7%		338.100,00	
L B A 0,5%		24:150,00	
S S R 0,3%		113.490,00	376.740,00
3a Inspeção Regional - Mara- nhão - Sede São Luís, com 5 Pos- tos Indígenas.			5.206.740,00
3 Auxiliar de escritório	5:000,00	60:000,00	
2 Auxiliares de escritório	4:000,00	96:000,00	
4 Auxiliares de Sertão	3:800,00	182:400,00	
3 Aux. de ensino	3:400,00	122:400,00	
29 Trabalhadoras	3:400,00	1183:200,00	
2 Feitores	3:400,00	81:600,00	
1 Motorista	3:500,00	42:000,00	
1 Motorista	4:200,00	50:400,00	
1 Radiotelegrafista	4:500,00	54:000,00	
5 Enfermeiros	3.500,00	210.000,00	2.082.000,00
Quota do IAPI - Empregador			
7%		145.740,00	
L B A 0,5%		10.410,00	
S S R 0,3%		6.316,00	162.396,00
			2.244.396,00

TABELA NUMÉRICA DE ASSALARIADOS

(Continuação)

1635

FUNÇÃO	Salário mensal	Despesa anual	Total
4a Inspeção Regional-Parai ba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais- Sede em Recife, com 13 Postos Indígenas.			
1 Auxiliar de escritório	5:000,00	60:000,00	
1 Auxiliar de escritório	4:700,00	56:400,00	
1 Auxiliar de sertão	4:850,00	58:200,00	
2 Auxiliares de Sertão	4:000,00	96:000,00	
1 Auxiliar de ensino	4:850,00	58:200,00	
9 Auxiliares de ensino	4:000,00	436:000,00	
5 Auxiliares de ensino	3:000,00	180:000,00	
5 Trabalhadores	4:850,00	291:000,00	
8 Trabalhadores	4:200,00	403:200,00	
24 Trabalhadores	4:000,00	1152:000,00	
1 Feltor	4:850,00	58:200,00	
2 Artífices	4:000,00	96:000,00	
1 Motorista	4:700,00	56:400,00	
4 Encarregados	4:000,00	192:000,00	
1 Enfermeiro	3:000,00	36:000,00	
1 Tratorista	4:000,00	48:000,00	
Quota IAPI - Empregador 7%		232:680,00	5:324:000,00
LBA 0,5%		16:620,00	
S S R C, 3%		9:072,00	259:272,00
			5.583.272,00
5a Inspeção Regional- S. Paulo -Sede em Mato Grosso, com Sede em Campo Grande, com 15 FPII.			
1 Auxiliar de escritório	5:400,00	64:800,00	
1 Aux. de Sertão	4:300,00	51:600,00	
4 Auxs. de Sertão	3:500,00	168:000,00	
1 Aux. de ensino	5:200,00	62:400,00	
4 Auxiliares de ensino	4:300,00	206:400,00	
8 Auxiliares de ensino	3:500,00	336:000,00	
6 Trabalhadores	5:200,00	374:400,00	
6 Trabalhadores	4:300,00	309:600,00	
18 Trabalhadores	3:500,00	756:000,00	
2 Feitores	5:200,00	124:800,00	
1 Feitor	3:500,00	42:000,00	
1 Enfermeiro	3:500,00	42:000,00	
3 Tratoristas	5:200,00	187:200,00	
1 Motorista	5:200,00	62:400,00	
1 Motorista	4:300,00	51:600,00	
Quota IAPI-Empresador 7%		198:744,00	3.839:200
L B A 0,5%		14:196,00	
S S R C, 3%		8.517,60	3:21.457,60
			3.060.657,60
6a Inspeção Regional- Centro e Norte de Mato Grosso- Sede em Cuiabá, com 11 FPII.			
1 Auxiliar de escritório	4:500,00	54:000,00	
2 Auxiliares de sertão	4:100,00	49:200,00	
10 Auxiliares de sertão	3:500,00	420:000,00	
4 Auxiliares de ensino	3:500,00	168:000,00	
58 Trabalhadores	3:500,00	1.596:000,00	
2 Feitores	3:500,00	84:000,00	
1 Mestre	4:300,00	51:600,00	
3 Motoristas	4:300,00	154:800,00	
1 Enfermeiro	3:500,00	42:000,00	
1 Radiotelegrafista	4:600,00	55:200,00	
2 Cosinheiros	3:500,00	42:000,00	
Quota IAPI -Empregador 7%		196:056,00	2 800.800,00
LBA 0,5%		14:004,00	
S S R C, 3%		8.402,40	218:462,40
			3.019.262,40

[Handwritten signature]

Função	Salário Mensal	Despesa Anual	Total
7a Inspeção Regional - Paraná.			
Sta. Antonina e St. Grande do Sul - São Carlos, com 16 PPII.			
1 Auxiliar de Contas	9.100,00	109.200,00	
1 Auxiliar de Contas	8.000,00	9.960,00	
1 Auxiliar de Contas	5.200,00	62.400,00	
3 Auxiliares de Contas	4.300,00	412.800,00	
2 Auxiliares de Contas	4.000,00	96.000,00	
1 Auxiliar de Contas	4.900,00	235.200,00	
12 Auxiliares de Contas	4.300,00	555.760,00	
3 Auxiliares de Contas	4.000,00	144.000,00	
12 Trabalhadores	1.900,00	1.393.200,00	
3 Trabalhadores	4.000,00	288.000,00	
1 Teletipista	4.300,00	51.600,00	
4 Teletipistas	4.300,00	235.200,00	
1 Teletipista	4.900,00	58.800,00	
1 Teletipista	4.300,00	51.600,00	
1 Teletipista	5.400,00	75.600,00	
2 Informantes	4.900,00	117.600,00	
3 Informantes	4.900,00	147.600,00	
Quota de IAPF - 1954		4.856.400,00	
1 B. A. 0,5%		1.200,00	
S. S. P. 0,34%		1.200,00	
			378.799,20
			4.235.199,20

8a Inspeção Regional - Mato Grosso do Sul.			
Sta. Antonina e St. Grande do Sul - São Carlos, com 16 PPII.			
1 Auxiliar de Contas	4.700,00	56.400,00	
1 Auxiliar de Contas	4.700,00	56.400,00	
1 Auxiliar de Contas	4.800,00	57.600,00	
1 Auxiliar de Contas	4.700,00	56.400,00	
1 Auxiliar de Contas	3.900,00	46.800,00	
2 Auxiliares de Contas	3.800,00	91.200,00	
3 Auxiliares de Contas	3.600,00	273.600,00	
12 Auxiliares de Contas	3.800,00	119.600,00	
12 Trabalhadores	3.800,00	820.800,00	
13 Trabalhadores	3.600,00	669.600,00	
1 Teletipista	3.500,00	715.000,00	
2 Teletipistas	3.500,00	216.000,00	
1 Teletipista	3.800,00	85.600,00	
1 Teletipista	4.200,00	90.400,00	
1 Teletipista	3.500,00	43.200,00	
1 Teletipista	4.000,00	52.000,00	
4 Teletipistas	3.800,00	182.400,00	
1 Teletipista	4.000,00	48.000,00	
Quota de IAPF - 1954		3.645.000,00	
1 B. A. 0,5%		1.200,00	
S. S. P. 0,34%		1.200,00	
			284.310,00
			3.929.310,00

9a Inspeção Regional - Mato Grosso do Sul.			
Sta. Antonina e St. Grande do Sul - São Carlos, com 16 PPII.			
2 Auxiliares de Contas	4.900,00	117.600,00	
14 Trabalhadores	4.800,00	1.152.000,00	
2 Teletipistas	4.000,00	1.600,00	
1 Teletipista	4.000,00	117.600,00	
1 Teletipista	4.000,00	117.600,00	
Quota de IAPF - 1954		2.071.200,00	
1 B. A. 0,5%		144.934,00	
S. S. P. 0,34%		10.356,00	
		6.213,00	
			161.553,6
			2.232.753,60

R E S U M O

Equipe Litográfica: 9.771.358,80; IR1: 5.016.580,80; IR2: 1.206.740,00; IR3: 2.247.396,00; 4a IR: 3.583.272,60; IR5: 3.060.637,60; IR6:; 3.019.268,40; IR7: 5.235.199,20; IR8: 3.929.310,00; e IR9: 2.232.753,60. TOTAL: 36.299.960,20

3a. Parte:

PORTARIAS

Atos do Diretor:

Nº 1, de 2.01.958

Resolve localizar, a pedido, no PI "Curt Nimuendajú", município de Araí, Estado de São Paulo, subordinada à IR5, onde passará a ter exercício, Bepediro Pimentel, Inspetor, lotado neste Serviço.

Nº 2, de 2.01.958;

Resolve dispensar, a pedido, de acordo com o art. 77, da Lei nº 1 711, de 28.10.952 Herbert Sarpa, da função de Chefe da Seção de Estudos, FG-3, deste Serviço.

Nº 3, de 7.01.958;

Designa de acordo com os arts. 145 e 147, da Lei nº 1 711, de 28.10.952, combinado com o art. 13, alínea "g" do Regimento aprovado pelo Decreto nº 10 492, de 16.10.94, e aprovado pelos Decretos ns. 12 218, de 2.01.958 e 12 219, de 21.01.958, NILO OLIVEIRA VELOSO, lotado neste Serviço e com exercício na Diretoria, para exercer a função de Chefe da Seção de Estudos, FG-3, deste Serviço, em virtude da dispensa de Herbert Sarpa.

Nº 4, de 13.01.958;

Resolve designar o Inspetor Manoel Joaquim D'Avila, lotado neste Serviço e com exercício nesta Diretoria, exercer as funções de Secretário, FG-5, para seguir em companhia do Diretor deste Serviço em viagem de inspeção às 5a, 6a, 9a, 1a, 2a e 4a Inspetorias Regionais e FPII com sede em Campo Grande, Cuiabá, Porto Velho, Manaus, Belém, e Recife, respectivamente.

Gratificá-lo de indenização de prazo superior a trinta dias, conceda e arbitre um mês de salário, de ajuda de custo, na forma do item III, do art. 130, da Lei nº 1 711, de 28.10.952.

Nº 5, de 18.01.958;

Resolve designar o Escrevente Typógrafo, Luiz Antonio de Lima Netto, lotado neste Serviço e com exercício nesta Diretoria, para seguir com delegados Estaduais de São Paulo, Paraná, e Mato Grosso, verificando junto às FPII, a possibilidade de aumento da produção agro-pecuária, de acordo com as indicações que lhes foram dadas por esta Diretoria.

Gratificá-lo de indenização de prazo superior a trinta dias, conceda e arbitre um mês de salário, de ajuda de custo, na forma do item III, do art. 130, da Lei nº 1 711, de 28.10.952.

Nº 6, de 21.01.958;

Resolve elogiar Tubal Fialho Viana, Inspetor deste Ministério lotado neste Serviço e com exercício da função de Chefe da IRI, FG4, em Manaus, Estado do Amazonas, por ter, além de cumprido de forma elogiada seus deveres como Chefe daquela Inspetoria, restaurado, com grande economia para este Serviço, a frota de lanchas a ela subordi-

1638
6
BGA

nada.

Nº 7, de 21.01.958:

Resolve elogiar Gilberto Pinto Figueiredo Costa, dêste Serviço, lotado nêste Serviço, e com exercício na sêde da IRI, em Manáus, Estado do Amazonas, pois, alem de cumprido de forma elogiosa seus de veros normais, vem exercendo com muita eficiencia serviços de reparos na frota de lanchas pertencentes àquela Inspetoria Regional.

Nº 8, de 23.01.958:

Resolve dispensar, a pedido, de acôrdo com o art. 77, da Lei nº 1 711, de 28.10.952, OTAVIANO CALMON, da função de Chefe da IR6, FG-4, dêste Serviço,

Nº 9, de 23.01.958:

Designa, de acôrdo com os arts. 72 e 73, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 1 711, de 28.10.952, combinado com o art. 13, alínea "g" do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 10 652, de 16.10.942 e modificado pelos Decretos ns. 12 318, de 27.04.943 e 17 684, de 26.01.945, ALFREDO JOSÉ DA SILVA, Inspetor, dêste Ministério, lotado nêste Serviço, e com exercício no PI "São Marcos", município de Boa Vista, Território Federal de Rio Branco, para exercer a função de Chefe da IR6, FG-4, vaga / em virtude da dispensa de Otaviano Calmon.

ORDENS DE SERVIÇO INTERNO

Nº 1, de 2.01.958:

O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, no uso de suas atribuições e, tendo em vista a necessidade de assistir e fiscalizar as atividades com os índios trazidos a esta Capital, com autorização dêste Órgão, pelos dirigentes do programa de televisão "Essa é sua vida", realizado em homenagem ao Exmº Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon,

Determina que o servidor BOANERGES FAGUNDEZ DE OLIVEIRA, lotado na SOA, acompanhe os referidos selvícolas a partir desta data até o regresso ~~dos mesmos~~, para tanto, viajando em companhia dos mesmos, para que se cumpra preceitos regimentais e outros, assumidos pela direção da Televisão, para conosco.

Nº 2, de 2.01.958:

Resolve transferir, a pedido, para a Sêde da IR4, em Recife, Estado de Pernambuco, ANTONIO PADILHA DA SILVA, Técnico em Motores, com salário mensal de Cr6.000,00, admitido na forma do Decreto-lei nº 2 583, de 14.9.940 e presentemente com exercício na IR9, em Porto Velho.

Nº 3, de 3.01.958:

Autoriza o sr. Alberico Soares Pereira, Aux. de Insp., com exercício na IR8, em Goiânia, para seguir com destino a Tocantina, a fim de trazer detido o índio xerente Brasilino, cuja permanencia naquela região tornou-se nociva à comunidade indígena, bem como à população vizinha.

Nº 4, de 7.01.958:

Designa o Cinegrafista Nilo Oliveira Veloso, para responder pe

lo expediente da Secção de Estudos, até ulterior deliberação.

Nº 5, de 9.01.958:

Resolve transferir, a pedido, para a Séde da IR7, em Curitiba, onde passará a ter exercício, Luiz Ricardo de Andrade e Silva, Aux. de Sertão, com o salário mensal de Cr\$ 6.000,00, admitido na forma do Decreto-lei nº 2 583, de 14.9.940, presentemente com exercício nesta Diretoria, sem onus para o Serviço.

Nº 6, de 9.01.958:

Resolve, que o Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira, lotado na IR7, com Séde em Curitiba, e presentemente com exercício no PI "Guarita", Estado do Rio Grande do Sul, permaneça com exercício nesta Diretoria, até ulterior deliberação.

Nº 7, de 9.01.958:

Autoriza o sr. Paimundo Dantas Carneiro, Inspetor, lotado neste Serviço, e com exercício na IR4, da qual é chefe, para seguir com destino aos PPII "Nisia Brasileira", "Chucuru", e "Dantas Barreto", a fim de fiscalizar as construções de casas e outros trabalhos nos Postos mencionados.

Nº 8, de 15.01.958:

Autoriza o sr. José Gabino Farias, Aux. de Inspetor, deste Serviço, e com exercício na IR4, para seguir com destino ao PI "Irineu Santos", a fim de receber o gado a ser transferido para o PI "Nisia Brasileira", pertencente à mesma Inspetoria.

Nº 9, de 17.01.958:

Resolve designar o Inspetor Benedito Pimentel, para exercer a função de Encarregado do PI "Curt Nemuendajú", situado no município de Avaí, no Estado de São Paulo, subordinado à Ajudância de São Paulo, da 5a Inspetoria Regional.

Nº 10, de 17.01.958:

Resolve admitir, para a Séde desta Diretoria, onde passará a ter exercício, João Barreto de Souza, na função de Artífice, com o salário de Cr\$ 4.900,00, percebendo os seus salários por conta da Tabela de Assalariados, do PI do "Nepoai", situado em Sarandi, Estado do Rio Grande do Sul, subordinado à IR7.

Nº 11, de 18.01.958:

Resolve subordinar o PI "Guarita" novamente sob a jurisdição da IR7, com séde em Curitiba, e, designando o Técnico de Motores, AUGUSTO DE SOUZA LEÃO, admitido pelo Decreto-lei nº 2 583, de 14.9.940, para Encarregado do referido Posto.

Nº 12, de 15.01.958:

Autoriza o sr. Érico Sampaio, Inspetor, deste Serviço, Chefe da IR5, em Campo Grande, para seguir com destino aos PPII "Presidente Alves de Barros", "Nalique" e "S. João de Aquidavão", a fim de inspecioná-los e assistir ao pagamento do pessoal assalariado daqueles Postos.

Nº 13, de 14.01.958:

Autoriza o sr. Ismael da Silva Leitão, Aux. de Inspetor, lotado neste Ser-

1640 18 390
viço, e com exercício no PI "Pimentel Barbosa", subordinado à IR8, seguir com destino à Sede da mencionada Inspetoria, a fim de receber suprimento para pagamento do pessoal assalariado daquele Posto.

Nº 14, de 17.01.958;

Autoriza o sr. Tubal Fialho Vianna, Inspetor, deste Serviço, com exercício na IRL, onde exerce a função de Chefe, seguir com destino ao PI "Barbosa Rodrigues", a fim de acompanhar a distribuição dos recursos financeiros para colheita de castanha, das reservas indígenas dos Rios Madeira e Igapassu, da jurisdição daquele Posto, assim como verificar a execução dos serviços da instalação de uma estação telegráfica naquele Posto.

Nº 15, de 31.01.958;

Resolve transferir a sede da Ajudância do "Rio Grande do Sul", em Porto Alegre, criada pela OSI, nº 23, de 17.5.956, para o PI "Guarita", no município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.

b) manter as atribuições constantes da alínea "a" da mencionada DSI, nº 23, de 17.5.956, dadas ao Superintendente da Ajudância ora transferida, como, também, as atribuições ao Encarregado, do PI "Guarita", considerada distinta a administração do referido Posto.

Nº 16, de 25.01.958;

Autoriza o sr. Acyr Barros, Aux. de Campo, deste Serviço, com exercício na IR7, em Curitiba, para seguir com destino ao Posto Indígena "Laranjinha", a fim de apurar lamentável crime de morte, sendo vítima uma índia do referido Posto.

Nº 17, de 25.01.958;

Autoriza o sr. Durval Antunes Machado, Aux. de Inspetor, deste Serviço, com exercício na IR7, em Curitiba, para seguir com destino ao PI "Laranjinha" a fim de apurar lamentável crime de morte, sendo vítima uma índia do referido Posto.

Nº 18, de 17.01.958;

Autoriza o sr. Gilberto Pinto Figueiredo Costa, Sorvente, Deste Serviço, e com exercício na IRL, para seguir com destino ao PI "Barbosa Rodrigues", a fim de conduzir material agrícola para o mencionado Posto e Rio Madeira e Igapassu.

Nº 19, de 18.01.958;

Autoriza o sr. José Mongenot, Agente, deste Serviço, localizado na sede da IR5, para seguir com destino à Aldeia Indígena de Pirajuí, município de Amambai, a fim de constituir a Comissão de inquerito, incumbida de apurar a procedência das acusações relacionadas com o S.C. 32 927/57.

Nº 20, de 18.01.958;

Autoriza o sr. Itamar Zwicher Simões, Aux. de Inspetor, deste Serviço, localizado no PI "Vanuire", município de Tupan, Estado de São Paulo, para seguir com destino à aldeia indígena de Pirajuí, a fim de constituir a Comissão de inquerito, incumbida de apurar a procedência das acusações relacionadas com o processo S.C. 32 927/57.

1641 / 1139

Nº 21, de 18.01.958;

Autoriza o sr. Silvio Santos, Inspetor, Dêste Serviço, lotado na IR5, em Campo Grande, para seguir com destino à Aldeia Indígena Pirajuí, afim de presidir a Comissão de Inquerito incumbida de apurar a procedencia / das acusações relacionadas no processo S.C. 32 927/57

Nº 23, de 28.01.958:

Autoriza o sr. Edson de Melo Sá, servente dêste Serviço e com exercício na IR3, em São Luiz do Maranhão, para seguir com destino ao PI "Gonçalves Dias", a afim de acompanhar dois reprodutores de raça holandesa e ne-lore, bem como organizar os patrimônios indígena e da União naquele Posto.

Nº 25, de 28.01.958:

Autoriza o sr. Pedro Joaquim de Lemos, Agente, dêste Serviço, lotado na IR3, em São Luiz do Maranhão, a seguir com destino ao PI "Tenente Rebelo", a fim de efetuar a organização dos patrimônios indígena e da União, naquele Posto.

Nº 26, de 28.01.958:

Autoriza o sr. Olimpio Martins Cruz, Agente, dêste Serviço, com exercício na IR3, em São Luiz do Maranhão, para seguir com destino ao PI "Capitão Uirá", a fim de proceder a confecção dos inventários referentes ao ano p: passado dos patrimônios indígena e da União.

Nº

3a Parte:

E L O G I O S

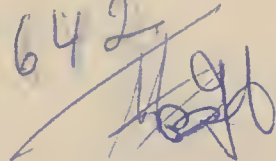
O Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, em Portaria, resolveu elogiar o Inspetor TUBAL FIALHO VIANNA, Chefe da IRL, em Manaus, Estado do Amazonas, não só pelo desempenho excepcional de seus deveres funcionais, como também, por ter o mesmo com grande economia para, dêste Serviço, recuperado a frota de lanchas pertencentes àquela Inspetoria.

Tambem foi elogiado pelo nosso Diretor o sr. Gilberto Figueiredo Costa, lotado na IRL, em Manaus, Estado do Amazonas, pela maneira eficiente com que se conduz em suas atividades e, ainda, pelos serviços prestados à recuperação da frota de lanchas pertencentes àquela Repartição.

Confere

Dr. Nelson Peres Teixeira
Diretor Substituto

Dr Lincoln Allison Pope
Chefe da SOA

1642


Os infra-assinados, servidores em exercício na Sede da quinta Inspetoria de Serviço de Proteção aos Índios e nos Postos subordinados à mesma, movidos pelo interesse, desejo e necessidade do restabelecimento do clima de tranquilidade, respeito, produtividade, moralidade e administração sadia que deixaram de existir nesta I.R./5 desde quando assumiu a sua chefia o Inspetor, Referência 26, Sr. IRIDIANO AMARINHO OLIVEIRA, vêm, respeitosamente, confiados, todos, no alto espírito de justiça de V. Exa., ponderar a esclarecida apreciação de V. Exa. os fatos determinantes do presente memorial e solicitar a substituição desse chefe, considerando:

1 - Tanto à TRANQUILIDADE:

Desde que assumiu a chefia, o Inspetor Iridiano Amarinho Oliveira, e, a partir das visitas rotineiras a cada Poste Indígena, nada mais fez que blasenar seus altos méritos e depreciar as administrações anteriores e taxar os ex-chefes de inéptos, relapsos, caducos e, até, de ladrões; e os encarregados, de ineficientes, errados e incapazes, sem exceção de um só, ao invés de apontar as falhas, a maneira e modos de as corrigir e fornecer os respectivos recursos para corrigi-las. Uma espécie de palmatória do mundo que viéra à I.R/5 para consertar pseudos-desmandos. Tem êle feito constantes... "transferências" de antigos servidores, arbitrariamente, em flagrante desrespeito aos competentes órgãos superiores, e, transformado, o anterior clima de tranquilidade, em verdadeira roda-viva, como se a 5a. Inspetoria fosse sua feitoria ou colônia. Aboletou, ainda, como encarregados de Postos, gente sua, simples assalariados, trazidos do sul do País, cujos méritos se resumem, apenas, à sua simpatia pessoal ou proteção.

Para ilustrar esse ambiente de constante intranquilidade, vale a pena referir que um Agente do Poste, correndo risco de vida, atemorizado, correu para essa Capital a fim de queixar-se de tão angustiosa situação ao Sr. Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ao qual exibiu uma "peixeira" que lhe fôra apresentada por pessoa (assalariada da Inspetoria) que sabia da trama para o assassinato dele, e, que só não se consumou, praticado por outro assalariado da confiança do Sr. Iridiano, por prudência e cuidados do Agente visado, no ato da entrega de gado a ser transferido para

transferido para outro Posto.

2 - quanto ao RESPEITO:

Desapareceram, por completo, na gestão do Inspetor Iridiano A. Marinho Oliveira, os mais conhecidos e rudimentares princípios de ética.

Quer no expediente oficial dirigido aos Postos, invariavelmente usado em tom áspero, indelicado; quer nos entendimentos pessoais com os subordinados de maneira sempre explosiva, a explodir interminável fluxo de biliosidade observa-se uma completa ausência de tato e respeito devidos em qualquer coletividade humana.

3 - quanto à PRODUTIVIDADE:

Desceu à estaca zero a média de produtividade em quase todas as dependências da I.R/5 em consequência dos desmandos praticados pela atual chefia, conforme é referido nos itens anteriores, e, mais ainda, porque tudo é fornecido e facultado aos assalariados arrebanhados e trazidos pela chefia, negado aos antigos servidores, numa frizante demonstração de apoiar e procurar propiciar méritos aos apadrinhados, deixando os outros à mingua de recursos para apresentarem algo de valioso, produtivo e do que sejam capazes de fazer. Para os primeiros, os persona grata, tudo; para os demais, uma só exigência - produção, os Postos devem produzir muito e de tudo; mas, perguntemos nós, com que meios?

4 - quanto à MORALIDADE:

Um chocante desrespeito às exigências, contidas no Código de Contabilidade Pública, que determina, taxativamente, para a alienação de quaisquer bens nacionais, a obrigatoriedade de concorrência pública, o chefe da I.R./5 tem "vendido", a preços irrisórios, partidas e mais partidas de tudo de diversos Postos, sem a menor sem cerimônia, sob a alegação de que a "concorrência" é burla, é expediente apenas para coonestar, oficialmente, a transação. Negócio honesto é aquele feito "mano a mano", "inter-partes", a preço proposto, discutido e acordado sem a interferência de terceiros, ... Essa, sim, é a modalidade "decente e honesta" de que usa e abusa o Sr. chefe da I.R/5. Tudo o mais, diz ele, é "burocracia rançosa".

5 - quanto à ADMINISTRAÇÃO GERAL:

É o de que se ressentem a 5a. Inspetoria Regional ante os repetidos desmandos perpetrados pelo Inspetor Iridiano A. Marinho Oliveira.

1644

Para não alongar, demasiadamente, o presente memorial, basta citar alguns atos:

a) fechamento de Escolas em alguns Postos, deixando à mingua de alfabetização grande número de crianças, ate esse que pode ser, que deve ser considerado criminoso, tal a iniquidade, tanto mais que é esse um problema crucial a ser resolvido - a alfabetização em massa no BRASIL, e pelo qual a Alta Direção de Serviço de Proteção aos Índios se vem empenhando em ajudar;

b) dispensa de assalariados (trabalhadores e aprendizes) necessários a Postos dos quais são encarregados antigos servidores, e, admissão de igual nº em dependências dos quais são encarregados os seus protegidos, em prejuizo daqueles, alguns dos quais ficaram reduzidos à apenas um aprendiz ou trabalhador, obrigados a acudir, precariamente, aos encargos rotineiros, como seja: ordenha, pastoreio, reparos em cercas, limpa de pastos e reças, transporte de produtos e lenha, colheita, plantação e outrestantes trabalhos;

c) transferência de quase todo o rebanho bovino de alguns Postos para outros ou destinados a venda, deixando, naqueles Postos, apenas, 3 vacas leiteiras, insuficientes para o fornecimento de leite a uma grande parte da população indígena de crianças, que fica privada dessa substancial e nutritiva alimentação altamente preconizada para o seu robustecimento e desenvolvimento.

d) absoluto desconhecimento dos princípios básicos e orientação segura para uma administração eficiente. A pretexto de abordar o mais retineiro assunto administrativo, que poderia ser satisfatoriamente solucionado em memorando, não trepidam, o chefe, em chamar à Sede, às vezes, dois ou mais servidores, que assim são afastados dos seus labores, em prejuizo dos serviços em andamento nos Postos, apenas para repisar sapiencia já demasiadamente ouvida e doutrinar banalidades e lugares comuns. Além dos prejuizos decorrentes dessas chamadas inúteis de servidores, existe também um outro de ordem financeira, com as despesas da viagem e estada na Cidade. Em matéria de administração o chefe da I.R./5 é autêntica negação. A sua principal e quase única preocupação é enfeitar a Sede com tapetes, cortinas caras, mesas e cadeiras modernas para seu conforto pessoal e decente empenho de exibição para impressionar os menos avisados, inbuído da ingênua pretensão de que esses sejam levados a acreditar que tudo nas outras dependências da Inspetoria apresentem idêntico aspeto. QUE o digam os encarregados e índios de desconforto em

desdenferte em que vivem.

16451 4

e) escolha desacertada de assalariados, guindados ao cargo de encarregados de Posto, sem a menor credencial para isso; prova-o os escândalos já cometidos por um deles, alcoolatra inveterado, e o acidente ocorrido no Posto de TAUNAY e noticiado pelo JORNAL DO COMÉRCIO de CAMPO GRANDE, de dia 24 de abril, em que foi ferida gravemente, por disparo de arma de fogo, uma servidora do referido Posto, alta noite, e que foi hospitalizada em AQUIDAUANA.

Diante da presente exposição, feita apenas sucintamente, excluídos outros detalhes que seriam exaustivos a V. Exa., tão preocupado com problemas outros de administração a serem meditados e solucionados, pedimos vênha para reiterar a solicitação da substituição do Inspetor Iridiano Amarino Oliveira por outro que melhor e mais eficientemente possua credencial para desenvolver-se dos encargos da I.R./ 5, e, se cabível, considerando-se as referências desairosas do atual chefe da Inspetoria, por um dos signatários deste, antigos servidores e conhecedores dos problemas afetos à administração desta I.R., pela simples razão de estarem ambientados no meio indígena deste sul de Mato Grosso, além de serem, também, estudiosos desses assuntos.

Campo Grande, 27 de abril de 1953

Francisco Thiapina da Fonseca - Insp. Ref. 26.

Francisco Thiapina da Fonseca - Insp. Ref. 25

Francisco Thiapina da Fonseca - Insp. Ref. 22

Jose Antão da Silva - Insp. Ref. 22

Enoch Alvarenga Soares, Agt. Ref. 11.

Alfonso Fierman de Duand, Agt. Ref. XXI

Diogenes da Silva - Agt. 20

Benedictino - Inspetor 25

Amorim - Inspetor 20

Alcides - Inspetor 22



PORTARIA Nº 0 284 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29/9/67, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que à vista do processo TC 13.232/67 verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos pelo servidor;

Considerando a confissão e tudo mais que consta nos autos do Inquérito Administrativo instaurado pela Portaria Ministerial nº 239, de 29/9/67, publicada no D.O. de 5 do corrente;

Considerando que há inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo a responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

1647
[Handwritten signature]



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25/2/67, combinado com o artigo 2º da Lei 4344, de 21/6/64, e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17/7/64,

R E S O L V E ✓

ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias do servidor WALTER SAMARI PRADO, ^xMecânico de Motor de Combustão, nível 12-D, lotado na Administração Central em Brasília -DF, por alcance de NCR\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros novos), na forma do art. 214 e seus parágrafos, da Lei nº 1.711, de 28/10/52.

ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Porto Sobrinho

Ministro Interino



1648
PORTARIA Nº 235 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC14.791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

1649



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- GILBERTO PINTO FIGUEIREDO COSTA, Auxiliar de Portaria, nível 8-A, lotado na 1ª. Inspetoria Regional, em Manaus, por alcance de NCR\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Porto Sobrinho
Ministro Interino

1659
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 2 8 Sem 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC14.791/67 e 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza o alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

1651
[Handwritten signature]



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17/de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

WALDEMAR CONCEIÇÃO DIAS, Telegrafista, nível 12-A, lotado em Brasília -DF, por alcance de NCRI\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros novos)

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.P. Porto Sobrinho
Ministro Interino

1652
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 287 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

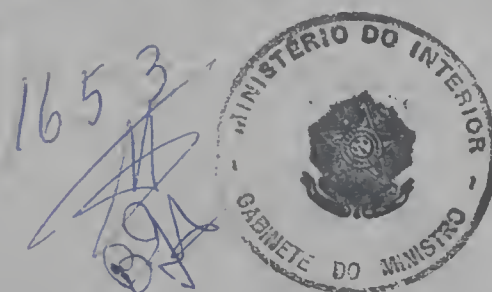
Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza al cance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

ITAMAR ZWICHER SIMÕES, Agente de Proteção aos Índios, nível 6-B, lotado na Ajudância de São Paulo por alcance de NCN\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELA PR. MINISTRO

A.P. Porto Sobrinho
Ministro Interino

1654
A
95



PORTARIA Nº 0 2 8 3 em 1 9 de outubro de 1967.

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29/9 67, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que à vista dos processos TC 14.791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza al cance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

1655
[Handwritten signature]



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- JOÃO BEZERRA DE MELO, Preparador de Museu, nível 12-A, lotado no Estado da Guanabara, por alcance de NCR\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino



1656
PORTARIA Nº 0 2 8 3 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29/9/67, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza o alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25/2/67, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21/6/64 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.964,

1657
[Handwritten signature]



R E S O L V E

1ª - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- ISMAEL DA SILVA LEITÃO, Agente de Proteção aos índios, nível 6-B, lotado em Goiânia -Go.por al^{cance} de RCR\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos cruzeiros novos),

2ª - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Porto Sobrinho

Ministro Interino

1658
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 029 de 19 de outubro de 1.967.

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação - de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza o alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

1659
[Handwritten signature]



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, *ex-vi* das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- AUGUSTO DE SOUZA LRAO, Mestre, nível 14, lotado na Ajudancia Minas-Bahia, por alcance de NCR\$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO
A. P. Porto Sobrinho

Ministro Interior

1660

[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 2 9 1 em 19 de outubro de 1.987

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1.987, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/87 e TC 23.018/87, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acuteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do al cance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das dispo

1661
[Handwritten signature and initials]



ações contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.964, e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.964;

Considerando a confissão do responsável e tudo o mais que consta do Inquérito Administrativo,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

NILO OLIVEIRA VELOSO, Cinetécnico, nível 12, lotado na Administração Central, em Brasília - Distrito Federal, por alcance de NCR\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A. F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino

1662
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 2 9 2 em 1 9 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposi-



1663
[Handwritten signature]

ções contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.964,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acôrdo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- MARIA DE LOURDES CASTRO MAIA, Escrevente-Da
tilógrafo, nível 7, lotada na 5ª Inspetoria Regional,
em Campo Grande, por alcance de NCR\$ 7.000,00(
(sete mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino

1664
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 293 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposi-

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

1665
[Handwritten signature]



ções contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.937, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.934 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.934,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acôrdo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.932, de:

— DIVAL JOSÉ DE SOUZA, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, lotado no Pôsto Indígena José Maria de Paula, Guarapuava - Paraná, por alcance de ... NCR\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O. G. [Handwritten initials]

A. F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino

1666
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 0 2 9 4 em 19 de outubro de 1.957

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1.957, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/57 e TC 23.018/57, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposi

1667
[Handwritten signature]



ções contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1.967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.028, de 17 de julho de 1.964,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- HÉLIO JORGE BUCKER, Agente de Proteção aos Índios, nível 6B, lotado na 5ª Inspetoria Regional - Campo Grande, por alcance de NCR\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A. F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino

1668
1601
Ministério do Interior



PORTARIA Nº 0 2 9 5 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1.967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das dispo-

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO



sições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.964,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acôrdo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- JOÃO FERNANDES MOREIRA, Inspetor de Índio, nível 12, lotado na 3ª Inspetoria Regional, em São Luiz-Maranhão, por alcance de NCR\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

A. F. Porto Sobrinho
Ministro Interino



1670
[Handwritten signature]

PORTARIA Nº 0 295 em 7 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1.967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das dispo-

1671
H
G



ações contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1.964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1.964,

RESOLVE:

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acôrdo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

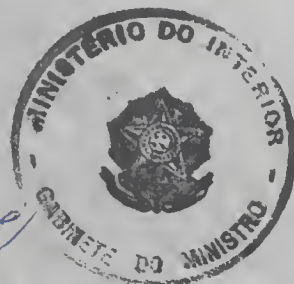
LUIZ DE FRANÇA PEREIRA DE ARAUJO, Contador, nível 22, lotado na Administração Central em Brasília Distrito Federal, por alcance de NCR\$ 34.200,00 (.. (trinta e quatro mil e duzentos cruzeiros novos) e mais NCR\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos cruzeiros novos), da Renda do Patrimônio Indígena.

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Pôrto Sobrinho
Ministro Interino

1672
[Handwritten signature]



PORTARIA Nº 297 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29/9 67, publicada no D.O. de 5 do corrente, já colheu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista do processo TC 64.607/63 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, foi confirmada a glosa da prestação de contas apresentada pelo servidor;

Considerando que a glosa determinada pelo Egrégio Tribunal de Contas da União caracteriza alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perda aos Cofres Públicos;

Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, por força das disposições contidas no Decreto Lei 200, de 25/2/67, combinado com o artigo 2º da Lei 4344, de 21/6/64, e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17/7/64,



RESOLVE

1º - Ordenar a prisão administrativa, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

FRANCISCO FURTADO SOARES MEIRELLES, Inspetor de índios, nível 14-A, por alcance de NCR\$...... 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da Lei.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Porto Sobrinho
Ministro Interino

1674
AA
GJ



PORTARIA Nº 0 2 9 3 em 19 de outubro de 1.967

O MINISTRO DE ESTADO DO INTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 214 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952; e

Considerando que a Comissão de Inquérito Administrativo, instituída pela Portaria Ministerial nº 239, de 29 de setembro de 1967, publicada no D.O. de 5 do corrente, já conheceu provas suficientes sobre o descaso, malversação e alcance de dinheiros públicos;

Considerando que, à vista dos processos TC 14.791/67 e TC 23.018/67, do Egrégio Tribunal de Contas da União, verifica-se a total ausência da imprescindível prestação de contas de créditos recebidos por servidores do Serviço de Proteção aos Índios;

Considerando que a inexistência de comprovação de contas perante o Tribunal de Contas da União caracteriza o alcance de dinheiros públicos;

Considerando a necessidade de adotar, desde logo, medidas acauteladoras para impedir maiores prejuízos à Fazenda Pública;

Considerando que a prisão administrativa é a medida aplicável para, compelindo o responsável a restituir o valor do alcance, evitar perdas aos Cofres Públicos;

1675
AA
AG



Considerando, ainda, que ao Ministro do Interior é conferida competência para determinar a adoção de medidas relacionadas com o Serviço de Proteção aos Índios, "ex-vi" das disposições contidas no Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, combinado com o artigo 2º da Lei nº 4.344, de 21 de junho de 1964 e com o artigo 1º do Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964,

R E S O L V E

1º - Ordenar a prisão administrativa pelo prazo de 30 (trinta) dias, de acordo com o artigo 214 e seus parágrafos da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, de:

- MARIO DA SILVA FURTADO, Atendente, nível 7, lotado na 4a. Inspetoria Regional em Recife, por alcance de NCR\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros novos),

2º - Ordenar seja comunicada imediatamente à autoridade judiciária competente, na forma da legislação vigente.

O ORIGINAL FOI ASSINADO PELO SR. MINISTRO

A.F. Porto Sobrinho
Ministro Interino



MINISTÉRIO DO INTERIOR

MENSAGEM NR 1925 DE 24/10/67

MINISTRO PORTO SOBRINHO
MINISTERIO DO INTERIOR
RIO GB

TOMO LIBERDADE ALVITRAR VOSSENCIA CONVENIENCIA DETERMINAR
DIRECAO SPI CONSTITUICAO COMISSAO TOMADA DE CONTAS SERVIDORES PRE -
SOS ADMINISTRATIVAMENTE VIRTUDE PARAGRAFO PRIMEIRO ARTIGO DUZENTOS-
ET CATORZE LEI 1711//52 PT RESPEITOSAMENTE JADER FIGUEIREDO CORREIA
- PRESIDENTE COMISSAO INQUERITO

TRN POR RAIMUNDA AAS 11.05 HRS
REC POR.....OSWALD MESMA DATA/HORA
INTERIOR RIO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

MINISTÉRIO DO INTERIOR

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS

S E L E C

RADIOGRAMA RECEBIDO

BRASILIA DF 25 de OUTUBRO de 1967

1677
H

Recbido PPI 28
25/10
Dia
15,15/55
por Rb/PLZ

Procedência ∇ CAMPO GRANDE MT N.º 9 Fls. 511 Data 25 Hora 13,40

ENDEREÇO

AGRINDIOS DIRETOR S P I BRASILIA DF

S/Nº de 25/10/67 - LEVO CONHECIMENTO V S ACOMPANHO EM-
POLGADO MEDIDAS ET PROVIDENCIAS SENHOR MINISTRO INTERIOR VG SANEAMENTO SPI
VG CONDUZINDO PRISAO RESPONSAVEIS INDIRETOS CAOS ADMINISTRATIVO INSTITUI-
ÇÃO PT VEMOS DADO PRIMEIROS PASSOS REPARAÇÃO ESBULHOS VELIPENDIADA RAÇA
OUTOTONE VG DE CABRAL NOSSOS DIAS pt EXISTE PRESSUPOSTO ALCANCE MINHA RES-
PONSABILIDADE VG IMPORTANCIA ONZE MILHOES QUINHENTOS MIL CRUZEIROS VELHOS
VG CONFORME PUBLICOU O GLOBO EDIÇÃO VINTE QUATRO PRETERITO pt EH FATO VG
POR ISSO NOS ENCONTRAMOS PRESOS VG ESSA VIOLENCIA NÃO CAUSA ME ESPÉCIE SE
VERDADEIRAMENTE EQUACIONARAH POLITICA INDIGENISTA NACIONAL ABREASPAS O IN-
DIO RESPEITADO ET REVERENCIADO PELA NAÇÃO FECHASPAS VG DADO CIRCUNSTANCIAS
PROCURAMOS COMPREENDER EQUÍVOCA SUPOSIÇÃO PT ESTAMOS TRANQUILOS VG POSSUI-
MOS QUINTAS VIAS DOCUMENTOS PRESTAÇÃO CONTAS ESSE INSIGNIFICANTE SUPRIMEN-
TO ATENDER DESPESAS GERAIS AFETAS ADMINISTRAÇÃO INSPETORIA REGIONAL ET
PRESTAR ASSISTENCIA TODOS INDIOS HABITANTES MAIS METADE ESTADO VG ABRANGEN-
DO TODA REGIÃO AMAZONICA MATO GROSSENSE PT TRABALHO PERÍNAZ VG DESSASSOM-
BRADO VG EMINENTE PROCURADOR DR. JADER FIGUEIREDO VG NATURALMENTE NÃO DIS-
PÔE AINDA ELEMENTOS APONTAR CAUSA PRIMARIA DESDITA INDIGENAS BRASILEIROS
VG COMBATE SE AINDA SOMENTE EFEITOS PT FATORES IMPOTENCIA ADMINISTRATIVA
VG TOLHIMENTO ET CAPACIDADE OBSTAÇÃO PROCESSOS CORRUPTIVOS ET ALIENATORIOS
EXTRINZICOS VG RESPONSAVEIS ET CAUSADORES CAOS INSTITUIÇÃO NAO FORAM TOCA-
DOS PT FORÇAS OCULTAS? PT FATOR UNICO VG EXCLUSIVO ET PRIMARIO VG INDISPEN-
SAVEL MODUS VICENDIS TRADICIONALMENTE EXTENSIVOS INDIOS VG ARRAIGADO MESMO
TRIBOS INTEGRADAS CIVILIZAÇÃO ABREPARENTESSES SIC FECHAPARENTESSES TRAÇO TER-
RA TRAÇO VG NAO ESTAH SENDO DEVIDAMENTE CONSIDERADO PT DATA VENIA VG NOSSO
VER DR PROCURADOR ESTAH VISTO DESFOCADA PROBLEMA PRINCIPAL PT EH IMPERATI-
VO PRISÕES NÃO FIQUEM SÔMENTE PEQUENOS FUNCIONARIOS PT ASSIM NÃO TEREMOS

(continua)

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS INDIOS
S E L E C
RADIOGRAMA RECEBIDO

CARIMBO DA ESTAÇÃO

1678
16

de de 196

Recebido de Procedência CAMPO GRANDE MT N.º Pls. Data Hora

..... continuação do radiograma s/nº de 25/10/67

REPARADO ET NEM MORALIZADO NADA PT QUE AS PRISÕES SE ESTENDAM HORIZON-
TALMENTE ALCANÇANDO NESTE ESTADO MAIORES RESPONSÁVEIS ALIENAÇÕES TER-
RAS INDÍGENAS CUJOS PREJUÍZOS ASCENDEM A CIFRA SUPERIOR A CEM BILHÕES
DE CRUZEIROS VELHOS PT PARA CONHECIMENTO VOSSA SENHORIA ET NAÇÃO SITO
NOMINALMENTE BIPONTOS EX-MINISTRO AGRICULTURA SENADOR NEI BRAGA VG
DR. FERNANDO CORREIA DA COSTA EX-GOVERNADOR ESTADO MATO GROSSO VG
DR. PEDRO PEDROSSIAN GOVERNADOR EM EXERCÍCIO VG SENADOR FELINTO MUL-
LER VG SUPLENTE DE SENADOR GASTÃO DE MATTOS MULLER VG JUIZES ET MINIS-
TROS DOS TRIBUNAIS ESTADO VG DEPUTADOS FEDERAIS ET ESTADUAIS VG OFI-
CIAL DO EXERCÍTO VG TUDO CONFORME RELAÇÃO NOMINAL DO DIÁRIO OFICIAL
DO ESTADO DE QUINZE MARÇO/66 PT AÇÃO ANULATÓRIA IMPETRADA CHEFIA SEX-
TA INSPETORIA CUIABÁ MT VG CONTRA O INQUALIFICÁVEL ESTARRECEDOR ES-
BULHO TERRAS INDISCUTÍVEIS INDIOS BORORO PT INCLUSIVE TERRAS INDIOS
CINTA LARGA VG REGIÃO RIO CAPITÃO CARDOSO VG MUNICÍPIO ARIPUANA VG
VENDIDAS GRUPO AMERICANO CONFORME PODERÁ ATESTAR PREFEITO DAQUELE
MUNICÍPIO PT AINDA VG ALIENAÇÃO DAS TERRAS INDIOS NAMBIQUARA NO RIO
SARAREH VG DOS TAPAIUNAS NO RIO TOMÉ DE FRANÇA AFLUENTE DO RIO ARI-
NOS MARGEM ESQUERDA VG ERIGPATZA AO LONGO DO RIO JURUENA MARGEM ES-
QUERDA VG CAIUÁ ALDEIA PANAMBIH NO MUNICÍPIO DE DOURADOS NA ÁREA
AGRICOLA FEDERAL VG INDIOS PARECIS DAS CABECEIRAS DOS RIOS VERDE VG
SACRE VG ALDEIA QUEIMADA ET OUTRAS NO PLANALTO DOS PARECIS PT DESTA
DENÚNCIA AGUARDO PROVIDÊNCIAS DE VOSSA SENHORIA VG INCLUSIVE CONSE-
TÂNEA A MINHA LIBERDADE ET FUNCIONÁRIA SENHORITA LOURDES MAIA VG POR
QUEM RESPONDEREI ET INFORMO-VOS DESDE JÁ MEU PROCURADOR ESTÁ AUTO-
RIZADO DAR PUBLICIDADE PRESENTE DOCUMENTO PT SDS = = = = =

HELIO JORGE BUCKER

1679
GA

TERMO DE INQUIRIÇÃO: Aos vinte e cinco (25) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na Sala do andar terreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí presentes os membros da Comissão de Inquérito Administrativo instituído pela Portaria Ministerial nº 239/67, de 29 de setembro de 1967, compareceu a funcionária ZENYR DE CASTRO BORGES/FEUSTINO, já qualificada nos autos, que espontaneamente declarou: aproximadamente um mês após o incendio que destruiu as instalações do SPI a depoente passou a trabalhar no setor de prestações de contas; nessa, diigo que nessa oportunidade tomou conhecimento de uma prestação de contas apresentada por HELIO JORGE BUCKER; que essa prestação de contas era do valor de Cr\$ 11.500.000 (onze milhões e quinhentos mil cruzeiros antigos); que essa prestação de contas foi examinada pela servidora RAIMUNDA CRUZ; que posteriormente a servidora RAIMUNDA CRUZ entregou a depoente os documentos da aludida prestação de contas e um esboço do quadro demonstrativo que devia acompanhar a citada prestação de contas; que a depoente relacionou os documentos, elaborou o quadro demonstrativo e, posteriormente, levou ao atual Diretor do SPI, Coronel HELENO NUNES; que o Coronel HELENO declarou a depoente que não assinava o quadro demonstrativo nem os demais expedientes de encaminhamentos; que o Coronel HELENO explicou a depoente que não assinava porque não sabia se estava certo; que essa documentação ainda se encontra no SA do SPI; que êsses fatos podem ser testemunhados pelo servidor RAIMUNDO NONATO FERREIRA / DA CRUZ. Nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo prestado o presente depoimento sem qualquer coação, o qual, lido e achado conforme, vai assinado pela depoente, pela Comissão e por mim *plac Ruiz* Secretário que o datilografei.

Raimundo Nonato Ferreira

Zeny de Castro Borges Feustino
Depoente

Fidélis S. S. S. S.
Presidente

[Signature]
Vogal

Uldimar D. Lima
Vogal

94 1680

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: Aos trinta dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria nº 239 de 5 de outubro de 1967, compareceu a Senhora JURACY CAVALCANTI BATISTA FERREIRA, brasileira, de prendas domésticas, esposa do servidor JOSÉ BATISTA FERREIRA FILHO, funcionário do SPI, que espontaneamente declarou: que ao tempo em que o Sr. ALFREDO JOSÉ DA SILVA chefio a 6a. IR, o Sr. FLÁVIO DE ABREU no exercício da chefia do posto COUTO MAGALHÃES (PIRIGARA), entregou a índia BORORO de nome ROSA ao indivíduo por nome SEABRA, em paga do trabalho de SEABRA na confecção de um fogão de barro; que este fogão foi construído na Fazenda Santa Terezinha, de propriedade de FLÁVIO DE ABREU; que a escolha recaiu sobre a índia Rosa por meio de uma seleção feita entre às meninas índias que frequentavam a escola de Dona VIOLETA TOCANTINS; que na oportunidade da escolha da índia Rosa, o Sr. Flávio de Abreu em companhia de Seabra visitaram a classe de aula e após mandaram sr. Flávio que as índias ficassem de pé, Seabra fez a escolha; que imediatamente o Sr. Flávio fez a entrega da índia Rosa; que o pai da referida índia fez reclamações ao Sr. Flávio sobre a entrega de sua filha ao indivíduo Seabra; que em virtude dessa reclamação o Sr. Flávio Abreu mandou surrar o reclamante; que a surra foi aplicada pelos índios OTAVIANO AIEPA e COJIBA; que o indivíduo Seabra após concluir os trabalhos que estava prestando ao Sr. Flávio Abreu, devolveu a índia Rosa; que na época em que foi entregue, a índia Rosa contava 11 (onze) anos de idade; que sobre esse fato o Sr. JURANDIR FONSECA, residente em Brasília, possui uma declaração da própria índia Rosa; que o Sr. Flávio de Abreu procedia, digo, criou no posto sobre sua chefia um Serviço mádi, digo, médico; que esse serviço médico era destinado ao exame das índias de idade jovem; que os exames eram procedidos pelo próprio Sr. Flávio de Abreu; que esses exames eram feitos à noite; que o Sr. Flávio de Abreu esclarecia que fazia esses exames para constatar a existência de moléstias venéricas; que em 1962 o Sr. Flávio de Abreu mandou espancar o índio CECÍLIO que contava a idade de sete (7) anos; que em decorrência desse espancamento o garoto índio foi atendido pelo médico Dr. FARID, em CUIABÁ; que em 1961, quando a depoente e seu marido chegaram ao Posto COUTO MAGALHÃES constatarem surpresos a inexistência de crianças índias; que posteriormente veio a saber que a grande mortandade infantil era devida ao fato do Sr. Flávio de Abreu obrigar as mulheres índias ao cumprimento de tarefas rurais impossibilitando as mesmas de cuidarem de seus filhos recém nascidos; que as mães índias não disponham de tempo sequer para amamentar seus filhos; que se por caso uma índia concluía sua tarefa mais rapidamente para deste modo prestar assistência ao seu filho, no dia seguinte o Sr. Flávio de Abreu aumentava suas tarefas; que durante o dia, enquanto duravam as tarefas das mães, os recém nascidos ficavam na casa da índia MARIA ROSA, amázia de Flávio de Abreu; que por volta de 1950 o Sr. Flávio de Abreu ingressou no SPI; que na época do seu ingresso no SPI era pessoa simples de posses modestas; que atualmente o Sr. Flávio de Abreu possuidor de vários bens, destacando-se uma residência em Cuiabá e um automóvel particular; que durante a gestão do Major LUIZ VINHAS NEVES o Sr. Flávio de Abreu vendeu uma propriedade por Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros antigos), tendo declarado que essa importância era destinada ao suborno do Major Vinhas Neves; que não sabe se o Sr. Flávio de Abreu fez entrega dessa importância ao Major Vinhas Neves, digo, Neves, sabendo apenas que o Sr. Flávio de Abreu não sofreu nenhuma punição durante a gestão do referido Major Vinhas Neves, sendo promovido para as funções de Assessor; que por volta de 1961 ou 1962 o índio SALÚ da raça, digo, tribo Bororo foi mandado trabalhar, sem remuneração, a título de castigo na fazenda de propriedade dos Srs. DÓCA MARQUES e FLÁVIO DE ABREU; que a razão deste castigo foi o fato do índio Salú haver se negado de espancar sua própria mãe; que o Sr. Flávio de Abreu tinha por costume mandar os próprios filhos espancarem suas mães; que as índias ADALGISA e ALICE, de seis (6) e sete (7) anos de idade eram tidas como escravas de Flávio de Abreu, trabalhando para o mesmo no campo e em casa; que a índia Adalgisa era proibida de visitar sua mãe, digo, mãe, sendo espanca

1681

espancadas cada vez que gugia , digo, fugia para visitar a própria mãe; que o posto Couto Magalhães produzia grande quantidade de farinha de mandioca; que essa produção era devida ao trabalho índio ; que todo o produto da produção era vendido ; que com toda a produção havida a alimentação dos indígenas resumia-se em grãos de milho seco e mamão verde cortado em pedaços; que essa alimentação era distribuída pelo Sr. Flávio Abreu; que em fase de maltratos recebidos digo, recebidos, um índio Bororo contraiu tuberculose ; que o Sr. Flávio Abreu obrigou esse índio a usar um chocalho no pescoço, obrigando também a usar uma lata para não contaminar os, digo, a família dele , Flávio de Abreu, proibindo / que se prestasse qualquer assistência ao índio doente, inclusive o alimentasse; / que esse índio veio a falecer dias após em completa inanição ; que no posto Fraternidade Indígena, chefiado por JOÃO BATISTA CORREIRA, digo, CORREIA era explorada a venda de ipecacunha; que os índios trabalhavam na colheita de ipecacunha; que o Sr. João Batista Correia atrasava o pagamento devido aos índios que / de uma feita o garoto índio de nome LALICO vendeu por conta própria na cidade de BARRA DOS BUGRES 5 (cinco) quilos de ipecacunha, utilizando o produto dessa venda na compra de gêneros para sua mãe; que por esse fato o Sr. João Batista Correia espancou o referido garoto índio pendurando-o pelos polegares durante todo o dia; que o servidor EDUARDO RIOS , penalizado, soltou o garoto LALICO; que Lalico refugiou-se na casa de sua mãe; que na manhã seguinte o Sr. João Batista Correia após espancar o dito garoto amarrou-o; que diante desse fato teve início uma revolta dos índios; que o Sr. João Batista Correia temendo por sua / própria vida soltou o garoto Lalico; que ma, digo, nada mais disse e nem lhe foi perguntado, tendo o Sr. Presidente determinado o levantamento da inquirição e marcado seu reinício para amanhã, dia 31 (trinta e um), pelo que eu, *João Batista* Secretário, lavrei o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinado pela depoente e por todos os presentes.

Adelino Corrêa
Presidente

Adelino
Vogal

Uolmar Junior
Vogal

Luiz Alcaide Baptista Ferreira
Depoente

1682

TÉRMO DE INQUIRÇÃO: Aos trinta e um (31) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 239, publicada no Diário Oficial da União do dia 5 de outubro de 1967, com pareceu a Sra. JURACY CAVALCANTI BATISTA FERREIRA que a fim de continuar a declaração. Depois de inquirida respondeu: que JOÃO VIEGAS chefio o Pôsto indígena IRINEU DE SOUZA onde se encontrava em constante estado de embreaguez; que o mesmo João Viegas se utilizava do dinheiro do Pôsto para su prir os índios a fim de trabalharem em benefício próprio do mesmo; que João / Viegas se apropriava dos vencimentos de dois funcionários de raça indígena de nome AUGUSTO QUEZO e seu irmão cujo nome não recorda obrigando aquêles / índios funcionarem, digo, funcionários do SPI a trabalhar no seringal exclusiva mente pela pésima comida que lhes era servida; que João Viegas esfaquiou o ín dio de nome CORACI do Pôsto GALDINO PIMENTEL; que o chefe da Inspetoria / Regional comunicou o fato à Administração Central do SPI porém não foi instau rado Inquérito Administrativo nem Policial; que João Viegas é conhecido pelos / mal tratos que infligem aos índios e como fornecedor de aguardente aos mes mos para fins de lucro; que JOÃO BATISTA, atualmente licenciado do SPI e tra balhando em uma fazenda de norte-americanos na região da "Invasão" da Colô nia Tereza Cristina, perto do Pôsto PIEGABA, rapitou a índia FLORISBELA, / com quem vive maritalmente; que João Batista castigava os índios CAJABIS com uma palmatória, entregue pelo chefe da IR-6 de então em reunião da DIRETORIA ao Major NEVES perante todos os autos dignatários do SPI; que NILO VELOSO / repreendeu na autoridade o denunciante por levar assuntos banais pois "a hora era dos contratos"; que o índio LALICO, de quatorze (14) anos da tribo UMUTI NA, no PI FRATERNIDADE INDÍGENA, foi espancado e pendurado pelos pulsos por haver furtado um saco de pó aia, ipecacunha"; que, solto pelo funcionário EDUARDO RIOS; que, foi novamente capturado espancado e pendurado por JOÃO BATISTA que somente soltou a criança após uma ameaça de subelevação, di do, sub-elevação; que ÁLVARO DE CARVALHO, no PI CACIQUE DOBLE, na / IR-7, mandou pendurar o índio NARCIZINHO, da tribo dos CI, digo, KAINGAN digo, KAINGANGES, digo, KAINGANGS, pelos polegares e espancá-lo até à mor te; que o mesmo Álvaro, no mesmo Pôsto, vendeu sessenta (60) casas de ín dios, crime êsse apurado pelo Sargento HELOU, sem que nada lhe acontecesse; que Dna. MIRTES, sua espôsa, funcionária do SPI, esteve oito (8) meses afasta da irregularmente do Serviço, residindo na cidade de Lagoa Vermelha, sendo o ponto de comparecimento dado pela Inspetoria; que tanto Álvaro como seu filho Almir, são beberrões e valentões reconhecidos; que ITAMAR SIMÕES, no Pôsto VANUIRE vende aos índios tudo o que recebe para o pôsto e cobra dêles até pas sagem nos carros do SPI; que a espôsa do mesmo, dna. ELITA, professora do SPI, não dá aula; que ouviu dizer ser o mesmo sócio de NILO VELOSO em uma fazenda em São Paulo; que escravizou por dois (2) anos o índio MANUELZINHO, da tribo GUARANY, do pôsto CAPITÃO IAKRI; que anualmente vende gado do ín dio; que, em outubro ou novembro passadp, vendeu nove (9) vacas e 1 (um) tou ro do pôsto Capitão Iakri; que arrendou tôdas as terras dos Postos chegando as cêrcas cortar o terreiro das casas indígenas; que manda o índio amanhar as ter rar arrendando-as em seguida a terceiros sem indenizar os silvícolas; que exis te denúncia contra o mesmo feita pelo funcionário JOÃO CANGUSSÚ; que o Ma jor Vinhas Neves foi quem fez a prestação de contas, digo, o Major DANTON / PINEIRO MACHA, digo, PINHEIRO MACHADO desviou doze (12) motores desti nados aos postos, ficando apenas as caixas vazias. E nada mais disse nem lhe foi perguntado e eu, João Carlos Almeida, Secretário assino o presente juntamente com os membros da Comissão e a depoente.

João Carlos Almeida
Presidente
[Assinatura]
Vogal

Edmar S. Lima
Vogal
Juracy Cavalcanti Batista Ferreira
Depoente

1683

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO: Aos trinta e um (31) dias do Mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e sete (1967) na ante-sala do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro do Interior, aí reunida a Comissão de Inquérito instaurada pela Portaria nº 239, de 5 de outubro de 1967, compareceu a Índia Bororo, ADALGISA DE / TAL, que, inquirida pela Comissão respondeu: que nasceu e residiu durante a - nos na aldeia da tribo BORORO administrada pelo Pôsto indígena COUTO MAGALHÃES; que recorda bem o episódio da índia ROSA com FLV, digo, FLÁVIO DE ABREU e um indivíduo conhecido por SEABRA; que a depoente se encontrava tam bem na escola quando Flávio Abreu mandou a Professora VIOLETA TOCANTINS suspender as aulas e autorizou Seabra a escolher uma das alunas que Seabra es colheu ROSA, índia Bororo que estudava na escola por ser a maiorzinha; que as alunas não sabiam de que se tratava sabendo depois porque o pai de Rosa, JUSTI NO, foi-se queixar; que Rosa foi dada em pagamento de um fogão que Seabra na fazenda particular de Flávio, construíra; que Flávio mandou dar uma surra no pai de Rosa e o prendeu-o, digo, e o prendeu em um quarto; que conhece outras atrocidades de Flávio com os índios e a própria depoente sofreu muitas surras / dadas por ele e pela sua espôsa, TEREZINHA; que Rosa foi devolvida quando o funcionário EDUARDO RIOS substituiu Flávio na chefia do Pôsto e mandou buscá-la; que a Comissão poderá saber de muitas maldades sofridas pelos índios se fôr ao Pôsto COUTO MAGALHÃES. E nada mais disse nem lhe foi perguntado pe lo que eu, Adalgisa Bororo, Secretário, datilografei o presen te têrmo que vai assinado pelo depoente e pelos membros da Comissão.

Adalgisa Bororo
Presidente

Adalgisa Bororo
Vogal

Adalgisa Bororo
Vogal

Adalgisa Bororo
Depoente



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA A COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS
GABINETE DO MINISTRO

1684
AB

N.º:

De: Chefe do Gabinete em exercício

Em: 27 de outubro de 1967

Para: Sr. Presidente da Comissão de Inquérito encarregada de apurar irregularidades ocorridas no S.P.I.

Assunto: Apresentação - Comunicação - Faz

Senhor Presidente:

Levo ao conhecimento de V.Sa. que, nesta data, se apresentou, voluntariamente, a esta Chefia, o Tenente-Coronel Hamilton de Oliveira Castro, ex-Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, para colocar-se à disposição dessa Comissão de Inquérito.

Esclareço a V.Sa. que recomendei ao Senhor Ten.Cel Hamilton, que se apresentasse no próximo dia 30, segunda-feira diretamente a essa Comissão.

Atenciosamente,

Paulo Ferreira de Souza Filho
Paulo Ferreira de Souza Filho
Chefe do Gabinete em exercício.

MIN INTERIOR BSB

MENSAGEM NR 1981 DE 30/10/67

PROCURADOR JADER DE FIGUEIREDO CORREIA
PRESIDENTE C I SOBRE S P I
RIO GB

168 5
4

TENHO EM MAOS FOTOCOPIAS DEVIDAMENTE AUTENTICADAS MEMO
RANDUM NR 17/67 VG DATADO DE 10/02/67 VG ATRAVES QUAL
QUINTA IR SPI CAMPO GRANDE ENCAMINHA PRESTACAO CONTAS VALOR
NR 7.000,00 (SETE MIL CRUZEIROS NOVOS) RESPONSABILIDADE
FUNCIONARIO MARIA LOURDES CASTRO MAIA VG AO SENHOR JOAO
BEZERRA DE MELO VG REPRESENTANTE S P I NA GUANABARA VG
CERTIFICADO REGISTRO POSTAL NR 611/67 VG RELACAO REMESSA
NR 13/67 VG DATADO DE 13/02/67 VG AMBOS EMITIDOS D C T
DE CAMPO GRANDE VG ET RELACAO DISCRIMAAE DISCRIMINATIVA DOCUMENTOS
DE DESPESAS MESMA PRESTACAO DE CONTAS PT FOTOCOPIA DOCUMENTOS
DESPESAS ENCONTRAM-SE COM O DEPUTADO WILSON MARTINS PARA ORGA
NIZACAO DEFINITIVA VIA PRESTACAO DE CONTAS ACORDO LEGISLACAO
DE REGE MATERIA PT AGUARDANDO INSTRUcoes PT UDIMAR VIERA LIMA VG
VOGAL C I PT

TRANSMITIDO POR APARECIDA AAS 10.25 HORAS DO DIA 30/10/7
RECEBIDO POR ...~~XXXXXXXXXX~~ CELESTE AAS MESMAS HS ET DATA SUPRA



1686
[assinatura]

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Ofício nº
.....

Em 01 novembro de 1967

Do Delegado de Ordem Política e Social

Ao Sr. Presidente da Comissão de Inq. Administrativo -Port.239/67

Assunto Apresentação - faz

Senhor Presidente:

Devidamente escoltado e atendo a solicitação constante em vosso ofício nº 16/CI-239/67, sem data, recebido na data de ontem, faço apresentar o senhor ISRAEL PRAXEDES BATISTA, que, por solicitação do Exmo. Sr. Ministro do Interior, vem sendo custodiado nesta Delegacia em cumprimento da ordem de prisão Administrativa contra o mesmo expedida.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Sª as minhas,

Atenciosas Saudações,

[assinatura]
Josino da Silva Amaral
Delegado



98 1687
AJ

MINISTÉRIO DO INTERIOR

TÉRMO DE INQUIRICAÇÃO : aos dois(2) dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e sessenta e sete(1967) na sala localizada no andar / térreo do Edifício Sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, aí reunida a Comissão de Inquérito Administrativo designada pela Portaria, digo, Portaria nº 239/67, do Exmo. Sr. Ministro do Interior, compareceu o Sr. ISRAEL PRAXEDES, brasileiro, casado, digo, ISRAEL PRAXEDES BATISTA; BRASILEIRO, casado, pequeno comerciante, estabelecido em GOIANIA, Estado de Goiás, esclarecido sobre os motivos / que originaram o presente processo, respondeu que foi contratado pelo MAJOR VINHAS NEVES, digo; NEVES, então Diretor do SPI, para administrar a FAZENDA CAMPOS DOS CARAJÁS, na ILHA DO BANANAL, percebendo uma cota de vinte por cento da produção (20%) bovina; que depois foi fixada, digo, o MAJOR VINHAS NEVES declarou o depoente que iria paga-lo / por um ordenado que jamais chegou a fixar e, muito menos, a pagar; que o depoente ali esteve desde agosto de mil novecentos e sessenta e seis (1966) até dois de janeiro de mil novecentos e sessenta e seis (1966); que o depoente jamais vendeu gado quando no exercício da administração da fazenda; que, porém, durante esse período foram / vendidas cerca de 500(quinhentas) rézes e abatidas cerca de 200(duzentas) rézes; que o gado vendido foi em dois lotes; que o primeiro lote totalizou 200 rezes, vendidas a razão de Cr\$35.000 (... trinta e cinco mil cruzeiros velhos) por cabeça por uma Comissão composta de FRANCISCO VIEIRA, Chefe da IR8, dorival pamplona NUNES, digo DORIVAL PAMPLONA NUNES e GENTIL DO ESPÍRITO SANTO; que houve coleta de preços e venceram os licitantes associados GILBERTO SANTANA e ORLANDO DE TAL, fazendeiro e residente em SÃO MIGUEL DO ARAGUAÍ; que o segundo lote, de 300(trezentas) v, digo, cabeças, foi vendido por RONALDO CHAGAS a um fazendeiro de SÃO MIGUEL DO ARAGUAÍ, cujo nome // não recorda; que RONALDO não efetuou coleta de preços nem concorrência para realizar essa venda; que os preços foram respectivamente, de Cr\$18.000 (dezoito mil cruzeiros velhos) para bezerros e de Cr\$40.000(quarenta mil cruzeiros velhos) salvo engano para o gado adulto; que / apesar de realizada a venda por RONALDO a entrega do gado e o recebimento do dinheiro foi feito por ISMAEL - DA SILVA LEITÃO, já então, chefe da IR8; que o gado abatido se destinou a manutenção dos índios e dos funcionários do SPI, bem como para atender a requisições de uma expedição da FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL, autorizada pelo Diretor do SPI; que o administrador do Posto vendeu, também, algumas rezes; que o Posto também forneceu algumas rezes para o HOTEL DA ILHA; que o depoente foi mandado pelo MAJOR VINHAS, mais ou menos em novembro de 1965 para vender todo o gado emprestável para, digo, imprestável para cria no lu-

1688

no lugar TAPIRAPÉ, dos índios do mesmo nome, em MATO GROSSO; que o depoente selecionou cerca de uma centena, das quais, após as defecções naturais foram vendidas 86 (oitenta e seis); que o depoente vendeu sem concorrência a JOSE COSTA por Cr\$6.700.000 (seis milhões e setecentos mil cruzeiros) velhos; que o depoente entregou ao MAJ VINHAS recebeu do depoente um cheque de Cr\$5, uigo, dois cheques de Cr\$2.000.000 (dois milhões de cruzeiros antigos) e outro de Cr.... \$3.000.000 (três milhões de cruzeiros antigos) contra os bancos da LAVOURA DE MINAS GERAIS e NACIONAL DE MINAS GERAIS, Agências de Goiânia; que os referidos cj, digo, cheques foram descontados pelo SARGENTO HELU; que apresentou comprovação de mais de um milhão de cruzeiros antigos de despesas feitas com o transporte de gado e recebeu do MAJOR VINHAS NEVES mais de Cr\$400.000 (quatrocentos mil cruzeiros) como adiantamento para acerto de contas posterior; que, além / dessa quantia, recebeu também do Sr. ISMAEL DA SILVA LEITÃO outra / quantia também su'et, digo, superior a Cr\$400.000 (quatrocentos mil / cruzeiros velhos) por ordem do MAJ VINHAS NEVES; que esclarece que os dois cheques entregues ao MAJ e descontados pelo SARGENTO HELU, foram sacados contra contas que o depoente tinha nos dois bancos mencionados; que não sabe porque foi determinada a sua prisão administrativa mas pode informar que deppis , digo, depois do Inquérito Administrativo do qual resultou a sua prisão e mais a do funcionário WALTER S, digo; DA SILVA BORDA; que nesse processo, foi inquirido / sobre a inclusão de um tauto , digo, touro na venda das duzentas rezes já mencionadas; que, porém, recorda à Comissão que já declarou não ter sido o autor da venda nem o selecionador de gado mas, sim , uma Comissão chefiada pelo ex-chefe da IRB FRANCISCO VIEIRA; que não sabe de ire, digo, irregularidades ocorridas ou praticadas na ILHA DO BANANAL; que prestou o presente depoimento livre de a, digo, qualquer coação e não sofreu vexames. E nada mais disse nem lhe foi perguntado tendo mandado o Presidente da Comissão eu Mar Loui's Almeida Nóbrega Secretário da Comissão, lavrar o presente termo que depois de lido e achado conforme vai assinados por todos.

Isaías de Almeida
Presidente

Vogal

Admar S. Pinheiro
Vogal

Isaías Brandes Batista
Depoente